

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO “CARLOS ALBERTO REYES  
MALDONADO”**

**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM LINGUÍSTICA  
DOUTORADO EM LINGUÍSTICA**

**MARTA DE PAULA VIEIRA DE PAULA VIEIRA**

**A SEMÂNTICA OPERATÓRIA DAS MARCAS LINGUÍSTICAS *DEIXAR DE E  
COMEÇAR A*: UMA ANÁLISE PELO VIÉS DA TOPE**

**CÁCERES-MT**

**2024**

**MARTA DE PAULA VIEIRA DE PAULA VIEIRA**

**A SEMÂNTICA OPERATÓRIA DAS MARCAS LINGUÍSTICAS *DEIXAR DE E*  
*COMEÇAR A*: UMA ANÁLISE PELO VIÉS DA TOPE**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Linguística, sob a orientação do professor Dr. Albano Dalla Pria

**CÁCERES-MT**

**2024**

### CIP – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

V657s Vieira, Marta de Paula Vieira de Paula.

A semântica operatória das marcas linguísticas deixar de e começar a: uma análise pelo viés da TOPE / Marta de Paula Vieira de Paula Vieira. – Cáceres, 2024.

147 f.; 30 cm. II.

Trabalho de Conclusão de Curso (Tese/Doutorado) – Curso de Pós-graduação *Stricto Sensu* (Doutorado) Linguística, Faculdade de Educação e Linguagem, Câmpus de Cáceres, Universidade do Estado de Mato Grosso, 2024.

Orientador: Albano Dalla Pria.

1. Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas. 2. Categoria. 3. Pressuposição. 4. Pré Construído. I. Pria, A. D., Dr. II. Título. III. Título: uma análise pelo viés da TOPE.

CDU 81'27

**MARTA DE PAULA VIEIRA DE PAULA VIEIRA**

**A SEMÂNTICA OPERATÓRIA DAS MARCAS LINGUÍSTICAS *DEIXAR DE E*  
*COMEÇAR A*: UMA ANÁLISE PELO VIÉS DA TOPE**

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Albano Dalla Pria  
Orientador – PPGL/UNEMAT

---

Profa. Dra. Gislaine Aparecida de Carvalho  
Avaliadora Interna – PPGL/UNEMAT

---

Profa. Dra. Elaine Aguiar Florêncio  
Avaliadora Externa – SEDUC/MT

---

Profa. Dra. Lidiany Pereira dos Santos  
Avaliadora Externa – Universidade Federal do Piauí / UFPI

---

Prof. Dr. Éderson Luís Da Silveira  
Avaliador Externo – Universidade Federal da Fronteira Sul / UFFS

**APROVADA EM:** \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Ao meu Cristo  
Ao Albano  
Bill, Arthur e Noah

## **AGRADECIMENTOS**

Eu voltaria atrás  
Pra tentar me avisar  
Que o caminho será escuro  
Mas que Cristo é a luz do mundo  
“Os Arrais”

Agradeço a minha família  
Aos meus inúmeros suportes  
Agradeço aos queridos:  
Grazielle,  
Josélia,  
Julliany,  
Macdone,  
Vanuza,  
Sheyla,  
Sylvain,  
Thaís

*A linguagem é um eterno recomeçar que passamos aos nossos descendentes na bagagem genética. Uma língua natural é uma conquista contínua que passamos aos nossos descendentes na bagagem cultural. As duas ordens (linguagem e línguas) estão de tal modo imbricadas, que, privado de uma herança ou de outra o ser humano não se desenvolve.*

(Letícia Rezende)

## RESUMO

Esta tese, inscrita na linha de pesquisa *Estudos de Processos de Significação* do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), tem como objetivo de analisar enunciados com ocorrências dos verbos *Começar a* e *Deixar de*, a fim de apreender os processos enunciativos de seus funcionamentos, com foco no papel da construção da significação. Nesse cenário, inserimos o estudo da pressuposição como questão teórica, observando o estatuto da estabilidade de representação na retomada enunciativa. Para isso, em nossas análises, nos valem da atividade de manipulação e reformulação dos enunciados através da elaboração de glosas epilinguísticas, que nos permitem apreender o funcionamento dessas formas para a construção da predicação e, conseqüentemente, da significação. Para tanto, fundamentamos o desenvolvimento da pesquisa na proposta de Antoine Culioli, proponente da Teoria das Operações Predicativas Enunciativas (CULIOLI, 1990, 1999a, 1999b). Buscamos visualizar o processo de categoria que abarca os verbos *Começar a* e *Deixar de* como ativadores de pressuposição, com o objetivo de confirmar nossa hipótese, a saber, a pressuposição, compreendida nas asserções como garantia de representação, não se sustenta do ponto de vista operatório. Concebendo que a categorização não contribui para a compreensão de como a variação experiencial dos sujeitos fundamenta a determinação dos sentidos da unidade linguística pressuposição, a nossa metodologia se baseou na atividade de reformulação, também denominada de glosagem ou parafraseagem (FRANCKEL, 2011; FUCHS, 1985). Desse modo elaboramos enunciados que nos permitissem observar o funcionamento desses verbos em contexto. Os resultados explicitam que nas ocorrências dos verbos selecionados a experiência (variável) dos sujeitos enunciadorees com o mundo e com a linguagem resulta em sentidos inventariados que apresentam resultados prontos em que não há um processo a ser construído.

Palavras-chave: Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas; Categoria; Pressuposição; Pré Construído.



## ABSTRACT

### THE OPERATIVE SEMANTICS OF THE VERBS *DEIXAR DE* AND *COMEÇAR A*: AN ANALYSIS USING THE TOPE BIAS

This thesis, included in the line of research Studies of Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), aims to analyze utterances with occurrences of the verbs *Começar a* and *Deixar de*, in order to understand the enunciative processes of their functioning, focusing on the role of the construction of meaning. In this scenario, we insert the study of presupposition as a theoretical question, observing the status of representation stability in the enunciative resumption. To achieve this, in our analyses, we use the activity of manipulating and reformulating utterances through the elaboration of epilinguistic glosses, which allow us to understand the functioning of these forms for the construction of predication and, consequently, meaning. To this end, we based the development of the research on the proposal of Antoine Culioli, proponent of the Theory of Predicative Enunciative Operations (CULIOLI, 1990, 1999a, 1999b). We seek to visualize the category process that encompasses the verbs *Começar a* and *Deixar de* as activators of presupposition, with the aim of confirming our hypothesis, namely, the presupposition, understood in the assertions as a guarantee of representation, does not hold up from an operational point of view. Conceiving that categorization does not contribute to the understanding of how the experiential variation of subjects underlies the determination of the meanings of the presupposed linguistic unit, our methodology was based on the activity of reformulation, also called glossing or paraphrasing (FRANCKEL, 2011; FUCHS, 1985 ). In this way, we created statements that allowed us to observe the functioning of these verbs in context. The results show that in the occurrences of the selected verbs, the (variable) experience of the enunciating subjects with the world and with language results in inventoried meanings that present ready results in which there is no process to be constructed.

Key words: Theory of Predicative and Enunciative Operations; Category; Presupposition; Pre Construction.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1. A TOPE: PRINCÍPIOS TEÓRICOS E OPERACIONAIS.....	20
1.1 A articulação entre linguagem e línguas.....	20
1.2 A produção e reconhecimento de formas linguísticas.....	23
1.3 A atividade de linguagem.....	23
1.3.1 A atividade de Representação.....	24
1.3.2 A atividade de Referenciação.....	25
1.3.3 A atividade de Regulação.....	26
1.4 Os processos de construção do enunciado.....	27
1.4.1 A léxis e a relação primitiva.....	27
1.4.2 A relação predicativa.....	28
1.4.3 A relação enunciativa.....	29
1.5 As categorias gramaticais pelo viés da TOPE.....	29
1.5.1 A noção.....	30
1.5.2 A ocorrência.....	33
1.5.3 A estrutura do domínio nocional.....	34
1.5.3.1 O centro organizador do domínio nocional.....	36
1.5.3.1.1 O tipo.....	37
1.5.3.1.2 O atrator.....	38
1.5.3.2 A fronteira.....	38
1.5.3.2.1 O complementar.....	38
1.6 As operações de determinação.....	39
1.6.1 Quantificação e Qualificação.....	39
1.6.1.1 A extração.....	40
1.6.1.2 A flexagem.....	41
1.6.1.3 A varredura.....	41
1.6.2 A modalidade e o aspecto.....	41
1.6.2.1 A modalidade.....	42
1.6.2.2 O aspecto.....	42
2. A SEMÂNTICA OPERATÓRIA DAS MARCAS LINGUÍSTICAS <i>DEIXAR DE E COMEÇAR A</i> : UMA ANÁLISE PELO VIÉS DA TOPE.....	44

2.1 Uma visão construtivista da produção do sentido.....	47
2.2 A contextualização e o sujeito.....	57
2.3 O cancelamento e abertura de sentidos.....	81
2.4 Como a linguagem intervém nos processos de abertura e cancelamento de sentido.....	82
2.5 Um olhar sobre os verbos <i>Começar a</i> e <i>Deixar de</i> .....	92
2.6 O pré construído na perspectiva da TOPE.....	111
3. ESTUDO DA PRESSUPOSIÇÃO COMO QUESTÃO TEÓRICA: O ESTATUTO DA ESTABILIDADE DE REPRESENTAÇÃO NA RETOMADA ENUNCIATIVA.....	116
3.1 Considerações sobre os estudos da pressuposição.....	116
3.2 A pressuposição pela perspectiva da TOPE.....	122
CONSIDERAÇÕES.....	139
REFERÊNCIAS.....	141

## INTRODUÇÃO

Iniciei minha jornada linguística aos 6 anos, na década de 80, sendo alfabetizada na *Cartilha Caminho Suave*<sup>1</sup>, que se tornou conhecida como o método de “alfabetização pela imagem”. Proposto por Branca Alves de Lima em 1948, associava imagens e letras, objetivando facilitar o aprendizado. No arcabouço educacional cuja cartilha era integrante, pensava-se sobre a linguagem como expressão do pensamento, embasando práticas pedagógicas já tradicionais do ensino de língua, em que o objetivo era a correção formal da linguagem.

A concepção de linguagem como expressão do pensamento via a língua como criação individual, materializada nos atos da fala; assim, centrava-se a importância da linguagem no indivíduo, desconsiderando o interlocutor e a situação social em que se escreve. É uma relação entre sujeito pensante e a língua, em que o ato de escrever é apenas o de colocar no papel o que se consegue expressar, ou seja, conhecer a forma da língua, para aprender a exteriorizar bem o pensamento. O texto é considerado um produto lógico do pensamento do autor, e o interlocutor exerce uma função passiva, na qual tem de entender as representações mentais do autor. Segundo Bakhtin e Volóchinov (2006, p. 64) seria o “psiquismo individual” a fonte constituidora da língua, de modo a restringir-se apenas em explicar o fato linguístico resultante de um ato de criação individual. A língua é vista como “um ato monológico, individual, que não é afetado pelo outro nem pelas circunstâncias que constituem a situação social em que a enunciação acontece” (TRAVAGLIA, 1997, p. 21).

Nessa concepção de linguagem os professores preconizam o uso das regras do falar e escrever bem e restringem-se ao certo ou errado, além de considerar apenas uma variante – a dita padrão ou culta –, ignorando automaticamente as demais formas que ocorrem no uso da língua, de modo que não há relação com a língua viva usada no cotidiano. Assim, quem não domina as regras desse sistema é um indivíduo que não organiza de forma lógica o seu pensamento.

Uma segunda concepção, chamada por Bakhtin (2006) de “objetivismo abstrato”, ou, conforme Geraldi (1984), de “linguagem como instrumento de comunicação”, considerava uma gramática universal com base em fatores fonéticos, gramaticais e lexicais, os quais permanecem imutáveis para todos os enunciados, ou seja, um sistema estável e acabado.

Tal concepção ainda se ligava à Teoria da Comunicação proposta por Jakobson, em que a comunicação é dada a partir de elementos – emissor, receptor, canal, mensagem, código e

---

<sup>1</sup> Disponível em: <<https://pdfcoffee.com/cartilha-caminho-suave-5-pdf-free.html>>. Acesso em 12 jan 2024.

referente –; portanto, considera a língua como um “conjunto de signos que se combinam segundo regras” (Geraldi, 1984, p. 41), sendo possível transmitir uma mensagem e/ou informações de um emissor a um receptor, isto é, um instrumento de comunicação, que serve para transmitir uma mensagem ou informação de modo que os envolvidos no ato utilizem os sinais do código de forma preestabelecida e convencionada.

Na contemporaneidade, o redirecionamento teórico em torno dos estudos da língua tem se baseado, principalmente, nos estudos realizados pelo Círculo de Bakhtin, o qual postula a linguagem como forma de interação, sendo impossível compreendê-la sem considerar os aspectos sociais e ideológicos que a constituem.

Desse modo, diferentemente das concepções anteriores, em que a língua era utilizada somente para exteriorizar o pensamento ou para transmitir informações, a linguagem como forma de interação considera os sujeitos, ou seja, essa concepção situa a linguagem como um espaço de interação humana.

Nesse sentido, a linguagem como forma de interação considera outros aspectos na enunciação, tais como as condições de produção do discurso, as relações de sentido estabelecidas entre os interlocutores, a intenção, a ideologia, e os discursos que circulam socialmente.

Assim, a linguagem se dá na interação comunicativa entre interlocutores, em um dado contexto sócio-histórico e ideológico, uma vez que os interlocutores são sujeitos que ocupam um espaço social.

Minha formação na Educação Básica, concluída em 1998, coincidiu com a época da criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96) e o Decreto Federal 2.208/97 que instituíram as bases para a reforma do ensino profissionalizante no Brasil.

Fiz o Ensino Médio à época em que vigoravam as propostas da Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus, de 1971, em que o governo militar instituiu a Lei 5.692 e o 2º grau passou a ter como principal objetivo a profissionalização. O então ministro da Educação, Jarbas Passarinho, ao enviar o projeto que daria origem à Lei 5.692 afirmou que a reforma implicava “abandonar o ensino verbalístico e academizante para partir, vigorosamente, para um sistema educativo de 1º e 2º grau voltado às necessidades do desenvolvimento”. Em outubro de 1982, o presidente João Baptista Figueiredo, sancionou a Lei 7.044/1982, que extinguiu o caráter obrigatório da profissionalização. Entretanto, tal modelo de escola profissionalizante perdurou até 1998, quando foram proibidas as construções de novas escolas federais pelo governo federal baseado na Lei n. 8.948, de 08 de dezembro de 1994.

Até o ano de 1998 o aluno recebia ao fim do 2º grau um certificado de habilitação profissional. No meu caso, tornei-me professora de 1ª a 5ª série, equivalente hoje, ao Ensino Fundamental I.

Enquanto alfabetizadora eu não utilizava mais a cartilha à época, e a concepção de língua que regia nossos planos de aula era a linguagem como instrumento de comunicação. Para Bakhtin (2006) tal concepção era de “objetivismo abstrato”, que considerava uma gramática universal com base em fatores fonéticos, gramaticais e lexicais, os quais permanecem imutáveis para todos os enunciados, ou seja, um sistema estável e acabado.

Ligada à Teoria da Comunicação proposta por Jakobson, em que a comunicação é dada a partir de elementos – emissor, receptor, canal, mensagem, código e referente –; a linguagem como instrumento de comunicação, considera a língua como um “conjunto de signos que se combinam segundo regras” (GERALDI, 1984, p. 41), sendo possível transmitir uma mensagem e/ou informações de um emissor a um receptor, isto é, um instrumento de comunicação, que serve para transmitir uma mensagem ou informação. Tal concepção desconsidera enunciadores e contexto<sup>2</sup>.

Em 2005, ao cursar Letras, em uma aula de Sociolinguística, fui apresentada à concepção de linguagem como forma de interação. Baseada nos estudos realizados pelo Círculo de Bakhtin, tal concepção preconiza que a língua vive e evolui historicamente na comunicação verbal concreta, não no sistema linguístico abstrato das formas da língua nem no psiquismo individual dos falantes [...], mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações (BAKHTIN; VOLÓCHINOV, 2006, p. 125-127). Sendo assim, seria impossível compreender a língua sem considerar os aspectos sociais e ideológicos que a constituem.

A linguagem como forma de interação diferenciou-se das duas anteriores em que a língua era utilizada somente para exteriorizar o pensamento ou para transmitir informações, uma vez que tal concepção considera os sujeitos, pois “são vistos como atores/construtores sociais, sujeitos ativos” (KOCH; ELIAS, 2006, p. 10).

Ao ingressar no Mestrado em Letras, conheci teorias linguísticas como Análise de Discurso que, ao adotar a linguagem como forma de ação ou interação, considera na enunciação,

---

<sup>2</sup> Para os estudos culiolianos (como veremos mais tarde ao longo do texto), o contexto não é externo ao enunciado. Ele está em uma relação de dependência e independência com a sequência contextualizada. Essa é uma das razões que nos fazemos tomar o sentido das unidades linguísticas como um potencial, um vir a ser, que somente é estabilizado em um cenário enunciativo evocado pelo próprio contexto, isto é, pela sequência interpretável somente dentro de um contexto definido, resultante das relações entre unidades lexicais (FRANCKEL, 2011, p. 23).

aspectos como as condições de produção do discurso, as relações de sentido estabelecidas entre os interlocutores, a intenção, a ideologia, e os discursos que circulam socialmente.

Na inquietude que move o aspirante à Linguística, e, sobretudo, ao que se dedica ao ensino de língua, uma abordagem dinâmica para o ensino de línguas clamava por uma “nova” linguística teórica. Ao ingressar no doutorado, minha formação estruturalista foi desafiada a pensar a língua a partir de um enfoque dinâmico, em que a natureza indeterminada da linguagem, como fenômenos das línguas naturais articulam, por exemplo, gramática e léxico: a Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas.

O conceito de linguagem, enquanto atividade de representação (psicológico), referenciação (sociológico) e regulação (psicossociológico) é sinônimo de reflexão, cognição, pensamento e se constitui na porta de entrada para a reflexão interdisciplinar (REZENDE, 2000). Quando falamos em cognição é importante recorrer ao que nos diz Culioli

[...] o problema se complica pelo fato de estarmos lidando com vários níveis: nível I é um nível de representação, em que representação se refere à representação mental (é cognição: quando falo em cognição, quero dizer o termo no sentido amplo. A afetividade faz parte da cognição; não há de um lado o cognitivo que seria do domínio da racionalidade explícita, e a afetividade que seria o lugar dos sentimentos e da imaginação desenfreada...) Trata-se portanto, nesse nível, de representações que organizam experiências que nós elaboramos desde a nossa infância mais remota, que nós construímos a partir de nossas relações com o mundo, os objetos, o outro, do fato de pertencermos a uma cultura, do interdiscurso no qual mergulhamos. Nesse nível também efetuam-se operações relacionais, de encadeamento, de construção de propriedades compostas (CULIOLI, 1990, p. 21)<sup>3</sup>.

Essa é a proposta de linguística proporcionada pelo viés da Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas, concebida por Antoine Culioli (1990, 1995, 1999a, 1999b, 2000 e 2002) e seus colaboradores. Tal proposta nos permite passar de uma linguística de estados a uma linguística de operações, possibilitando observar a geração de enunciados diversos por meio de operações linguísticas.

Essa tese, embasada na Teoria das Operações Predicativa e Enunciativas, que a partir de agora denominaremos TOPE, nos permite refletir acerca dos elementos linguísticos

---

<sup>3</sup> No original: [...] le problème et complique par le fait que nous avons affaire à plusieurs niveaux: Le niveau I est un niveau de représentation, où représentation renvoie à la représentation mentale (il s'agit de cognition: quando je parle de cognition, j'entends le terme au sens large. L'affect fait partie de la cognition; il n'y a pas d'un côté Le cognitive qui serait le lieu des sentiments et de l'imagination débridée...). Il s'agit donc, à ce niveau, de représentations qui organisent des expériences que nous avons élaborées depuis notre plus jeune enfance, que nous construisons à partir de nos relations au monde, aux objets, à autrui, de notre appartenance à une culture, de l'interdiscours dans lequel nous baignons. A ce niveau aussi s'effectuent des opérations de mise en relation, d'enchaînement, de construction de propriétés composées (CULIOLI, 1990, p. 21).

utilizados pelos falantes de uma determinada língua na representação de ideias. Não se trata de apenas descrever metalinguisticamente fatos de língua, mas entender seu funcionamento, permitindo estudar os processos que possibilitaram o aparecimento de um enunciado e as relações estabelecidas entre seus elementos constituintes, e não só o produto gerado.

Desde as antigas cartilhas às mais modernas concepções de linguagem, sempre me via em reflexões linguísticas restritas às categorias gramaticais propostas pelas gramáticas tradicionais, como por exemplo, os verbos, em que o foco do estudo era na categoria e não nas marcas linguísticas.

A teoria proposta por Culioli (1990, 1995, 1999a, 1999b, 2000 e 2002) rejeita as categorias prévias que trazem uma falsa estabilidade sustentada por etiquetas, a exemplo das 10 tradicionais Classes Gramaticais. A TOPE rejeita as de etiquetas que facilitam a classificação dos fenômenos.

Falamos aqui de, assim como proposto por Antoine Culioli, não se contentar com categorias prontas que etiquetam sentidos e significados. Diante de um material verbal ‘desconstruído’ é que será possível conduzi-lo às categorias, operações, relações, isto é, tornar o texto manipulável e tratável.

Para Culioli (1999), o objeto da linguística deve se reconstruir, por meio de um processo teórico e formal, as noções primitivas, operações elementares, regras e esquemas que geram categorias gramaticais e padrões específicos para cada língua. Segundo Culioli (1999, p. 130) “Uma categoria gramatical é definida como a correspondência entre um conjunto de operações em um domínio nocional complexo e os marcadores dessas operações”<sup>4</sup>.

Rezende (2000, p.11-12) nos diz que

As abordagens que descrevem estados de língua em termos de categorizações não podem ser ignoradas. No entanto, devemos admitir suas deficiências: ao atribuírem rótulos às marcas linguísticas, de modo que elas sejam relacionadas a categorias, o foco de suas análises recai sobre as categorias e não sobre as marcas analisadas, e assim, não se explica como e porque determinada marca pertence a uma categoria e não a outra, ou ainda a extrema mobilidade com que ela se desloca de uma categoria para outra e as causas dessa variação.

Sendo assim, a etiquetagem pode sim ocorrer, mas somente no final de processo, após a construção das operações envolvidas na produção de um enunciado. As operações que realizamos pelo referencial da TOPE nos possibilitam deixar as propriedades classificatórias e

---

<sup>4</sup> No original: “Une catégorie grammaticale se définit comme la correspondance entre un ensemble d’opérations sur un domaine notionnel complexe et les marqueurs de ces opérations”



a etiquetagem, construídas a partir do discurso intuitivo, e assumir como metodologia linguística a construção de um sistema de representação metalinguística, uma teoria dos observáveis e, a partir das classes de fenômenos formulemos problemas e construamos procedimentos de raciocínio.

Culioli (1999) não propõe a criação de uma gramática universal, e sim propõe que por meio das operações universais de linguagem aplicáveis às línguas naturais, todas as demais possam se pensar em um grau zero de categorização, ou seja, o linguista assume uma postura transcategorial, que não assume classificações *a priori*. Acreditamos que “o valor gramatical atribuído a uma expressão linguística não é estável e não se encaixa em uma classificação, mas resulta de uma articulação entre um mecanismo de invariância e as experiências diversificadas dos sujeitos” (REZENDE, 2006, p. 21).

Tomamos para a construção dessa tese o referencial teórico da TOPE, que nos permitiu pensar e refletir sobre inquietações que embora etiquetadas ainda suscitavam nossos questionamentos. Assim, este trabalho é resultado das reflexões que realizamos a partir das observações do comportamento dos verbos *Começar* e *Deixar* em enunciados com valor singular. Metodologicamente, o *corpus* se constitui de enunciados construídos a partir de nossa própria competência linguística, bem como extraídos da internet. Tal material verbal nos permite observar enunciados “livres” de etiquetagens, escritos em situação prática de fala, o que nos possibilita a criação de um sistema de representação metalinguística que simule a atividade linguageira dos sujeitos enunciadoreis ao produzirem e reconhecerem formas linguísticas quando constroem textos orais ou escritos.

A singularidade dos enunciados construídos com os verbos *Começar* e *Deixar*, que propusemos observar, nos permite analisar o funcionamento de uma categoria tradicional de língua denominada pressuposição.

*Começar* e *Deixar*, nas ocorrências preposicionadas *Começar a* e *Deixar de* “carregariam”, já etiquetados, a categoria de verbos ativadores de pressuposição<sup>5</sup>, independentes de elementos linguísticos marcadores de pré-constructo. Assumimos nas paráfrases<sup>6</sup> com tais verbos que o valor atribuído a estes, que os etiquetam, não é estável e não

---

<sup>5</sup> Importante refletir que nossa posição teórica opõe-se às abordagens de análise estáticas da língua, que levam em consideração apenas o produto linguístico já estabilizado, determinado, desconsiderando o trabalho do sujeito na geração da significação. Portanto não se trata de negar a ‘pressuposição’, mas compreender que diferimos do conceito da Semântica/Pragmática que ‘etiqueta’ pressuposto/subentendido significando algo que se pressupõe; que se supõe antecipadamente, ou seja, aquilo que se imagina e pensa sobre determinada coisa ou situação.

<sup>6</sup> A paráfrase é aqui entendida como um mecanismo de linguagem. Na teoria culioliana, enunciados em relação parafrástica remetem a um polo de regulação, a partir do qual ocorrem operações linguísticas (predicativas e enunciativas) responsáveis pelas particularidades linguísticas (variáveis) presentes em tais enunciados realizados.

se encaixando em uma classificação anterior não se justifica, portanto, que as “etiquetas”, a classificação, e a categoria sejam pré-estabelecidas.

Como nos diz Rezende, “[...] o estudo de uma língua deve se dar em uma perspectiva dinâmica, na qual se considera o processo de construção das categorias, isto é, a existência de *noções*, que por meio de *relações* e *operações* poderão dar origem tanto ao léxico quanto à gramática” (REZENDE, 2000, p. 14), por isso cremos que os enunciados com os verbos *Começar a* e *Deixar de*, exemplificados nas gramáticas como categoria de pressuposição, podem ser desmontados e reconstruídos, para que traços de operações sejam observados e os confirmem ou não, pelos enunciados que os estabiliza, não previamente etiquetados.

Faz-se necessário reconstruir as operações que permitirão os agenciamentos de marcas e seu funcionamento na atividade da linguagem.

A partir dessas compreensões, propiciadas pela teoria que escolhemos, questionamos e refletimos sobre o conceito de pressuposição, enquanto categoria de língua, que cremos estar sustentada pelas experiências dos sujeitos com o mundo psico-físico-cultural e não pelos arranjos léxico gramaticais. O conceito de pressuposição resultaria, então, da sobreposição dos enunciados pela experiência dos sujeitos como o mundo.

Para demonstrarmos tal leitura sobre as categorias que etiquetam esses verbos previamente, buscamos estudar os processos que possibilitam a construção de alguns sentidos e as relações estabelecidas entre os elementos que o constituem, e não apenas observarmos o produto gerado no enunciado; o que nos levou a subsidiar nossa pesquisa por uma perspectiva teórica que passa de uma linguística de estados para uma linguística de operações.

Ao observarmos alguns enunciados, em diversas gramáticas, especialmente os enunciados selecionados para esse trabalho, bem como as suas categorizações gramaticais, percebemos que, apesar do desenvolvimento das teorias enunciativas, que se propõem a abordar a língua em uma perspectiva mais dinâmica, podemos reafirmar, que diversos desses conjuntos de enunciados que categorizam previamente são produzidos e calibrados a partir de um sentido já dado, objetivando a categorização, a etiquetagem, ou, seja, tal sentido, que cancela, anula, neutraliza outros sentidos, considera a experiência, a cultura e o universo extralinguístico dos sujeitos como sendo a mesma e sendo assim, esse sentido, seria o mesmo para todos participantes da enunciação.

Pretendemos contribuir com uma abordagem operacional sobre o funcionamento dos verbos *Começar* e *Deixar*, nos enunciados, qual seja, o sentido é construído por meio das estabilizações dos enunciados que são sustentados pela interação entre unidade e contexto propondo visualizar, ao invés de uma categoria estática, as inúmeras possibilidades de

construção e assunção de outros sentidos, que são cancelados, apagados, que não emergem, quando um sentido é tomado como único e certo. Para tal, dividimos este trabalho em três seções, além da introdução e da conclusão.

Na seção I - **A TOPE: princípios teóricos e operacionais** – resumizamos alguns conceitos da Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas a partir dos pressupostos organizados por Antoine Culioli. Buscamos abarcar alguns conceitos que nos permitissem observar nossas hipóteses e amparar nossas análises. Para tanto trouxemos seis subseções, com algumas divisões que sintetizam os conceitos, objetivando demonstrar o modelo teórico que nos permitiu pensar a linguística pelo viés da articulação entre língua e linguagem.

A seção II - **A semântica operatória das marcas linguísticas *Deixar de* e *Começar a*: uma análise pelo viés da TOPE** – foi dividida em seis subseções, em que objetivamos trazer o pensamento de Culioli e seus colaboradores sobre a construção dos sentidos nos enunciados.

Buscamos explicitar nessa seção, pela base construtivista da produção do sentido, bem como a contextualização e o sujeito, como a língua intervém nos processos de abertura e cancelamento de sentidos e, por fim, trazemos algumas análises com os verbos *Começar a* e *Deixar de*, incluindo enunciados com outros verbos, que sustentam nossa proposição.

Na seção III - **Estudo da pressuposição como questão teórica: o estatuto da estabilidade de representação na retomada enunciativa** – retomamos, a partir do conceito de pré-construído sob a perspectiva da TOPE, iniciado na seção II, uma revisão sobre o conceito de pressuposição, pontuando algumas questões sobre a categoria que abarca os verbos *Começar a* e *Deixar de* como ativadores de pressuposição, com o objetivo de confirmar nossa hipótese, a saber, a pressuposição, compreendida nas asserções como garantia de representação, não se sustenta do ponto de vista operatório. Demonstramos que alguns enunciados apresentam um pré-constructo de pressuposição, ou seja, uma existência de representação que pode ser negada numa retomada.

## SEÇÃO I

### A TOPE: PRINCÍPIOS TEÓRICOS E OPERACIONAIS

Nesta Seção apresentaremos alguns dos princípios teóricos e operacionais da Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas (TOPE), de Antoine Culioli e seus colaboradores. Para tanto, dividimos esta Seção em seis subseções; na subseção 1.1 discorremos sobre a articulação linguagem e línguas; em 1.2 tratamos acerca da produção e reconhecimento das formas linguísticas; em 1.3 apresentamos a atividade de linguagem enquanto uma atividade de representação, referenciação e regulação; em 1.4 explicitamos os processos de construção do enunciado; em 1.5 dissertamos sobre as categorias gramaticais propostas por Culioli e em 1.6 as operações de determinação.

#### 1.1 A articulação entre linguagem e línguas

O objetivo da teoria que escolhemos para embasar nosso trabalho é estudar a linguagem a partir da variação das línguas naturais dando importância à atividade significativa dos sujeitos, ou seja, à atividade simbólica de ordem cognitiva e afetiva, apreendida através das línguas naturais, dos textos orais ou escritos, ou seja, das situações. Na reflexão culioliana, as línguas se apresentam sob a forma de textos, e cada texto “representa formas de agenciamentos, de configurações que vão, à primeira vista, variar de uma língua para a outra, mas das quais se poderá num dado momento procurar as regularidades” (CULIOLI, 1976, p. 9)<sup>7</sup>.

Ao optarmos por uma teoria de estudos enunciativos preocupamo-nos com a dinamicidade da língua, ou seja, os percursos, e não somente com o resultado linguístico, já que priorizamos os processos de construção da significação. E assim fazemos por não considerar a língua de forma estática, por lidarmos com a língua enquanto seres dotados de uma capacidade que nos é inata: a linguagem.

Não opomos a linguagem, como atividade, às línguas, como sistemas de funcionamento e por isso, Culioli (1999) rejeita a oposição de Saussure *langue/parole* e reabilita o sujeito como uma entidade capaz de se constituir em origem do discurso (GAUTHIER, 1995).

---

<sup>7</sup> No original: “représente des formes d’agencements, de configurations qui vont à première vue varier d’une langue à l’autre, mais dont on pourra à un moment, rechercher les régularités” (CULIOLI, 1976, p. 9).

Compreendemos por línguas naturais os arranjos léxico-gramaticais que se configuram como formas interpretáveis em situações particulares de diálogo. Os domínios da representação, da referenciação e da regulação são os movimentos contínuos que vão de um domínio de conhecimento a outro. Onofre nos diz que

[...] Culioli tem uma compreensão da língua como o sistema de representação da atividade de linguagem (produção de significação) produzida por interlocutores em interação. Nesse processo dialógico realizam-se as operações de representação mental, referenciação e regulação, que dizem respeito respectivamente as operações de ordem psicológica, sociológica e psicossociológica (ONOFRE, 2003a, p. 62).

Ao lançar as bases da TOPE, objetivou-se construir um sistema de representação metalinguístico. É, na realidade, uma teoria dos observáveis em que os fenômenos observados estarão sempre sujeitos à verificação. Assim, cabe ao linguista,

(i) relatar de forma explícita as hipóteses formuladas, as categorias e bem como a origem e o estatuto teórico dessas categorias, além de definir as operações e justificar as representações simbólicas dos estados metalinguísticos que ele constrói, (ii) obedecer às exigências de coerência de toda escrita formal, (iii) submeter-se à regra imprescindível da verificação empírica a fim de explicar como se passa de uma fórmula a um enunciado e qual é o grau de aproximação aceitável (CUMPRI, 2017, p. 174 ).

A linguagem é apreendida através da diversidade das línguas naturais, o que requer do linguista, observações sistemáticas e minuciosas, através da formulação de problemas e propostas de soluções embasadas em procedimentos de raciocínio. Cabe ao pesquisador elucidar conceitos generalizáveis, além de verificar suas configurações que são, irredutivelmente, específicas, o mesmo modo que as propriedades universais. Culioli não propõe uma gramática universal e descarta a prévia etiquetagem em categorias na classificação dos fenômenos. Como ele mesmo nos diz

[...] não se pode simplesmente fazer como se as línguas fossem simplesmente sistemas classificatórios, com jogos de etiquetas, e pequenas divisões, lineares, de tal maneira que se penduram as etiquetas com as pequenas divisões, como se fazia finalmente na época estruturalista (CULIOLI, 2002, p. 24).<sup>8</sup>

---

8 No original: [...] on ne peut pas simplement faire comme si les langues étaient simplement des systèmes de classification, avec des ensembles d'étiquettes et de petites divisions linéaires, de telle sorte que les étiquettes avec les petites divisions soient accrochées, comme cela a finalement été fait dans le système structuraliste époque (CULIOLI, 2002, p. 24).

Trata-se da busca de construção de um sistema de representação metalinguística que permita construir uma teoria dos observáveis e, a partir da constituição de famílias parafrásticas, formular problemas e construir procedimentos para a resolução dos mesmos.

Para Culioli (2000) a linguagem é uma atividade de construir representações, que são referenciadas e reguladas. Na construção dessas representações a noção estaria permeando produções de significação que acontecem sempre entre sujeitos enunciadoreis, a partir da relação destes sujeitos com o mundo.

Essa construção que parte da noção, envolve a “*reperage*”. Conhecida como “operação de localização”, a “*reperage*” está ligada a um “colocar em relação” que vê os termos sempre de maneira associada na construção de uns com os outros. Culioli diz que “a relação de localização é sempre binária: até mesmo um único ponto  $x$  será construído como localizado em relação a si mesmo ou como o produto final de uma operação que identifica um localizado em relação a um localizador” (CULIOLI, 1990, p. 180).<sup>9</sup>

Essas operações de localizar e colocar em relação são as responsáveis por determinar, dentre as propriedades gerais físico-culturais de uma noção, quais delas seriam validadas a cada enunciação. Por isso, postulamos que o léxico não pode ser considerado de forma isolada, uma vez que ele se constitui por meio do estabelecimento de relações entre termos.

Embasamos nosso trabalho em uma teoria que compreende que a linguagem constitui uma atividade de representação e que os sentidos vão se deslocando à medida que buscamos apreendê-los através de deformações e fragmentações e assim, qualquer ajustamento de algum dito a uma outra forma de significação, o leva a outra significação, mesmo que ajustada e aproximada do que ‘se quis dizer’, por isso afirmamos que os sentidos não são dados, mas sim, construídos.

Portanto, “enunciar é construir um *espaço*, *orientar*, *determinar*, estabelecer uma rede de valores referenciais, em resumo, um sistema de determinação” (CULIOLI, 1999b, p. 44, grifo no original)<sup>10</sup>. Assim, “todo enunciado é “localizado” em relação a uma situação de

---

<sup>9</sup> No original: “la relation de localisation est toujours binaire : même un seul point  $x$  sera construit comme situé par rapport à lui-même ou comme le produit final d'une opération qui identifie un situé par rapport à un localisateur” (CULIOLI, 1990, p. 180).

<sup>10</sup> No original: “Enoncer, c'est construire un *espace*, *orienter*, *déterminer*, établir un réseau de valeurs référentielles, bref, un système de repérage” (CULIOLI, 1999b, p. 44, grifo no original).

enunciação, “o qual é definido em relação a um sujeito enunciador e a um tempo (no sentido técnico de localização) de enunciação” (CULIOLI, 1999b, p. 44).<sup>11</sup>

Vejamos, a seguir, a linguagem enquanto uma atividade de representação, referenciação e regulação.

## **1.2 A produção e reconhecimento de formas linguísticas**

Para nós, a atividade de linguagem coincide com a própria construção da significação, sendo essa atividade sustentada pela capacidade que os sujeitos têm de representar, referenciar e regular. São essas capacidades que vão permitir a produção e o reconhecimento das formas linguísticas, construindo e reconstruindo a significação.

A produção e reconhecimento das formas linguísticas é resultado de um diálogo interno que ocorre em cada sujeito, denominado por Culioli (1999) de atividade epilinguística. Quando um sujeito, a partir de sua experiência individual, representa linguisticamente, através do léxico e da sintaxe de uma determinada língua, dá-se o início à produção das formas. Já o reconhecimento das formas se dá quando o sujeito investe de significados as formas textuais, escritas ou orais, com as quais ele se depara.

É através da elaboração de famílias parafrásticas que também se faz a atividade epilinguística, ou seja, a família de enunciados aparentados que carregam em si um esquema de base comum. Cabe ao enunciador, então, escolher dentre os enunciados equivalentes, um desses enunciados, que por ser uma escolha individual, marcada pela experiência dos sujeitos, podem suportar diversas significações. Por isso, para a nossa perspectiva teórica, a TOPE, a produção e reconhecimento das formas linguísticas se dá na enunciação, pois as unidades não se caracterizam por um valor e sim por um funcionamento.

## **1.3 A atividade de linguagem**

O objeto de estudo da TOPE é a atividade de linguagem apreendida na diversidade das línguas naturais. Cabe ao linguista construir sistemas de representações metalinguísticos que simulem a atividade de linguagem. Diz Culioli (2000, p. 14) que

---

<sup>11</sup> No original: “qui se définit par rapport à un sujet énonciateur et à un temps (au sens technique de lieu) d'énonciation” (CULIOLI, 1999b, p. 44).

De um lado, eu afirmo que a linguística é a atividade de linguagem (ela mesma definida como operações de representação, referenciação e de regulação); de outro lado, afirmo que essa atividade nós podemos apenas apreender, a fim de estudar seu funcionamento, por meio de configurações específicas, de agenciamentos em uma língua dada. A atividade de linguagem remete a uma atividade de reprodução e reconhecimento de formas, ora, essas formas não podem ser estudadas independentemente dos textos, e os textos não podem ser independentes das línguas (CULIOLI, 1990, p. 14).<sup>12</sup>

Interessa-nos, linguistas embasados na TOPE, observar minuciosamente a organização específica de cada língua estudada, não sendo, portanto, produtivo e aceitável estabelecer uma categorização *a priori*, para uma língua ou algumas línguas. Culioli (2000) observa a variação das línguas de um ponto de vista de uma regulação de princípios invariantes: assim seria possível teorizar o generalizável. Não se trata de propor uma teoria universal categorizada metalinguisticamente e previamente, mas trata-se de observar as singularidades encontradas nas variações dessas línguas e a partir da singularidade e diversidade encontrar as invariâncias.

Compreendendo que a linguagem não se constrói de maneira transparente na relação pensamento-mundo, a enunciação será sempre marcada pela capacidade humana de construir a significação através das línguas. Na atividade de linguagem, o enunciador tem a intenção de significar e, nessa busca, estará sempre interpretando antecipadamente o que diz (REZENDE, 2010).

Assim, a atividade de linguagem é concebida por Culioli (1990), como uma atividade tripla, isto é, uma atividade Representação, Referenciação e Regulação. A Representação é um processo subjetivo e centralizado, a Referenciação é objetiva e descentralizada e a Regulação também é subjetiva. Entretanto, “a Regulação alcança outro nível de organização em função do diálogo com o outro, realizado no nível da Referenciação voltando a ser também subjetiva e centralizada” (REZENDE, 2010, p. 12).

### **1.3.1 A atividade de Representação**

Na atividade de Representação, a linguagem constrói as representações mentais do que denominamos “sentidos” do que falamos, interpretamos, lemos, sendo, portanto, sentidos inacabados. A linguagem é, portanto, uma atividade de representação de significação que

---

<sup>12</sup> No original: “d’un cote, je dis que l’objet de la linguistique est l’activité de langage (elle-même définie comme opérations de représentation, de référénciation et de regulation); d’un autre cote, je dis que cette activité nous ne pouvons l’appréhender, afin d’en étudier le fonctionnement, qu’à travers des configurations spécifiques, des agencements dans une langue donnée. L’activité de langage renvoie à une activité de production et de reconnaissance de formes, or, ces formes ne peuvent pas être étudiées indépendamment des texts, et lês textes ne peuvent être indépendants des langues (CULIOLI, 1990, p. 14).



somente nos é acessível através de sequências textuais. Ao representar, coloca-se em prática, ou movimentam-se as noções, as representações mentais constituídas pelos sujeitos através de suas experiências linguísticas e extralinguísticas.

Para Culioli (1990), a atividade de representação contempla três níveis: nível nocional (nível I), o nível das representações linguísticas (nível II) e o nível metalinguístico (nível III).

No nível I, nível nocional ou o nível epilinguístico, ocorrem as organizações das representações mentais. Trata-se do nível da linguagem em que as noções e operações mentais são constituídas por todo o universo simbólico extralinguístico e linguístico, cujo acesso não está disponível ao linguista.

O nível II, nível textual ou o nível linguístico, está ao alcance do linguista que pode rastrear as operações que acontecem no nível I. Trata-se do nível das línguas em que ocorre a textualização das operações de enunciação. Nas ocorrências de língua, o linguista, por meio da atividade metalinguística, recupera o que está no nível do pensamento, pois aí se situam as noções, em um espaço de transição entre o intralinguístico e o extralinguístico. Não é possível separar o nível II do nível III. As representações não são fixas e não se desvinculam do nível I, o nocional, nem do nível III, o metalinguístico.

O nível III, observacional ou o nível metalinguístico, está diretamente relacionado nas passagens dos outros dois níveis. No nível da metalinguagem o linguista pode simular, através da reescritura, as atividades de linguagem realizadas no nível I, rastreadas e observadas nas representações textualizadas no nível II.

### **1.3.2 A atividade de Referenciação**

Na atividade de Referenciação a linguagem diz algo a partir de todo o processo de representação. Através dos arranjos das formas, é a linguagem que permite que se diga o que é dito, permite ao sujeito dizer de seu modo particular de apreensão do mundo, de suas experiências particulares. Entre o querer dizer e o dizer, o sujeito referencia seu mundo. Trata-se de uma atividade de construção que relaciona o nível nocional, da linguagem e o nível das línguas, o textual. Essa organização é feita através das operações de localização (que é aquilo que permite encontrar algo por meio de um mecanismo de busca). Referenciar é, portanto, localizar, entretanto, as operações de localização, ou o sistema referencial que só podem ser ativadas nas situações reais de enunciação.

A atividade de Referenciação é definida como “a construção de um sistema complexo de coordenadas intersubjetivas, de um espaço referencial, e de objetos linguísticos localizáveis

(de modo mais acurado, localizáveis com relação ao centro organizador de um domínio nocional” (CULIOLI, 1990, p. 180)<sup>13</sup>. Sendo uma atividade de construção, o linguista não define os resultados *a priori*, por isso, a atividade de referenciação não pode ser compreendida como “encontrar os sentidos das coisas”, pois não se trata da relação entre as coisas e os nomes, mas sim as operações de localização das noções e dos agenciamentos de marcadores (ZAVAGLIA, 2016, p. 50).

Ao referenciar, localizar, trazer as noções para o nível linguístico, o linguista não categoriza. Inicia-se um processo de construção entre a linguagem e a língua, entre as noções e a textualização e, ao iniciar essa relação, busca-se a estabilização de uma possível categorização. Na atividade de referenciação acontecem as relações entre as representações: são relações predicativas nas situações enunciativas. Sendo assim, “A passagem de uma representação mental a uma atividade de referência<sup>14</sup> só é possível graças a um polo que possibilite a construção de uma classe de ocorrências e que todo domínio possui um centro que o organiza e permite a regulação” (REZENDE, 2009, p. 34).

Por isso, dizemos que a referenciação é um conjunto de atividades de localização que um sujeito realiza com o objetivo de alcançar um determinado sentido.

### 1.3.3 A atividade de Regulação

Na atividade de regulação, ou equilibração, o enunciador regula suas representações em relação às representações do seu coenunciador. Através dos arranjos permitidos pela língua, as noções e os marcadores que são textualizados são regulados na própria representação.

A atividade de regulação é uma atividade de estabilização em que o enunciador organiza e transforma seu enunciado buscando adequar seu discurso em função de seu coenunciador. As representações dos enunciadores estão em disputa e, por isso, a regulação, que é uma busca pela estabilização, não deve ser confundida com rigidez, transparência e “sentido exato”.

É na atividade de regulação que podem ocorrer os mal-entendidos, as poesias, as piadas, a ambiguidade. Trata-se do afrouxamento de restrições que instaura um outro nível de regulação (ZAVAGLIA, 2016).

---

<sup>13</sup> No original: [...] of a complex intersubjective coordinate system, of a referential space, and of localizable linguistic objects (more accurately, locatable with respect to the organizing centre of a notional domain, as well as relative to the subjective and spatio-temporal parameters of the referential space (CULIOLI, 1990, p. 180).

<sup>14</sup> Enquanto a referência, geralmente, é tida como correspondência estática do enunciado a entidades externas à língua, os valores referenciais são construídos no próprio enunciado por meio de operações enunciativas de referenciação (ajustamentos intersubjetivos, modalidade, tempo, espaço, aspecto, quantificação, etc.).

A atividade de regulação passa por três momentos: subjetivo, intersubjetivo e estabilização. Mesmo sendo um sistema autorregulado, essa regulação é feita de maneira inconsciente pelos sujeitos na atividade de linguagem, num processo de transformação e deformação. Intersubjetivamente, o enunciador ajusta referenciação e representação na enunciação, buscando adequar-se ao universo físico-cultural que envolve toda a enunciação. No momento da estabilização ocorre a escolha da “imagem” que foi construída para a enunciação, e são estabilizadas as relações dessas representações, ou seja, a referenciação.

As atividades de Representação, Referenciação e Regulação são as simulações dos processos de metalinguagem propostos por Culioli. As representações linguísticas não são lineares nem fixas e não se dissociam dos processos de referenciação e de regulação, por isso, uma teoria dos observáveis. Passemos, na seguir, para a assunção culioliana de noção.

#### **1.4 Os processos de construção do enunciado**

Para Culioli (1999), os enunciados são o objeto da atividade linguística, manifesto nas línguas, portanto o enunciado é o material de trabalho do linguista bem como a sua reconstrução, que coloca em jogo as condições de sua enunciação, não o reduzindo a uma classe gramatical, mas envolvendo uma série de operações. Segundo Culioli (1999b, p. 44) “enunciar é construir um *espaço, orientar, determinar*, estabelecer uma rede de valores referenciais, em resumo, um sistema de determinação” (Grifo do autor)<sup>15</sup>. São os enunciados, portanto, produtos de uma construção em que os observáveis estão materializados na estrutura semântica.

Essa materialização de fenômenos mentais, aos quais os linguistas não têm acesso, é a representação dos enunciados que são agenciamentos de marcas linguísticas. Importante ressaltar que, pela perspectiva da teoria que adotamos, podemos dizer que os enunciados não transmitem um conteúdo semântico, e sim, permitem construir valores referenciais.

##### **1.4.1 A léxis e a relação primitiva**

A léxis é um conceito singular na Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas. É uma atividade significante de construção e reconstrução de significação. Cada um dos termos da léxis, ponto zero da construção de um enunciado, remete a uma noção. Segundo Culioli (1999a), esses termos são compatíveis com uma ordem, mas não estão ainda ordenados.

---

<sup>15</sup> No original: “Enoncer, c’est construire un *espace, orienter, déterminer*, établir un réseau de valeurs référentielles, bref, un système de repérage” (CULIOLI, 1999b, p. 44, grifo no original).

A léxis se constitui a partir de relações primitivas, como uma forma estruturada e analisável, mas ainda não é um enunciado, por não estar situada em um espaço enunciativo definido por uma rede de valores referenciais. Por isso dizemos que a léxis é comparável a uma noção, pois se configura o pré-construído, o dizível, como um conteúdo de pensamento a ser validado. Sendo assim, a léxis é um esquema primitivo que permite que algo seja previamente colocado num nível do “dizível”, que permite a passagem do mundo para a língua, do extralinguístico para o linguístico.

Trata-se da relação primitiva que é uma relação entre as noções. Essa relação é o que possibilita um sentido e é o que conduz a uma ordenação dos termos. Estabelecida de modo mais ou menos implícito, ela é a condição necessária para que haja produção e reconhecimento de formas em uma língua. A orientação primitiva, que vai da origem em direção ao objetivo, nos remete necessariamente às noções.

#### **1.4.2 A relação predicativa**

Afirmamos que toda relação predicativa passa por uma relação primitiva. Todo enunciado parte de um esquema inicial chamado esquema de léxis em que o modelo básico de predicação inclui um predicado e dois argumentos. A orientação de um predicado se calcula a partir da ordem da relação primitiva.

A partir do esquema de léxis, numa relação primitiva, constrói-se o predicado, em que um termo coloca em relação os argumentos com os demais argumentos. Entretanto, segundo Culioli (1999a, p.101), “uma léxis não é um enunciado: ela não é nem assertada, nem não-assertada, pois não está (ainda) situada (localizada) em um espaço enunciativo munido de um referencial (sistema de coordenadas enunciativas)”<sup>16</sup>.

Um mesmo esquema de léxis pode gerar diversas relações predicativas. Caberá ao enunciador escolher um ou outro elemento em torno do qual se vai organizar o enunciado. Tal escolha será influenciada pelos pré-constructos e também pelas respostas que serão trazidas por esses enunciados.

Para um dado enunciado, o enunciador organizará seus pensamentos considerando uma situação em relação ao seu coenunciador, e partir daí irá orientar as relações, escolhendo o ponto de partida de seu enunciado. Para localizar o termo de origem, identifica-se esse termo de

---

<sup>16</sup> No original: “une lexis n’est pas un énoncé: elle n’est ni assertée, ni non-assertée, car elle n’est pas (encore) située (reperée) dans un espace énonciatif muni d’un référentiel (système de coordonnées énonciatives) (CULIOLI, 1999a, p. 101).

referência que é próprio para cada situação de enunciação diferenciando-se com base na alteridade.

### **1.4.3 A relação enunciativa**

Após passar pelas relações primitivas e predicativas o enunciador constrói seu enunciado referenciando e regulando as suas representações. É na relação enunciativa que se consolida a passagem de um pré-enunciado a um enunciado. O que foi aberto e indeterminado pelas relações primitivas e predicativas é determinado por meio do ato discursivo. Ocorre nessa relação, a significação. Temos, assim, na relação enunciativa, o ato de construção realizado por um enunciador, em uma situação, que envolve o coenunciador. De acordo com Culioli, “essa situação de enunciação é definida por um conjunto de parâmetros que formam um pacote de relações entre o sujeito do enunciado S e o sujeito enunciador S1, e um pacote de relações entre o momento ao qual se refere o enunciado T e o momento de enunciação T1” (1976, p. 93)<sup>17</sup>.

Por meio de operações de determinação e das categorias de tempo, aspecto e das modalidades são organizados os domínios nocionais e são validados os valores referenciais e assim o pré-enunciado passa a enunciado através da organização dos domínios nocionais.

Assim, afirmamos que para que um enunciado seja construído é preciso passar por essas três relações linguísticas, ou seja, passar por todo um trabalho de relações: relações entre representações nocionais (que são as relações primitivas) e relações com um esquema predicativo a que se atribui uma orientação e se instancia lugares, que por fim, é inserido em um sistema de referências, um sistema de localização com coordenadas espaço-temporais e intersubjetivas (relação enunciativa) (CULIOLI, 1976).

### **1.5 As categorias gramaticais pelo viés da TOPE**

Para Culioli (2000), as entidades dinâmicas, ou seja, as operações do sujeito são responsáveis pelo processo de constituição de categorias gramaticais e das unidades lexicais. Sendo assim, a grande distinção entre as reflexões mais clássicas em linguística e a TOPE é o trabalho sobre um mundo construído e sobre o mundo em construção.

---

<sup>17</sup> No original: “cette situation d’*énonciation* est définie par un ensemble de paramètres qui forment un paquet de relations entre ‘*sujet de l’*énoncé* S*’ et *sujet *énonciateur* S1* et un paquet de relations entre le moment auquel refere l’*énoncé* T et moment de l’*énonciation* T1 (CULIOLI, 1976, p. 93).

Ao estudar uma construção gramatical, buscamos descobrir o seu valor, o seu papel ou função dentro de um enunciado, portanto, a teoria não possui uma ordem canônica para os enunciados a partir da qual possa existir alteração. Os conceitos teóricos presentes nos estudos gramaticais, tais como: sujeito psicológico, os pares tema e rema; tópico e comentário ou, ainda, os fenômenos chamados pela linguística moderna de topicalização, focalização ou tematização vão para o âmago TOPE.

Importante observar que Culioli (1999) não faz menção a esses termos, já que os mesmos só existem na tradição gramatical em função da oposição ao sujeito lógico, à ordem normal das categorias etc. Para a teoria que adotamos, as oposições entre o lógico, o estável, o normalizado, o regular, o canônico e o psicológico, o instável, o não-normalizado, o irregular deixam de existir, pois se trata de uma reflexão que teoriza exatamente o movimento entre o estável e o instável e vice-versa (REZENDE, 2008).

Apoiada nos conceitos de regulação ou equilíbrio, a reflexão de Culioli (2000) faz o nível psicológico (instável) e o nível social (estável), dialogarem, pois se trata de uma reflexão que teoriza o movimento entre as relações predicativas ou lógicas e as relações enunciativas ou psicológicas.

### **1.5.1 A noção**

Para Culioli (1990, p. 59), a noção é “um feixe de propriedades físico-culturais que nós apreendemos por meio de nossa atividade enunciativa de produção e de compreensão de enunciados<sup>18</sup>”. O conceito de noção é central na TOPE e se apresenta como um eixo de propriedades identificáveis e relacionáveis nas enunciações. Essas propriedades se prendem tanto ao domínio da cultura, quanto ao domínio da experiência de mundo, e ao domínio da cognição.

Esses domínios são as fontes que caracterizam os objetos e os fenômenos de mundo. A atividade enunciativa é uma atividade de produção e de reconhecimento interpretativo de formas abstratas. Pautamo-nos num modelo epistemológico tridimensional, em que se têm as noções, que são as representações mentais inacessíveis diretamente, e que são oriundas das experiências dos sujeitos ligados a um universo cultural; as representações linguísticas e o sistema de representações metalinguísticas.

---

<sup>18</sup> No original: [...] as complex bundle of structured physico-cultural properties and should not be equated with lexical labels or actual items. Notions are representations and should be treated as such; they epitomize properties (the term is used here in a very extensive and loose way) derived from interaction between persons and persons, persons and objects, biological constraints, technical activities, etc (CULIOLI, 1990, p. 69).

A noção pode ser assim descrita enquanto um conceito que se refere ao nível das representações mentais, isto é, ao nível das representações que não são acessíveis diretamente. Trata-se, também, de uma propriedade situada na articulação do linguístico (do metalinguístico) e do extralinguístico em um nível de representação híbrida (CUMPRI, 2017, p. 183).

A noção é um conceito que se refere ao nível das representações mentais e situa-se na articulação do linguístico (do metalinguístico) e do extralinguístico em um nível de representação híbrida.

Cada termo dentro de uma língua natural refere-se a um número de propriedades físico-culturais não necessariamente universais; portanto, elas variam de uma cultura para outra, de uma matéria para outra (CUMPRI, 2017). Uma noção não carrega um rótulo lexical, ela é predicável. A noção compreende uma forma de representação não linguística, ligada ao estado do conhecimento e à atividade de elaboração de experiências de cada pessoa.

Embora a noção constitua um todo sólido não fragmentado, sua apreensão será possível na forma de linguagem através de suas ocorrências materiais inscritas em um sistema de referência definido por parâmetros enunciativos (Sujeito enunciador e Tempo-espaço da enunciação) (PRIA, 2009, p. 55).

As noções são apreendidas e estabilizadas por meio de ocorrências linguísticas. Para Culioli (1976), tanto a noção, quanto sua representação não são dadas, por isso, a TOPE objetiva a construção de um sistema metalinguístico de representações que suporte a diversidade das línguas naturais, em que as noções são esses próprios sistemas de representações. Do ponto de vista linguístico, as ocorrências dizem respeito à materialização da noção.

As palavras, portanto, não representam as noções, e a noção nem sempre pode ser representada no nível lexical, pois existem diferentes tipos de noção, sendo necessário um aparato metalinguístico para o estudo das relações entre as ocorrências e os tipos de noções e sua abordagem dentro das tendências linguísticas focadas na questão da enunciação. Culioli defende esses sistemas de representação, afirmando que se trata de

Complexos sistemas representacionais das propriedades físico-culturais. Ou seja, propriedades de objetos resultantes das manipulações necessariamente à parte das culturas e desse ponto de vista, examinar noções inevitavelmente implica falar de problemas da alçada de disciplinas que não podem ser reduzidas unicamente à linguística (CULIOLI, 1995, p. 34).<sup>19</sup>

---

<sup>19</sup> No original: Systèmes de représentation complexes des propriétés physico-culturelles. Autrement dit, les propriétés des objets résultant de manipulations sont nécessairement distinctes des cultures et de ce point de vue,

Pode-se distinguir, na teoria culioliana, dois tipos básicos de noções. Um primeiro tipo que é representado pelas unidades lexicais e um segundo tipo representado por derivações construídas. As noções podem ser linguísticas ou fenomenológicas, funcionando dentro de uma relação estabelecida com outras noções, de forma que o funcionamento está estritamente estabelecido pelas condições da produção discursiva nas quais essas noções agem.

A noção emerge num contexto previamente composto por representações em que as propriedades nocionais simplesmente determinam quais operações podem ser diretamente realizadas e, com isso, uma noção não tem quantidade nem qualidade, não é positiva nem negativa, mas é compatível com todos os valores que as operações de determinação enunciativas e predicativas acarretam (CUMPRI, 2011, p. 281).

Pria (2009, p. 52) traz uma distinção importante para o estudo da noção

A noção distingue-se do ‘conceito’ e do ‘signo’ justamente porque faz intervir o estável – dado pela representação de propriedades físico-culturais definidas no interior de uma cultura e socializadas entre os sujeitos nela inseridos – e o deformável – dado pelas modulações do sujeito sobre o estável (ou o que é tido como estável nas relações intersubjetivas) segundo sua vontade, desejo e intenção ou, ainda, do impedimento dessas três diante do que está estabilizado.

A noção não é dizível, não é materializável e o que há são as marcas de sua existência, por isso apreendida nas ocorrências de suas realizações particulares. A partir dessa concepção é que postulamos que uma ocorrência não tem nenhuma relação estabilizada com as noções.

Quando essas noções estabelecem as relações, colocando em relação pelo menos dois termos, podemos construir os enunciados também chamados de objetos linguísticos. As marcas que esses objetos trazem, que são percebíveis, permitem as reconstruções das relações. Os objetos linguísticos, construídos a partir de unidades próprias de cada língua vão permitindo a construção das noções. As unidades podem ser as palavras, mas não as noções. Assim, as palavras não coincidem com as noções. Culioli (1985 apud ZAVAGLIA, 2016, p. 70):

As palavras são como resumos desses sistemas de representação nocional. São captadoras: por uma palavra você pode remeter a uma noção. Ela evoca toda uma noção, mas a relação não é simétrica: uma noção vai ser aprisionada parcialmente numa palavra. Uma vez mais, pois, não há relação termo a termo; sempre há evasivas, sempre há excessos. Na realidade, sempre há, a partir da palavra, a possibilidade de haver um sistema que escape à palavra.

---

examiner des notions implique inévitablement de parler de problèmes à l'intérieur de disciplines qui ne peuvent se réduire à la seule linguistique.



Para Culioli (1999), cada noção é compreendida como um predicado que combina com outras noções dando origem a outra predicação através de uma atividade de memória cognitiva, levando algumas noções a se combinarem pela memória, com outras noções cujas propriedades já foram combinadas ou podem se relacionar.

Uma noção pode assumir diversas propriedades nocionais dependendo das relações nas enunciações, entretanto também não se pode reduzir as noções relacionando-as a algumas propriedades. As noções, no enunciado, na busca por ajustamentos e estabilidade aproximam-se de “sinônimos”, contextos e cotextos.<sup>20</sup> Assim, “toda unidade linguística, embora varie semanticamente, organiza-se esquematicamente de forma que o esquema invariante permita a variação” (ZAVAGLIA, 2016, p. 75).

A noção nos põe em confronto com o problema da identidade *versus* a alteridade. O “domínio nocional” proposto por Culioli (2000) e definido como o domínio das ocorrências de uma noção é uma tentativa de resolver esse problema através da integração das relações de identidade e alteridade. Assim, uma noção não é definida somente pelo que ela é (identidade), mas também pelo que ela não é (alteridade<sup>21</sup>) (BIASOTTO, 2012).

### 1.5.2 A ocorrência

Para se estruturar a noção é necessário passar pela construção de ocorrências. Tais construções permitirão a constituição dos domínios nocionais. Pode se observar a ocorrência sob três pontos de vista: o fenomenológico, o linguístico e o metalinguístico.

Do ponto de vista fenomenológico, as ocorrências dizem respeito à existência de objetos e à construção de propriedades desses objetos, com os quais entramos em contato desde a infância. Depende da representação contida no interior de cada cultura, a maneira como serão manipuladas a aprendizagem e a construção dos sistemas de representação.

Do ponto de vista linguístico, as ocorrências linguísticas são a materialização de cada termo, ou seja, da noção, que é introduzida no enunciado de modo direto ou indireto, que são manifestos na linguagem, pelas línguas naturais.

---

<sup>20</sup> O referencial teórico da TOPE considera que os sentidos das unidades lexicais não estão prontos e acabados, eles são construídos no ambiente textual (que chamamos de cotexto) onde ocorrem e a estabilidade desses sentidos se dá apenas nesse ambiente. Nessa perspectiva, para a TOPE, não há sentidos pré-estabelecidos, mas construídos na atividade de linguagem em um cotexto que convoca um contexto específico. A linguagem é estudada, aqui, a partir dessa atividade de linguagem na qual coocorrem operações que desembocam no agenciamento das formas (os enunciados) e nos sentidos.

<sup>21</sup> Entende-se por alteridade o processo de diferenciação de objetos, sujeitos, entidades etc. O correlato da alteridade é a identidade dessas instâncias.

O ponto de vista metalinguístico compreende um domínio abstrato, de representações metalinguísticas e não de representações cognitivas, sendo neste domínio que se estruturam as ocorrências das noções. Para Culioli

[...] (enquanto que) no caso das ocorrências fenomenais, o linguista tem apenas uma palavra a dizer e não de maneira privilegiada, no caso das ocorrências linguísticas e metalinguísticas, ele deve oferecer os meios para tratar tudo o que se relaciona ao texto na sua materialidade constituída, o que significa dizer que, nesse ponto, intervêm as operações localizáveis de construção (CULIOLI, 1990, p. 57)<sup>22</sup>.

Vejam, a seguir, a estrutura do domínio nocional.

### 1.5.3 A estrutura do domínio nocional

Segundo Rezende (2000, p. 104), o domínio nocional evoca a ideia de conteúdo de pensamento reunindo objetos de conhecimento e os coloca em relação para efetivamente representar uma certa relação entre eles.

Domínio nocional é um conjunto de propriedades possíveis de constituir-se uma noção, dizendo respeito a um momento de indistinção desta, quando ela se apresentaria, ainda, aberta a possibilidades significativas. Estabelecido esse domínio, teríamos um “centro organizador” a indicar quais traços determinam a noção enunciada.

Todo domínio nocional é constituído de uma *fronteira*, que é o intervalo ou mesmo o campo vazio entre duas propriedades; de um *interior* dessa fronteira, que é tudo aquilo que é construído ao redor do alto grau da noção (o prototípico, o tipificado) e de um *exterior*, que é um domínio cujo centro é tudo aquilo que o interior não é (o contrário, o antônimo, etc.), igualmente prototípico e tipificado (CUMPRI, 2017). Culioli nos diz que (1990, p. 181-182):

Quando se constroem ocorrências abstratas, fazem-se três coisas simultaneamente: (1) constroem-se ocorrências abstratas e individuais, (2) constrói-se um centro organizador, em relação ao qual qualquer ocorrência da noção é definida (o centro organizador é dual: um tipo e um atrator). (3), Daí, a construção de um gradiente (o domínio nocional) então representada como um recipiente de atração; o valor absoluto é central, e o valor relativo de P diminui à medida que se distancia do centro. Disso tudo, segue que as ocorrências são distribuídas num domínio (chamado domínio nocional) com

<sup>22</sup> No original: Ainsi, si dans l'ecas des occurrences phénoménales, le linguiste n'a qu'un mot à dire et pas de manière privilégiée, dans les cas des occurrences linguistiques et métalinguistiques, il doit donner les moyens de traiter tout ce qui se rapport à du texte dans sa matérialité constituée, c'est-à-dire là où interviennent les opérations de construction repérables (CULIOLI, 1990, p. 57).

uma topologia, baseada na identificação e na diferenciação. O resultado é um domínio de quatro zonas (Centro; Interior; Fronteira; Exterior). [...]<sup>23</sup>

O domínio nocional envolve a ideia de conteúdo de pensamento, por um lado, reunindo objetos de conhecimento e, por outro, colocando-os em relação para representar uma certa relação entre eles. Ao domínio das representações, constrói-se um domínio nocional, que representa uma classe de ocorrências abstratas, tornando a noção potencialmente quantificável, permitindo assim efetuar as operações de quantificação e qualificação.

Em uma situação de enunciação, os termos de uma língua podem mudar de função, o que estava estabilizado como um verbo passa a ser um nome, o que era definido passa a ser indefinido, tornando-se impossível uma classificação feita antes da materialização das formas. Por isso, Culioli (1999) propõe que os processos gramaticais gerais sejam formalizados, pelas diferentes línguas, observando as diversas marcas no enunciado.

O domínio nocional reúne objetos de conhecimento e os coloca em relação, e representa essas relações. As ocorrências são identificáveis umas com as outras, mas não são idênticas. A significação é construída, observando-se numa perspectiva da produção e numa perspectiva de reconhecimento, fazendo-se necessário compreender todo o processo subjacente à complexidade da construção das formas linguísticas. Assim:

Ou postulamos uma regularidade de valores construídos culturalmente e estáticos e tratamos os casos residuais como exceções (e as exceções só não são mais numerosas do que os valores regulares porque se trabalha normalmente com exemplos cujo aparato aspecto-modal está estabilizado) ou procuramos entender a natureza das exceções (REZENDE, 2002, p. 125).

Com o conceito de domínio nocional, pode-se dar conta dos diferentes valores modais. Quando se constroem enunciados localizando a relação predicativa no interior ou no exterior (com a negação) do domínio nocional, podem ser construídas as diferentes possibilidades modais.

O domínio nocional é uma representação sem materialidade, inacessível, e que não corresponde diretamente aos itens lexicais, ou seja, trata-se de estudar as unidades da língua fora de qualquer categorização gramatical prévia, concebendo que há categorias conceituais

---

<sup>23</sup> No original: When you construct abstract individual occurrences, you do three things simultaneously: (1) you construct abstract individual occurrences, (2) you construct an organizing centre, with respect to which any occurrence of the notion is defined (the organizing centre is dual: a type and an attractor). (3) Hence, the construction of a gradient (the notional domain is then represented as a basin of attraction; the absolute value is central, and the relative value of P decreases as you move away from the centre). From all this, it follows that the occurrences are distributed in a domain (called *a notional domain*) with a topology, based on identification and differentiation. The result is a four-zone domains (Centre; Interior; Boundary; Exterior). [...]

preexistentes nas próprias línguas, não tendo, portanto, as mesmas propriedades correspondentes a outros sistemas de representação comunicável, nem pretendendo teorizar todas as línguas, mas compreender as singularidades das línguas naturais. O domínio nocional, conforme Culioli é

[...] uma forma de representação não linguística, relacionada ao estado de conhecimento e à atividade de elaboração de experiências de cada um de nós. Nesse nível, há espaços para cadeias de associações semânticas onde se tem - grupos de propriedades estabelecidas pela experiência, armazenadas e elaboradas sob diversas formas (em conexão especialmente com os processos de memorização: imagens, atividade onírica ou emblemática, etc.). É uma propriedade essencial da atividade simbólica, sobre a qual se funda em particular o trabalho metafórico e o trabalho de ajustamento intersubjetivo que supõe ao mesmo tempo estabilidade e deformabilidade. Essa ramificação de propriedades que se organizam umas em relação às outras em função de fatores psíquicos, culturais, antropológicos, estabelece o que eu chamo de **domínio nocional** (CULIOLI, 1999, p. 10) [Grifo do autor].<sup>24</sup>

Assim, o domínio nocional corresponde às diversas noções que são articuladas de maneira singular pelos indivíduos, sendo cada ocorrência distinta de outra, pois os seres humanos representam o mundo mentalmente de maneiras distintas. As noções construídas singularmente pelos indivíduos se estabilizam, entretanto, não se finalizam, pois, as ocorrências abstratas no domínio nocional sempre podem ajustar-se a partir das experiências individuais de cada pessoa. Tais experiências são provenientes das construções subjetivas e particulares, proporcionadas aos sujeitos em suas vivências no mundo físico-cultural.

### 1.5.3.1 O centro organizador do domínio nocional

Sabemos que uma ocorrência não tem uma relação estabilizada com a noção da qual ela constitui uma realização particular. Quando uma noção alcança a sua determinação, essa estabilização passa por um centro organizador ou centro atrator. Assim, o centro organizador é responsável pela construção de um referencial para a construção de representações.

---

<sup>24</sup> No original: [...] une forme de représentation non linguistique, liée à état de connaissance et à l'activité d'élaboration d'expériences de tout un chacun. Il y a place à CE niveau pour des chaînes d'associations sémantiques où l'on a des - grappes de propriétés établies par l'expérience, stockées et élaborées sous des formes diverses (en liaison notamment avec des processus de mémorisation: images, activité onirique ou emblématique, etc.). C'est une propriété essentielle de l'activité symbolique, sur laquelle se fonde en particulier le travail métaphorique et Le travail d'ajustement intersubjectif qui suppose à la fois stabilité et déformabilité. Cette ramification de propriétés qui s'organisent les unes par rapport aux autres en fonction de facteurs physiques, culturels, anthropologiques, établit ce que j'appelle un **domaine notionnel** (CULIOLI, 1999, p. 10, grifos do autor).

Dentre as ocorrências abstratas de uma noção, haverá uma noção que ocupará uma posição de destaque. Trata-se da organização que o enunciador faz das ocorrências fenomenológicas e abstratas, e assim, ele constrói o predicado, que uma ocorrência dentre as demais adquire, que servirá como centro organizador do domínio nocional. Para Culioli (1999b, p. 11),

não existe representação de qualquer ordem que seja que não se coloque em relação a um pólo de referência. Caminha-se do desconhecido ao conhecido, constrói-se relativamente a um centro organizador [...]. Esse pólo de referência é a própria condição da regulação intersubjetiva.<sup>25</sup>

O centro organizador é instituído de dois modos: o tipo e o atrator.

#### 1.5.3.1.1 O tipo

O tipo se constrói por meio de operações de identificação e de diferenciação que nos permite identificar uma ocorrência como um exemplar da noção, permitindo também organizar a fragmentação da noção, construindo uma ocorrência distinta privilegiada. Tal fragmentação é decorrente da localização das ocorrências em uma situação de enunciação.

São os diferentes graus de identidade que conduzirão as ocorrências a se agruparem ao longo do centro atrator. Assim as ocorrências quase idênticas à ocorrência tipo serão agrupadas perto do centro organizador, e serão definidas como pertencentes ao *Interior* do domínio nocional; já as ocorrências com menos propriedades em comum com a ocorrência **tipo** serão agrupadas em ordem decrescente de identidade e em ordem crescente de alteridade em relação ao centro organizador e serão definidas como pertencentes ao *Exterior* do domínio. Segundo Culioli (1999b, p.12) “a operação de identificação é primeira na construção das representações: verbaliza-se em relação ao que é, antes de verbalizar-se em relação ao que não é”.<sup>26</sup>

O tipo contribui para a organização do centro na delimitação de quais ocorrências de uma classe são ou não ocorrências da mesma propriedade, configurando se como condição enunciativa de ajustamento e de regulação.

<sup>25</sup> No original: Il n'existe aucune représentation d'un ordre quelconque qui ne soit placée par rapport à un pôle de référence. On marche de l'inconnu au connu, on se construit en relation avec un centre organisateur [...]. Ce pôle de référence est la condition même de la régulation intersubjective.

<sup>26</sup> No original: “l'opération d'identification est d'abord dans la construction des représentations: elle se verbalise par rapport à ce qui est, avant de se verbaliser par rapport à ce qui n'est pas”

#### 1.5.3.1.2 O atrator

O atrator constrói-se apenas a partir do próprio predicado, sendo uma construção de uma origem que não tem outra referência senão o predicado em si, assim o atrator é uma ocorrência imaginária, portanto inacessível, delimitada em relação a si mesma, localizada em relação a ela mesma.

O atrator é o ponto de estabilidade de um agregado de valores. Esses valores são ordenados segundo graus diferenciados e por constituir seu próprio termo de referência, o atrator constitui como origem absoluta e caracteriza-se pela impossibilidade de constituir um valor último.

Podemos dizer que, com o atrator temos uma ocorrência como singular, que corresponderá a uma consideração particular de uma noção, ou seja, o atrator tem a característica da singularidade, só permitindo a comparação da ocorrência privilegiada consigo próprio, e não com outras ocorrências. Assim, ao estabilizar um valor absoluto, o atrator resulta em uma singularidade em relação a qual nenhuma alteridade pode mais se definir.

#### 1.5.3.2 A fronteira

Para a Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas, a fronteira pode ser um princípio ou uma zona de alteração e de transformação, podendo ser representada também como a zona em que as ocorrências menos típicas do interior se sobrepõem às ocorrências menos típicas do exterior, e vice-versa.

É em relação ao centro organizador que a fronteira se organiza. As propriedades que permanecem na fronteira são as que, construído o centro organizador pela noção, não estão no interior, nem no exterior. “A área de fronteira teoriza uma negação mais fraca (“é diferente, mas não totalmente diferente”) da propriedade  $p$  e possibilita a visualização de pares de oposição entre termos” (PRIA, 2002, p. 63).

Importante ressaltar que a zona fronteira entre interior e exterior é um fechamento não estático, já que a fronteira guarda a uma potencialidade de abertura, desde que não ocorram novas operações de identificação e de diferenciação.

##### 1.5.3.2.1 O complementar

A TOPE concebe cada noção como um predicado, chamado de  $P$ , e cada uma dessas noções possui um complementar, chamado de  $P'$ . A noção localiza-se no interior do domínio nocional e seu complementar no seu exterior. O complementar tem as propriedades de um domínio fechado, a partir de um dado de domínio aberto.

O complementar é, então aquilo que aparece num domínio  $p$ , que é diferente do domínio de  $p$ , e é o seu complementar  $p'$ . Segundo Pria (2002, p. 63), “Se definido em relação à fronteira, basta a negação parcial da propriedade  $p$  para que se construa o complementar  $p'$ . Se definido em relação ao exterior ao domínio, será necessária a negação total de  $p$  para que se construa seu complementar”.

Passamos agora aos conceitos das operações de determinação.

## 1.6 As operações de determinação

Culioli (1995) identifica que as operações construídas pelas classes de ocorrências proporcionam fenômenos quantificáveis, que podem ser processados de forma a reduzirem-se a eventos, isto é, de forma que eles possam ser representados por pontos e ao mesmo tempo realizar uma operação de qualificação.

### 1.6.1 Quantificação e Qualificação

Ao construir uma noção, um indivíduo também constrói ao redor dessa noção um domínio nocional, que é constituído por ocorrências da noção que são individuais e distintas. Ao construir a representação de uma ocorrência da noção e localizá-la em uma situação de enunciação, tem-se a quantificação desta noção. Segundo Culioli, a quantificação remete “à operação pela qual se constrói a representação de alguma coisa que se possa distinguir e situar em um espaço de referência” (1999b, p. 82).<sup>27</sup>

A partir do momento em que uma noção é materializada na construção de um enunciado, a quantificação atua sobre a noção, permitindo a passagem de uma qualidade indivisível a uma qualidade fragmentada; bem como a construção de quaisquer ocorrências e a construção de ocorrências diferenciadas. Para Culioli

[...] **Quantificação** remete, não à quantificação lógica, mas à operação pela qual se constrói a representação de **alguma coisa** que se pode distinguir e

---

27 No original: “à l'opération par laquelle se construit la représentation de quelque chose qui peut être distingué et localisé dans un espace de référence” (1999b, p. 82).

situar em um espaço de referência. [...] **Alguma coisa** não se refere ao inanimado (por oposição a **alguém**), mas remete a um estado (interno ou externo) do qual se pode dizer que se distinguirá de um outro estado, que implicará, então, descontinuidades, que será localizado (no sentido abstrato do termo) em um domínio de representações. Poderíamos dizer de outro modo: **alguma coisa** remete a uma ocorrência que, seja qual for, um sujeito possa apreender, discernir (perceber como uma forma singular em relação ao meio), distinguir (eliminar a indeterminação) e situar (um sujeito situa essa alguma coisa em um espaço-tempo, que pode ser imaginário) (CULIOLI, 1999b, apud ZAVAGLIA, 2016, p. 82, grifos do autor).

Ao se efetuar uma operação de identificação/diferenciação que incida sobre alguma coisa tem-se a operação de qualificação que afeta alguma coisa de existente, já pré-construída. Nessa operação, permite-se unir o provisoriamente registrado e o registrável. Segundo Culioli (1999b, p. 85), “consiste não apenas em registrar sobre um suporte material, mas também em guardar na memória, dar atenção, ou ainda de eliminar impressões, traços, supérfluos, etc.”<sup>28</sup>. Para o teórico

[...] a qualificação não é uma operação simples e que se aplica sobre o texto a analisar, como se aplica um unguento para acalmar a dor. QNT e QLT ajudam a formular procedimentos de resolução de problemas, permitindo tratar do complexo. Mas não eliminando nem as intricações nem as interações, nem os escalonamentos, nem as deformações, em suma não há metalíngua mágica (CULIOLI, 1999b, apud AGUILAR, 2017, p. 89).

A determinação, proposta pela TOPE, é um conjunto de operações elementares (extração, flechagem, varredura) que são resultados de operações de quantificação e qualificação possibilitadas pelas características da noção. Vejamos cada uma dessas operações a seguir.

### 1.6.1.1 A Extração

A extração consiste em individualizar uma ocorrência, ou seja, localizar uma ocorrência em relação a um sistema situacional. Trata-se de extrair do conjunto das ocorrências que formam o domínio nocional de uma noção, uma ocorrência específica que se identifica com o predicado; da listagem constituída pelas ocorrências abstratas do domínio nocional da noção, extrai-se uma ocorrência em particular.

---

28 No original: “consiste non seulement à enregistrer sur un support matériel, mais aussi à le garder en mémoire, à y prêter attention, voire à éliminer les impressions, traces, superfluités, etc.”.



Trata-se, portanto de uma operação de determinação, em que enunciador isola um ou mais elementos de uma classe de ocorrências, isolando também uma quantidade de uma classe de quantidades, e as localiza em relação a uma situação, permitindo que, o que antes era uma ocorrência de uma classe abstrata, torne-se uma ocorrência singular, delimitada, com propriedades situacionais.

### **1.6.1.2 A Flechagem**

A flechagem é uma operação de determinação que se manifesta após uma extração e consiste em obter uma especificidade qualitativa de um conjunto de elementos que são extraídos de uma classe. Trata-se de uma operação que identifica uma ocorrência posterior de uma noção, com uma ocorrência anterior que não é necessariamente enunciada, podendo ser um pré construto implicitado e por isso, resulta sempre em uma oposição entre o conjunto e o resto da classe.

### **1.6.1.3 A Varredura**

A varredura consiste num percurso realizado na listagem de ocorrências abstratas da noção, sem que nenhuma delas seja extraída e sem que essas ocorrências se identifiquem umas às outras. Trata-se de uma operação de determinação que, segundo Culioli (1999b, p. 48), “consiste em percorrer todos os valores assinaláveis no interior de um domínio sem poder se ater a um valor distinto [...]”.<sup>29</sup>

Podemos interpretar que a varredura é uma operação na qual a sua negação permite sair do domínio nocional, ou seja, ir em direção ao exterior do domínio, ou seja, parte-se dos valores positivos possíveis ligados a uma referência estável ao que corresponde à ausência de diferenciação.

## **1.6.2 A modalidade e o aspecto**

A modalidade e o aspecto estão entre as categorias gramaticais que contribuem para a construção de valores referenciais dos enunciados, pois são operações por meio das quais o enunciador pode especificar o grau e as condições de validade da sua predicação.

---

<sup>29</sup> No original: “consiste à parcourir toutes les valeurs assignables au sein d'un domaine sans pouvoir s'en tenir à une valeur distincte”.

### 1.6.2.1 A Modalidade

A modalidade é uma categoria que incide diretamente sobre a relação predicativa quando se constrói o enunciado. Os graus e condições de validação da léxis predicativa podem ser afirmados através da modalidade; organizada por operações gerais de quantificação e qualificação na esfera dos valores referenciais que surgem na relação intersubjetiva entre enunciador e coenunciador. Em Culioli (1999) vemos a distinção de quatro ordens de modalidade.

A primeira ordem de modalidades corresponde à asserção (afirmativas ou negativas), à interrogação e à injunção. Na asserção, têm-se dois valores, e o enunciador precisa escolher ou um ou outro, o positivo ou o negativo. Na interrogação, o enunciador dá ao seu coenunciador a opção de escolher a afirmação ou negação ou nenhuma das duas, se eximindo de assumir um valor. Na injunção, têm-se as possibilidades sim, não, talvez; o talvez sendo nem sim nem não, mas podendo se tornar sim ou não, marcando, portanto, uma oscilação entre a interrogação e a asserção.

A segunda ordem de modalidades, a epistêmica, reúne o provável, o verossímil, o possível e o eventual, ou seja, os valores estão entre 0 e 1 e marcam a incerteza do enunciador com relação à validação da predicação.

A terceira ordem de modalidades é a apreciativa (ou afetiva). Neste caso, o enunciador faz julgamentos apreciativos favoráveis ou desfavoráveis, de normalidade ou anormalidade, de valor, imprime um sentimento pessoal a um fato.

A quarta ordem de modalidades é a intersubjetiva, que marca a relação entre enunciador e coenunciador, que é estabelecida por meio do querer, do dever ou da permissão.

### 1.6.2.2 O Aspecto

O aspecto possibilita ao linguista uma correspondência entre uma noção gramatical e os marcadores linguísticos de uma determinada língua. É a operação de aspecto que permite ao enunciador dizer como se apresenta para ele o processo, valendo-se de diferentes marcas para representar um processo acabado, inacabado ou pontual.

É também uma possibilidade permitida pelo aspecto, executar modulações sobre conteúdos de pensamento colocados como pontos de referência no plano do que é predicado no enunciado, localizando-os no tempo e no espaço.

O aspecto é, para a TOPE, uma categoria gramatical, entretanto, não é considerado como etiqueta que estabelece um estatuto de um termo, sendo considerado como traço de operação.

Compreendemos que as categorias gramaticais são sistemas de correspondências entre as marcas morfológicas propriamente linguísticas e os valores semântico-sintáticos aos quais elas remetem. Por isso, o estudo de uma língua deve se dar em uma perspectiva dinâmica, na qual se considera o processo de construção das categorias, isto é, a existência de noções, que por meio de relações e operações poderão dar origem tanto ao léxico quanto à gramática. Assim passemos à Seção II em que observaremos a semântica operatória de alguns verbos.

## SEÇÃO II

### A SEMÂNTICA OPERATÓRIA DAS MARCAS LINGUÍSTICAS *DEIXAR DE E COMEÇAR A*: UMA ANÁLISE PELO VIÉS DA TOPE

Dividimos esta Seção em seis subseções. Na subseção 2.1 discorremos sobre A visão construtivista da produção do sentido; em 2.2 tratamos acerca d'A contextualização e o sujeito; em 2.3 discorremos sobre O cancelamento e abertura de sentidos; em 2.4 explicitamos Como a língua intervém nos processos de abertura e cancelamento de sentidos?; em 2.5 trazemos algumas considerações sobre os Verbos *Começar a* e *Deixar de* e em 2.6 discorremos sobre o pré-construído sob a perspectiva da TOPE.

Iniciamos esse texto retomando que, no conjunto de inúmeras reflexões já existentes, incluindo discussões situadas entre estudos semânticos, discursivos e enunciativos, ao observarmos conjuntos de enunciados diversos que trazem à tona as questões de sentido, podemos reafirmar, que diversos desses conjuntos de enunciados são produzidos e calibrados a partir de um sentido já dado. Ou seja, tal sentido, que cancela, anula, neutraliza outros sentidos, considera a experiência, a cultura e o universo extralinguístico dos sujeitos como sendo a mesma e sendo assim, esse sentido, seria o mesmo para todos os participantes da enunciação. Observemos o que nos diz Culioli:

Partir-se-á, como eu já disse e redisse, ‘do que vem’, quer dizer, de observações (definições de dicionários, problemas de tradução, língua cotidiana, textos que acabamos de ler), munidas de suas condições de produção/reconhecimento (contexto explícito, prosódia). Isso suscita frequentemente textos longos, trocas verbais, em suma, tudo, menos exemplos breves e artificiais de ilustração de uma regra (CULIOLI, 1999b, p. 22 apud ROCHA, 2019).

Pensando os enunciados a partir dos pressupostos teóricos da teoria que adotamos, afirmamos que a significação é construída durante a interação verbal dos falantes. Partimos de uma abordagem enunciativa que concebe os fenômenos linguísticos de modo dinâmico e, por isso, nos afastamos de uma perspectiva em que os sentidos dos termos são previamente estabilizados e já determinados no léxico das línguas. Observamos que “trabalhar sobre um mundo construído e sobre o mundo em construção parece nos ser a grande distinção entre as reflexões mais clássicas em linguística e esta que defendemos” (REZENDE, 2008, p. 53). A pesquisadora da TOPE nos orienta que

Nos movimentos de não-correspondência entre léxico e gramática de uma configuração de língua para outra (seja de língua para língua mesmo, seja dentro de uma mesma língua, pois nos dois casos são movimentos entre dois pontos espaço-temporais), haverá sempre mudança no estatuto psicossociológico dos sujeitos envolvidos, e haverá sempre deslocamentos em direção à síntese integradora (a linguagem), mas não haverá nunca a possibilidade de se medir e de se avaliar em mais ou em menos a natureza desse deslocamento, uma vez que não há pontos ideais de chegada e de partida. A linguagem é o próprio processo de avaliação e medida; é ela que nos oferece a distância, a proximidade, o vazio, o remontamento. A linguagem é um mecanismo de ‘localização’, e, portanto, um mecanismo que organiza um ‘espaço’ distanciando e aproximando ‘pontos’ ou ‘lugares’ (REZENDE, 2000, p. 354).

Embasamo-nos, portanto, numa teoria que nos confronta a estar atentos às armadilhas das categorias, ou seja, da formalização fundamentada, bem como de modelos prontos e acabados que encerram sentidos. É uma teoria que não se contenta em ficar na superfície da descrição dos produtos languageiros, antes, comprometemo-nos com rigor epistemológico e priorizamos a compreensão das operações que conduzem a tais produtos. Concordamos que

[...] não é porque uma pessoa conhece uma língua que sabe como observar essa língua. Na linguística, como em todas as ciências, a observação é aprendida, preparada e controlada. A relação imediata que temos com nossas línguas não deve ser uma ilusão [de conhecê-la enquanto um sistema complexo de inter-relações], o empirismo linguístico não é menos complexo que o da biologia ou da medicina (CULIOLI, DESCLÉS, 1981, p. 1).<sup>30</sup>

Ao consideramos que a linguagem é uma atividade de produção de significação que é realizada pelos interlocutores, em interação, e é veiculada pela língua, afirmamos que não existe separação entre a linguagem e o sujeito. Para nós, a linguagem é um trabalho ou uma atividade de construção de representação, referenciação e regulação. Culioli, ao atribuir à linguagem um funcionamento ativo, imbricado com a diversidade das línguas naturais, afirma que

[...] não posso me satisfazer com o que me é apresentado como pesquisas em linguística, especialmente porque meu objetivo não é o mesmo de pessoas que dizem ter um projeto de pesquisa em linguística, mas que nunca dizem do que se trata, exceto descrever uma língua num dado momento. A descrição de uma língua é algo muito importante, é claro, mas talvez não seja suficiente para um projeto que tenha um certo escopo científico, no sentido em que este projeto integrar-se-ia a outras áreas de pesquisa e, em particular, à linguagem e às línguas. Expliquei isso várias vezes, mas gostaria ainda de retomar. Para

---

<sup>30</sup> No original: [...] ce n'est pas parce qu'une personne connaît une langue qu'elle sait observer cette langue. En linguistique, comme dans toutes les sciences, l'observation s'apprend, se prépare et se contrôle. Le rapport immédiat que nous entretenons avec nos langues ne doit pas être une illusion [de le connaître comme un système complexe d'interrelations], l'empirisme linguistique n'est pas moins complexe que celui de la biologie ou de la médecine (CULIOLI, DESCLÉS, 1981, p. 1).

alguns, a linguagem remeteria à língua /fala, por exemplo, mas nunca foi tomada como atividade (CULIOLI, DUCARD, 2004, p. 130-131).<sup>31</sup>

É importante retomarmos aqui, o que compreendemos, teoricamente, por enunciação, bem como por enunciado. Para Culioli, enunciação é uma construção teórica e, portanto,

[...] atividade e, ao mesmo tempo, um evento para o observador, que consente que um sujeito humano produza texto, escrito ou oral, que será organizado, isto é, incluir regularidades, com marcadores que são vestígios de operações [mentais], para que esta declaração seja apreendida, [...] analisada nos traços dos marcadores, e não em seu significado, para ser ao mesmo tempo reconhecida como tendo sido pronunciada para ser reconhecida como significante: é o laço semiótico, com um segundo sujeito que será levado a reconstruir e, eventualmente, procurar um ajuste com o qual o primeiro sujeito tinha em mente (CULIOLI, DUCARD, 2004, p. 10).<sup>32</sup>

Trata-se, portanto, de pontuarmos que adotamos a visão de um enunciado que não reduz essa atividade a um esquema de transmissão/recepção, pois partimos da premissa de que todo sujeito como falante é construído a partir de sua própria história, de sua relação com os outros, de sua imagem de si mesmo em sua relação com os outros, dos outros com relação a ele mesmo etc. Portanto, discordamos de um modelo de “com uma concepção simplificada da comunicação, [...] que remeteria unicamente à comunicação linear de uma informação calibrada em uma atmosfera neutra e homogênea” (CULIOLI, 2010, p. 112)<sup>33</sup>.

Partindo dessa proposição, as concepções teóricas de enunciado e enunciação de Antoine Culioli não se aproximam de uma visão pragmática da enunciação, pela compreensão de que “os mecanismos enunciativos implícitos ao objeto da análise não são, portanto, externos à linguagem” (FRANCKEL, PAILLARD, 1998, p. 52).

<sup>31</sup> No original: [...] Je ne peux pas me contenter de ce qu'on me présente comme des recherches en linguistique, d'autant plus que mon objectif n'est pas le même que les gens qui disent avoir un projet de recherche en linguistique, mais qui ne disent jamais de quoi il s'agit, sauf décrire une langue à un moment donné. La description d'une langue est certes très importante, mais elle n'est peut-être pas suffisante pour un projet qui a une certaine portée scientifique, dans le sens où ce projet serait intégré à d'autres domaines de recherche et, en particulier, à celui du langage et langues. Je l'ai expliqué plusieurs fois, mais j'aimerais quand même y revenir. Pour certains, le langage ferait référence au langage/parole par exemple, mais il n'a jamais été pris comme une activité (CULIOLI, DUCARD, 2004, p. 130-131).

<sup>32</sup> No original: [...] activité et, en même temps, un événement pour l'observateur, qui consent à ce qu'un sujet humain produise un texte, écrit ou oral, qui sera organisé, c'est-à-dire comportera des régularités, avec des marqueurs qui sont des traces de [opérations mentales], pour que cet énoncé soit appréhendé, [...] analysé dans les traces des marqueurs, et non dans son sens, pour être en même temps reconnu comme ayant été prononcé pour être reconnu comme signifiant : c'est le lien sémiotique, avec un deuxième sujet qui sera amené à reconstruire et, éventuellement, à rechercher un ajustement que le premier sujet avait en tête (CULIOLI, DUCARD, 2004, p. 10).

<sup>33</sup> No original: “con una concepción simplificada de la comunicación, [...] remitiría unicamente a la transmisión lineal de una información calibrada em uma atmosfera neutra y homogênea” (CULIOLI, 2010, p. 112).

Interessa-nos também, marcar como compreendemos a diferença entre enunciado e frase, especialmente para os procedimentos metodológicos. Para nós, os enunciados orais ou escritos são as unidades mínimas das línguas naturais que podemos observar e manipular. É, portanto, o enunciado, um produto linguístico que resulta das operações predicativas e enunciativas, ou seja, das operações cognitivas feitas por um sujeito enunciador. Culioli e Desclés diferenciam que

[...] a frase depende essencialmente de uma norma; é facilmente caracterizada por uma gramática aproximativa que ‘explicará’ sua organização interna. A noção de enunciado é mais sutil, porque, de fato, certas cadeias são mais ou menos enunciáveis (segundo os contextos em que estão inseridas, a modulação que as apresenta) e segundo parâmetros socioculturais que constantemente vêm ‘perturbar’ as condições de observação; em geral, eles têm várias interpretações mais ou menos aceitáveis. É, portanto, preciso conseguir organizar essas interpretações e apreender essa noção de aceitabilidade (CULIOLI, DESCLÉS, 1981, p. 10).<sup>34</sup>

A partir dessa compreensão, não consideramos a língua como um código, e afirmamos que tanto as expressões linguísticas, quanto ao falarmos e escrevermos não estamos nos comunicando e transmitindo mensagens, mas sim, afirmamos que a linguagem é uma atividade significativa, e somente os sujeitos, por meio de um trabalho, de uma atividade, podem determinar os sentidos atribuindo significados. Dizemos isso por concordar com Franckel (2011, p.15) de que a TOPE é uma teoria que se apresenta de maneira “fundamentalmente construtivista”.

## **2.1 Uma visão construtivista da produção do sentido**

É importante ressaltar que adotamos uma visão construtivista da produção do sentido e entendemos a significação como o resultado de uma construção a partir da materialidade verbal. Para Franckel (2011, p. 23), “o sentido das unidades constrói-se no e pelo enunciado, ao mesmo tempo em que elas determinam o sentido desses enunciados”. Somente numa abordagem construtivista, podemos conceber que

---

<sup>34</sup> No original: [...] la phrase dépend essentiellement d'une norme; il se caractérise facilement par une grammaire approximative qui va « expliquer » son organisation interne. La notion d'énoncé est plus subtile, car en fait certaines chaînes sont plus ou moins énonçables (selon les contextes dans lesquels elles s'insèrent, la modulation qui les présente) et selon des paramètres socioculturels qui viennent sans cesse « perturber » les conditions d'observation; en général, ils ont plusieurs interprétations plus ou moins acceptables. Il faut donc être capable d'organiser ces interprétations et de saisir cette notion d'acceptabilité (CULIOLI, DESCLÉS, 1981, p. 10).

o sentido é considerado como determinado e construído pelo material verbal que lhe dá corpo, ou seja, pelas unidades da língua organizadas segundo regras sintáticas e entonativas. Isso significa que os textos e os arranjos de unidades morfolexicais que os constituem não são considerados como a tradução de um sentido que lhes preexistiria ou que existiria independentemente desse material. A linguagem é *constitutiva* de uma forma de pensamento específica que não tem as mesmas propriedades que as que correspondem a outros sistemas de representações comunicáveis (desenho, imagem) ou não (imagens mentais) (FRANCKEL, 2011, p. 16).

Posto isso, reafirmamos que unidades linguísticas não possuem um sentido *a priori*, ou seja, “um sentido próprio ou derivado por metáfora: o valor bruto da unidade é sempre um valor abstrato, uma *épura*, não uma designação, é um potencial e não um conteúdo” (FRANCKEL, 2011, p. 23).

Ao utilizarmos o termo ‘construtivismo<sup>35</sup>’ é importante destacar que Culioli (1999) não se dedica exclusivamente ao tema, entretanto é possível extrair de seus textos algumas reflexões sobre o assunto. O teórico concorda que existe uma capacidade inata nos seres humanos que os predispõem a falar, acreditando numa versão cognitivista ou construtivista para a aquisição das línguas. Culioli acredita que o sistema linguístico da criança é tão complexo como o sistema linguístico de um adulto, e que as sequências textuais “mais pobres produzidas pelas crianças em superfície, que vão pouco a pouco se enriquecer com mais marcadores” (CULIOLI, 2000, p. 31).<sup>36</sup> Essa pobreza, para o autor, não significaria que sistema cognitivo infantil funcionasse de maneira mais primitivo que nos adultos, reiterando que não há correspondência termo a termo entre as representações mentais e as sequências textuais (ZAVAGLIA, 2002).

Para descrever o funcionamento da linguagem e explicar os mecanismos de funcionamento dos fenômenos linguísticos, dialogamos com a perspectiva construtivista de produção do conhecimento. É nessa perspectiva que nosso escopo teórico se fundamenta, para afirmar que não há separação entre aprendizagem e desenvolvimento, pois, os sujeitos, dadas as suas individualidades e particularidades, interagem com o meio físico e social, justamente porque são dotados de capacidade, tanto de adaptação como de transformação e se ajustam ao meio em que vivem.

---

<sup>35</sup> Em TOPE compreendemos cognição como trabalho, ação operatória.

<sup>36</sup> No original: “les plus pauvres produits par les enfants en surface, qui deviendront progressivement plus riches avec plus de marqueurs” (CULIOLI, 2000, p. 31).



Pontuamos aqui, que o construtivismo ao qual Culioli (1999) dialoga na gênese de sua teoria, refere-se ao conceito de construtivismo cunhado pelo filósofo alemão Immanuel Kant e retomado por Piaget.

Para Kant, “o espaço não é um conceito discursivo ou, como se costuma dizer, um conceito universal das relações das coisas em geral, mas uma intuição pura” (KANT, 2015, p. 74). O autor entende a noção de tempo como “uma representação necessária que serve de fundamento a todas as intuições. Não se pode suprimir o tempo no que diz respeito aos fenômenos em geral, ainda que se possa perfeitamente retirar os fenômenos do tempo”. Sendo assim, o autor defende que “o tempo é, portanto, dado a priori. Apenas nele é possível toda a realidade dos fenômenos. Estes podem todos desaparecer, mas ele mesmo (como condição universal de sua possibilidade) não pode ser suprimido” (KANT, 2015, p. 79).

Em Jean Piaget observamos a perspectiva kantiana de que o conhecimento é construído a partir da interação entre o sujeito e o objeto. Embora Piaget critique o modo como o conhecimento, ou informação cognitiva,

emana dos objetos, informando de fora o sujeito, conforme supunha o empirismo tradicional, ou se, pelo contrário, o sujeito está desde o início munido de estruturas endógenas que imporá aos objetos, segundo as diversas variedades de apriorismo ou de inatismo (PIAGET, 2012, p. 7).

A principal diferença entre o construtivismo proposto por Kant do construtivismo proposto por Piaget é que para esse autor, a partir do nascimento, assim que a criança estabelece relações com um objeto, as estruturas cognitivas se desenvolvem, sendo, portanto, construídas a partir da interação do sujeito com o objeto, bem como a construção do conhecimento e das representações de mundo que acontecem por essa interação. Já para Kant, as estruturas cognitivas do sujeito existem a priori (TRAUZZOLA, 2019). Piaget argumenta que

De um lado, o conhecimento não procede, em suas origens, nem de um sujeito consciente de si mesmo nem de objetos já constituídos (do ponto de vista do sujeito) que se lhe imporiam: resultaria de intervenções que se produzem a meio caminho entre sujeito e objeto, e que dependem, portanto, dos dois ao mesmo tempo, mas em virtude de uma indiferenciação completa e não de trocas entre formas distintas. Por outro lado, e por consequência, se não existe no começo nem sujeito, no sentido epistêmico do termo, nem objetos concebidos como tais, nem, sobretudo, instrumentos invariantes de troca, o problema inicial do conhecimento será, portanto, o de construir tais mediadores: partindo da zona de contato entre o próprio corpo e as coisas, eles progredirão então, cada vez mais, nas duas direções complementares do exterior para o interior, e é dessa dupla construção progressiva que depende a elaboração solidária do sujeito e dos objetos (PIAGET, 2012, p. 8).

Ao abordar os três autores, Kant, Piaget e Culioli, em suas perspectivas de pensar o conhecimento e, no caso de Culioli, pensar mais especificamente a linguística, atribuindo aos sujeitos um constante trabalho de transformação, de elaboração cognitiva que possibilita a construção de representações, estamos sempre afirmando a TOPE como uma teoria construtivista. Culioli diz tratar -se de

[...] um dispositivo que funciona em dois planos (e isso é extremamente importante). Por um lado, o linguista é obrigado a fazer análises de detalhes: não há análises macroscópicas. Dizer que há línguas com artigos e línguas sem artigos não faz sentido e é ineficaz porque, de qualquer forma, serão encontradas várias operações por trás de diferentes marcadores, porque, de qualquer forma, ‘artigo’ é um termo tão geral que é irrelevante. Não se pode confundir o ‘geral’ e o ‘generalizável’. Por outro lado, busca-se estabelecer problemáticas que possibilitem representar as observações, graças ao que se pode chamar de construtivismo metalinguístico, e, portanto, raciocinar (CULIOLI, 2018, p. 23-24).<sup>37</sup>

Sendo assim, ao adotar uma abordagem construtivista, dizemos que a construção do conhecimento se refere à capacidade dos sujeitos de raciocinarem acerca dos fenômenos que são apresentados, bem como as relações entre a cognição e a experiência, as relações estabelecidas entre esses sujeitos e o mundo, a sua capacidade de representar e a atividade de linguagem.

Observemos um enunciado:



Figura 1. Estúdio Maurício de Souza. *Bidu Especial*. São Paulo: Abril, 1973.

<sup>37</sup> No original: [...] un appareil qui fonctionne sur deux plans (et c'est extrêmement important). D'une part, le linguiste est obligé d'analyser les détails: il n'y a pas d'analyses macroscopiques. Dire qu'il existe des langues avec des articles et des langues sans articles est dénué de sens et inefficace car, de toute façon, derrière des marqueurs différents se trouveront plusieurs opérations, car, de toute façon, « article » est un terme tellement général que ce n'est pas pertinent. On ne peut pas confondre le « général » et le « généralisable ». D'autre part, nous cherchons à établir des problèmes qui permettent de représenter des observations, grâce à ce que l'on peut appeler le constructivisme métalinguistique, et donc de raisonner (CULIOLI, 2018, p. 23-24).

Há duas questões que nos chamam a atenção nesse enunciado, ao pensar no construtivismo metalinguístico que Culioli nos instiga. Pensemos que o humor, advindo da ambiguidade entre as palmeiras que chamaram a atenção do poeta ao falar das terras brasileiras e o time brasileiro Palmeiras, só se estabiliza, se constrói, pela atividade dos interlocutores que têm experiências comuns de língua, de cultura, de vivências, ou seja, há uma relação entre a construção do conhecimento e das representações de mundo. E assim nos inserimos para pensar a língua, percebendo que “trata-se, na abordagem dinâmica, de questionar como um signo se torna signo, como ele deixa de ser signo” (REZENDE, 2000b, p. 353).

Pensemos também no uso do *ter*. Ele aparece nos três quadrinhos e nos dois primeiros apresentam-se de forma semelhante ou regular, e no terceiro, de forma uma pouco mais distante que nas outras. Em um breve exercício, poderíamos:

Dados os enunciados:

**A:** Minha terra **tem** Corinthians.

**B:** Minha terra **tem** palmeiras.

**C:** Cada um **tem** o time que quiser.

Glosemos:

**A:** **Em** Minha terra **existe** Corinthians.

**B:** **Em** Minha terra **existem** palmeiras.

**C:** Cada um **existe** o time que quiser.

**A:** **Em** Minha terra **há** Corinthians.

**B:** **Em** Minha terra **há** palmeiras.

**C:** Cada um **há** o time que quiser.

**A:** Minha terra **dispõe do** Corinthians.

**B:** Minha terra **dispõe de** palmeiras.

**C:** Cada um **dispõe do** time que quiser.

Interessa-nos nesse momento, observar que há um processo de cognição que elabora as representações, por isso, adotarmos um construtivismo metalinguístico, dada a capacidade dos sujeitos de relacionarem cognição e experiência. Culioli (2002) alerta que não basta pensar as

questões do saber linguístico construtivista apenas superficialmente, já que cada manifestação linguística se torna um fenômeno específico. Segundo o proponente da teoria:

somos todos munidos do mesmo dispositivo, no sentido mais amplo do termo, de construção-desconstrução. Esse dispositivo [...] nos permite recortar, localizar as unidades e localizar essas unidades como sendo indícios, traços de operações, portanto, ter um estoque de operações comuns entre sujeitos, de tal modo que se possa reconstruir, no momento de uma troca, aquilo que é produzido pelo outro (CULIOLI, 2002, p. 106)<sup>38</sup>.

Pelo exposto por Culioli concordamos que o enunciador faz regulações, modulações, na busca pelo sentido. Trata-se de uma relação especular em que o sujeito enunciador, numa situação de diálogo, considera a imagem que ele faz do outro a respeito do assunto, e da imagem que esse sujeito quer passar a respeito de si próprio na enunciação.

Marcamos aqui a importância do conceito de diálogo, pois acreditamos que todo produto da atividade de linguagem está inserido em um diálogo, sendo então este definido como a “atividade metalinguística não consciente do sujeito” (CULIOLI, 1990, p. 26)<sup>39</sup>, assentada na capacidade de ajustamento dos sujeitos, que deixará marcas nos enunciados nesses constantes diálogos. “Há diálogo entre o empírico (que se coloca diante do sujeito como universo de experiência) e o cognitivo (estados de conhecimento relativamente estáveis), resultando desse diálogo a estabilização do cognitivo (o sujeito, o mesmo) em um ponto superior e mais complexo” (PRIA, 2013, p. 55). Segundo Rezende (2010, p. 8)

E interessante inverter o ponto de vista mais comum que existe sobre a interação verbal e, no lugar de dizer que os seres humanos se comunicam, dizer que eles não se comunicam. A comunicação será, pois, resultado de um árduo processo de conquista de valores e significados. Em consequência, temos o conceito de linguagem como trabalho ou atividade e a garantia da liberdade de que tanto o sujeito quanto o mundo que o envolve precisam ser construídos.

O universo experiencial dos sujeitos é próprio da atividade de linguagem e a língua coloca em cena todos os valores extralinguísticos, colocando em cena a visão referencial, o

---

<sup>38</sup> No original: “nous sommes tous munis du meme dispositif, au sens très large du terme, de construction-déconstruction. Ce dispositif, vous le vlyez, nous permet de découper, repérer des unités er repérer es unités comme étant des indices, des traces d’opérations, donc d’avoir un stock d’opérations communes entre sujets, de telle manière que vous puissiez re-construire, lors d’un échange, se qui a été produit par autrui” (CULIOLI, 2002, p. 106).

<sup>39</sup> No original: “activité métalinguistique non consciente du sujet” (CULIOLI, 1990, p. 26).

contexto e a situação enunciativa. Assim, só existe uma unidade com uma identidade semântica que responderá por seu funcionamento enunciativo.

Por consideramos que língua e linguagem são, de fato, articuladas, afirmamos que não existe atividade de linguagem sem uma matéria que lhe dê corpo. Não existe “atividade de linguagem” de um lado e “língua” de outro lado. Muito menos existe uma hierarquia tal, entre a atividade de linguagem e as línguas, em que a atividade de linguagem é anterior e superior às línguas. Rezende (2010, p. 194) explicita que

O objeto de estudo da linguística não seria nem a língua nem a linguagem separadamente, mas as duas juntas. No primeiro caso, quer dizer, se disséssemos que o objeto de estudo da linguística é somente a língua, cairíamos em alguma coisa próxima dos problemas da ordem verbal (fonação e audição), mas com uma diferença: procurar-se-ia, agora, conscientemente, o estável e ignorar-se-ia o dinâmico subjacente que o gera. Passaríamos, então, do símbolo analógico do extralinguístico aos signos discretos, linguísticos. No segundo caso (somente a linguagem), cairíamos em problemas semelhantes aos da ordem do linguístico, onde falaríamos sobre tudo e sobre nada ao mesmo tempo.

Sendo assim, embasamos nosso trabalho em uma teoria que não busca apenas descrever produtos ou processos languageiros, e sim priorizar a compreensão das operações que conduzem tais processos, isto quer dizer, a apreender as operações da linguagem por meio da diversidade das línguas naturais. Por isso concebemos a linguística como ciência que estuda a linguagem por meio da diversidade das línguas naturais. Assim, ao refletir sobre a linguagem, na teoria culioliana, observa-se

Uma síntese que se define exatamente como possibilidade de explicações de processos analíticos, ou um todo que contém em si a explicação da parte e vice-versa; um processo de análise que se define como possibilidade de construir sínteses, ou uma definição da parte que contém em si o todo (REZENDE, 2000, p. 89).

É importante no processo de articulação de língua e linguagem, compreender o que se entende por esses termos, já que sempre afirmamos que linguagem e línguas estão altamente imbricadas, o que nos reafirma a importância de se reconhecer as especificidades para perceber a articulação. Concordamos que

Na atividade simbólica que é a linguagem, a realidade entra permeada pela percepção do sujeito que observa. A realidade subjetiva (mental e emocional) ou objetiva (mundo físico-cultural) tornam-se sempre subjetivas enquanto realidades percebidas (REZENDE, 2000, p. 183).

Reiteramos aqui que a realidade da qual Culioli trata sempre será a linguagem, da “atividade da linguagem em sua complexidade e extensão” (CULIOLI, NORMAND<sup>40</sup>, 2005, p. 44). Por isso, retomamos o que nos diz Rezende (2000), ao afirmar que na língua, o empírico, a prática, o conteúdo, o particular e até mesmo o individual são preponderantes. Enquanto na linguagem, são preponderantes a forma ou processos generalizáveis ou universais. Por isso, há uma coincidência entre o generalizável e o particular e essa atividade simbólica, que é a linguagem, que “supõe a capacidade de ajustamento entre sujeitos” (CULIOLI, 1990, p. 26).

Ainda em Culioli (1995, p. 27), vemos que

algumas operações [que] vão nos conduzir (...) [da atividade de linguagem para as línguas] são mais numerosas do que se pode pensar porque há um nível anterior, que transcende a linguística, que é a área de atividade cognitiva no sentido mais amplo do termo: a construção da nossa percepção, de nossos gostos, nossas antipatias, nossas representações coletivas, objetos com propriedades culturais, física e subjetivamente determinados (CULIOLI, 1995, p. 27).<sup>41</sup>

Assim sendo, a atividade de linguagem articulada com as línguas naturais não ocorre em um processo mecânico de codificação e decodificação de formas. Os sujeitos reconhecem os arranjos léxico-gramaticais como sequências textuais interpretáveis e os definem como a língua, e a atividade cognitiva de construção de representação, de referenciação e de regulação é definida teoricamente como a linguagem. Quando estudamos as línguas na sua articulação com a linguagem procuramos não só os valores que emergem, como os signos, mas também os valores que submergem, ou seja, os valores que “estão tentando ser signos” (REZENDE, 2002). Portanto, estudar as línguas na sua articulação com a linguagem é não estudar o “fenômeno atomizado ou fragmentado, mas explicitar a natureza de um circuito que, ligando as partes, faz o todo funcionar, e o todo, assim funcionando, por sua vez, delimita as partes” (REZENDE, 2002, p. 113).

Ressaltamos que ao afirmar que não existe “atividade de linguagem” de um lado e “língua” de outro lado, estamos reafirmando a articulação entre línguas e a linguagem, e por

<sup>40</sup> Claudine Normand entre 21 de outubro de 2002 e 8 de abril de 2003 se encontrou e discutiu questões referentes a teoria proposta por Antoine Culioli. Esses encontros foram publicados em 2005. Cf. CULIOLI, A; NORMAND, C. *Onze rencontres: sur le langage et les langues*. Paris: Ophrys, 2005.

<sup>41</sup> No Original: certaines opérations [qui] vont nous conduire (...) [de l'activité langagière aux langues] sont plus nombreuses qu'on pourrait le penser car il existe un niveau antérieur, qui transcende la linguistique, qui est le domaine de l'activité cognitive au sens terme plus large: la construction de notre perception, de nos goûts, de nos antipathies, de nos représentations collectives, objets aux propriétés culturelles, physiquement et subjectivement déterminées (CULIOLI, 1995, p. 27).

outro lado, marcando ao que nos opomos, como esclarecido por Fuchs (1984, p. 77), trata-se de uma

[...] rejeição da oposição língua/discurso (em prol de uma problemática da linguagem e das línguas); rejeição da oposição sintaxe/semântica/pragmática (em prol de uma problemática das operações predicativas e enunciativas); rejeição, enfim, da oposição função referencial/funções intersubjetivas (em prol de uma problemática da co-enunciação).

Portanto, não excluimos o que convencionalmente denominam deformação, por isso, interessamo-nos pelas exceções, pelos rastros de linguagem, pelos ‘furos da língua’, compreendendo que “a atividade de linguagem remete a uma atividade de reprodução e de reconhecimento das formas, formas essas que não podem ser estudadas sem os textos, e esses não podem ser independentes da língua” (CULIOLI, 1990, p. 14)<sup>42</sup>, justamente porque cada termo dentro de uma língua natural sempre estará se referindo a diversas propriedades físico-culturais de uma determinada cultura e de um povo e por isso não são universais; portanto, elas variam de uma cultura para outra, de uma matéria para outra, fato esse que nos permite questionar as categorizações *a priori*; embora certas operações sejam encontradas em diversas línguas; por serem essas operações de ordem extralinguística ou por estarem associadas à linguagem. Rezende pontua que

O conceito de linguagem, como atividade, como trabalho, questiona a estabilidade das representações, e, conseqüentemente, a existência de significados consensuais ou compartilhados. Esses significados consensuais existem, sem dúvida, mas o nosso posicionamento teórico procura saber como eles chegam a ser o que são (REZENDE, 2000, p. 354).

Sendo assim compreendemos que a linguagem é sempre tomada entre sua naturalidade e sua historicidade conduzida, de um lado, “à coesão de um grupo e, de outro, a uma cultura tal como ela aparece através das representações nocionais, as práticas discursivas e a retórica, cultura que não pode ser confundida com o senso comum” (CULIOLI, 2018, p. 14).<sup>43</sup>

A linguagem não é a reprodução de sons, escrita de códigos e/ou decodificação. Não há transparência na linguagem, nem nas relações pensamento e mundo. Segundo Culioli, “o

<sup>42</sup> No original: [...] L’activité de langage renvoie à une activité de production et de reconnaissance de *formes*, or, ces formes ne peuvent pas être étudiées indépendamment des texts, et les textes ne peuvent être indépendants des langues. (CULIOLI, 1990, p. 14, grifo no original).

<sup>43</sup> No original: “à la cohésion d’un groupe et, d’autre part, à une culture telle qu’elle apparaît à travers les représentations notionnelles, les pratiques discursives et la rhétorique, une culture qui ne peut être confondue avec le sens commun” (CULIOLI, 2018, p. 14).

enunciado não é de ‘todo fabricado’, que sai da mente e transporta o sentido de tal maneira que o outro, do outro lado, o recupera e coloca na mente” (2002, p. 27)<sup>44</sup>. A linguagem não traduz o pensamento, ela diz o mundo de um modo que lhe é próprio, ela é uma forma de pensamento, uma atividade específica da espécie humana que nos permite falar sobre o nosso mundo, mas como diz Franckel (2011, p. 42), “ela não permite tudo dizer”, portanto a “linguagem é um traço de um pensamento organizado’ e nem todo o pensamento se reduz à linguagem. Rezende nos diz que

A linguagem não é uma propriedade específica das línguas naturais. Ela é uma atividade de construir representação, estabelecer referência e regulação ou equilíbrio. Portanto, a linguagem é um diálogo. Ela é, ao mesmo tempo, psicológica e ligada à construção da identidade e sociológica, levando em consideração a alteridade. A maior parte de nossa atividade de linguagem é interna e invisível. Trata-se de uma atividade metalingüística inconsciente (atividade epilingüística). A linguagem é um processo de medida. Estamos o tempo todo medindo a distância ou a proximidade de significados diferentes, mas próximos, quer dizer, parentes. Avaliamos, comparamos, vemos o que é igual e o que é diferente (REZENDE, 2008, p. 19).

Em resumo, percebemos que discriminamos o tempo todo através do estilo, da sutileza que defendemos, todos os enunciados de uma língua são ambíguos e a linguagem - e, conseqüentemente, as línguas - não são instrumentos de comunicação, não passam mensagem alguma, nem há codificação e decodificação. Portanto, a linguagem é um trabalho de investimento de significados feito pelos sujeitos sobre sistemas de expressão, no nosso caso, sobre sistemas de expressão verbal (textos orais ou escritos), e a comunicação (quando existe) é o resultado de tal trabalho (REZENDE, 2008).

Desse modo afirmamos que, as línguas não são manifestação da linguagem no mundo. As línguas são os modos pelo qual a linguagem, enquanto atividade, trabalho, toma diferentes formas no mundo (REZENDE, 2009).

A “manifestação” da linguagem talvez não considere que, para tomar forma no mundo, a linguagem, necessariamente, dialoga com o empírico. A “manifestação” talvez não contemple esse diálogo constitutivo da linguagem com as línguas, com o empírico no qual as línguas se inserem. Portanto, o trabalho reflexivo sobre a língua, é um trabalho de “discriminação e de organização de nós mesmos e do outro” (REZENDE, 2006), que incide colocarmos em prática os conceitos da atividade epilingüística.

---

<sup>44</sup> No original: “l’énoncé ça n’est pas du ‘tout fabriqué’, qui sort de la tête et qui transporte du sens de telle manière que l’autre, à l’autre bout, le récupère et se le met em tête” (CULIOLI, 2002, p. 27).



Por isso, podemos dizer que a atividade epilinguística é sinônimo de linguagem e é uma atividade, um trabalho de representação, referenciação e equilibração. Ou seja, “uma atividade metalinguística da qual não se tem consciência” (CULIOLI, 1976, p. 18).<sup>45</sup> Ao defendermos que o estudo das línguas deva ser feito em articulação com a linguagem estamos enfatizando um trabalho interno de montagem e desmontagem de arranjos, significados ou valores (REZENDE, 2008).

Trata-se de uma atividade individual e particular, e embasados por uma teoria que não concebe um “universo pré-recortado, sem modulação, nem qualquer adaptação” (CULIOLI, 1999, p. 11). Concordamos com Franckel (2011, p. 16), que “a linguagem constitui uma forma de pensamento”, sustentada pelas vivências desses sujeitos enunciadoreis, permitindo-os fazerem representações mentais e atividades de referenciação e, por isso, haverá sempre perdas e compensações em direção a determinados sentidos. Sobre o pensamento e a linguagem, Franchi (2006, p. 41) diz que

no fundo não se distinguem de uma ação exterior, embora, quando esta falta, a intuição se debilite. A ação exterior do indivíduo fica como pano de fundo dessa ação do pensamento e da linguagem em que muito pouco é pré-formação, parte é recepção, e quase tudo é formação e transformação.

Ao compreendermos que língua e linguagem estão imbricadas, compreendemos que nenhuma palavra tem por si só conteúdo semântico estável, ou seja, sentidos prontos e construídos. Partimos do instável, e os princípios regulares estabilizam os sentidos por meio de interações específicas. Assim, trata-se, nesse tipo de reflexão, de abandonar (e não invalidar), como nos diz Rezende (2006), a dicotomia conhecida entre sintaxe e semântica da língua e procurar uma *forma* resultante da construção dos conteúdos (produção). “Trata-se de uma sintaxe dos processos de construção da significação (REZENDE, 2006, p. 8)”.

## 2.2 A contextualização e o sujeito

O contexto exerce papel preponderante na construção da significação. Uma mesma marca linguística pode adquirir diferentes funções dependendo do contexto em que aparece, assim a significação é construída a cada uso. Culioli nos diz que

---

<sup>45</sup> No original: “une activité métalinguistique dont on n'a pas conscience” (CULIOLI, 1976, p. 18).

A atividade de produção e de reconhecimento de enunciados se faz sempre entre os sujeitos colocados nas situações às vezes empíricas e ao mesmo tempo ligadas às representações imaginárias do estatuto de alguns sujeitos para remeter ao outro, para remeter a uma sociedade, para remeter ao texto, para remeter aquilo que se poderia chamar de ‘um discurso intertextual’, esta espécie de discurso ambiente com os valores que estão ligados às palavras (CULIOLI, 2002, p. 92).<sup>46</sup>

Tomemos os seguintes enunciados em diálogo<sup>47</sup>:

**Mãe:** Filho, você soube que o Jorge se casou?

**Filho:** Mas o Jorge não era casado?

**Mãe:** Então não é esse Jorge, é o outro. Aquele que brincava com você na rua quando eram crianças.

**Filho:** Esse mesmo, ele é casado há anos.

**Mãe:** Ah sim... Só que eles só moravam juntos, e agora se casou de verdade. Você não sabia?

**Filho:** Eu nem sabia disso. Pra mim, ele sempre foi casado.

Ao observarmos o diálogo acima, e embasados por Rezende (2003) pensemos que as possibilidades de julgamento e avaliação e atribuição de valores ou atribuição de significados, ou seja, a responsabilidade pela representação é distribuída em todos os momentos da construção da representação que perpassa da instabilidade à estabilidade, num movimento contínuo de ida e volta, considerando que haverá uma estabilidade provisória dentro de uma instabilidade de princípio. Concordamos que a estabilidade é conquistada na enunciação e “a compreensão é um caso particular do malentendido” (CULIOLI, 1990, p. 39)<sup>48</sup>.

A linguagem é indeterminada e ambígua e por isso numa análise é preciso desconstruir e reconstruí-la, tanto na compreensão quanto na produção, ao considerarmos, “que expressões e representações em línguas jamais estão definitivamente prontas e construídas, e que é o próprio momento de interação verbal que determina ou fecha certas significações para o sujeito, mas que simultaneamente abre e indetermina outras” (REZENDE, 2006, p. 16).

<sup>46</sup> No original: L'activité de production et de reconnaissance d'énoncés s'exerce toujours entre des sujets placés dans des situations parfois empiriques et en même temps liées à des représentations imaginaires du statut de certains sujets pour faire référence à l'autre, pour faire référence à une société, pour faire référence à le texte, pour désigner ce qu'on pourrait appeler « un discours intertextuel », cette sorte de discours ambiant avec les valeurs qui sont liées aux mots (CULIOLI, 2002, p. 92).

<sup>47</sup> Enunciados produzidos pela autora.

<sup>48</sup> No original: La compréhension est un cas particulier du malentendu (CULIOLI, 1990, p. 39).

Assim os valores iniciais, ou seja, os valores chamados polares, nunca são estáticos e iniciam-se na instabilidade que é estabilizada, mas podem desestabilizar-se novamente. “Há só trajetória e caminho, modos de ser da representação, mesmo na representação estável” (REZENDE, 2003, p. 38). Entretanto, a observação das responsabilidades, dos valores apresentam-se, mais visivelmente, na construção da representação.

Ao observarmos a estabilização ou não de um enunciado, como o diálogo acima, nos embasamos em Rezende (2003, p. 38) quando ela nos fala que

[...] o estado resultante ou finalização oferecem valores polares (a asserção positiva e a negativa) e que esses valores são apenas dois entre os inúmeros valores que enunciados em transformação oferecem. Ou ainda: são apenas dois valores de um contínuo de construção de representação (as modalidades assertivas). Podemos dizer que, nos valores polares, chega-se a uma finalização ou porque a alteridade, enquanto obstáculo, foi levada em consideração, superada, e desconsiderada ou porque foi desconsiderada não por superação, mas simplesmente suprimida ou anulada. Os valores polares representam a contração em um ponto, ou em um único valor (é ou não é) da espessura dialógica, ou valores em conflito ou em contradição (é e não é, ao mesmo tempo), criada pelas marcas aspecto-modais que dilatam o predicado e que são exatamente as propriedades diferenciais das quais estamos falando.

Rezende (2003) ainda nos convida a pensar que precisamos sempre questionar a avaliação e julgamento desses valores polarizados, pois não são apenas as asserções positivas e negativas que devemos observar. “A argumentação que se faz normalmente é a de que somente nesses dois valores temos coincidência entre a ação e a fala e que são, portanto, os únicos valores nos quais quem fala pode se responsabilizar pela representação que constrói” (Rezende, 2003, p. 38), ou seja, estariam aí polarizados os valores de verdade e falsidade bem como os valores de positivo e negativo entre outros.

Como nos diz Culioli, as situações de diálogo empíricas, ligam-se a um discurso intertextual, ou seja, considera as experiências dos sujeitos, para que sentido se estabeleça. Não significa que as palavras tenham sentido prévio para os interlocutores, mas as experiências, mesmo que ligadas às representações imaginárias, fazem parte desse conjunto de articulação de linguagem e língua.

algumas operações [que] vão nos conduzir [...] [da atividade de linguagem para as línguas] são mais numerosas do que se pode pensar porque há um nível anterior, que transcende a lingüística, que é a área de atividade cognitiva no sentido mais amplo do termo: a construção da nossa percepção, de nossos gostos, nossas antipatias, nossas representações coletivas, objetos com

propriedades culturais, física e subjetivamente determinados (CULIOLI, 1995, p. 27).<sup>49</sup>

Retomemos aqui os enunciados que foram citados acima:

**Mãe:** Filho, você soube que o Jorge se casou?

**Filho:** Mas o Jorge não era casado?

**Mãe:** Então não é esse Jorge, é o outro. Aquele que brincava com você na rua quando eram crianças.

**Filho:** Esse mesmo, ele é casado há anos.

**Mãe:** Ah sim... Só que eles só moravam juntos, e agora se casou de verdade. Você não sabia?

**Filho:** Eu nem sabia disso. Pra mim, ele sempre foi casado.

Pensemos nas noções <casamento> e <morar junto>: Rezende afirma que

Pensamos que o importante não é o valor polarizado que podemos atribuir a uma construção gramatical mas o mecanismo de montagem e desmontagem por meio do qual podemos mostrar o modo como a experiência dos sujeitos com as noções envolvidas (empírico) pode influenciar na variação do valor final atribuído. O que devemos destacar é a forma da construção do valor, o seu caminho e não o valor em si (REZENDE, 2006a, p. 19-20).

Pensemos nesse enunciado que a noção *casamento* não se movimenta da mesma maneira para enunciador e coenunciador. A noção *morar junto* está funcionando entre os interlocutores numa fronteira que

[...] seria o espaço no qual acontece a transformação e onde acontece a passagem de um nível para o outro de organização do conhecimento. É quando um conjunto estruturado e funcionalmente ativo de valores, crenças, verdades se desestruturam e não são mais funcionais. E a fronteira que fornece as condições de passagem para um nível superior de organização do conhecimento (REZENDE, 2010, p. 17).

---

<sup>49</sup> No original: certaines opérations [qui] vont nous conduire [...] [de l'activité langagière aux langues] sont plus nombreuses qu'on pourrait le penser car il existe un niveau antérieur, qui transcende la linguistique, qui est le domaine de l'activité cognitive au sens terme plus large: la construction de notre perception, de nos goûts, de nos antipathies, de nos représentations collectives, objets aux propriétés culturelles, physiquement et subjectivement déterminées (CULIOLI, 1995, p. 27).

E para que esse diálogo se estabilize, faz-se necessária a construção de uma referência para se chegar à regulação, pois concordamos que

não existe representação de qualquer ordem que seja que não se coloque em relação a um pólo de referência. Caminha-se do desconhecido ao conhecido, constrói-se relativamente a um centro organizador [...]. Esse pólo de referência é a própria condição da regulação intersubjetiva (CULIOLI, 1999b, p. 11).<sup>50</sup>

Reiteramos que não se trata, nesse enunciado, de discutir questões de ambiguidade, de tratarmos de questões ideológicas, exteriores ao enunciado, bem como não nos interessa observar questões de “interpretação” de discurso dos personagens, e sim, observar a contextualização intertextual da experiência de vida dos sujeitos interlocutores, expondo a tensão nos enunciados e os impulsionando à regulação.

No diálogo exposto, no enunciado acima, a tensão se dá pelas diferenças das experiências de vida dos sujeitos interlocutores e o ajustamento se dá pela língua. E somente em articulação com a linguagem, em contextualização, é possível se chegar aos sentidos, pois “A instabilidade provoca a busca de uma saída que fornecerá a indispensável estabilização” (CULIOLI, 1990, p. 94).<sup>51</sup>

É importante destacarmos aqui que, quando falamos sobre não nos interessarmos por interpretar enunciados (um produto acabado), estamos falando de uma interpretação/compreensão superficial, ou seja, referimo-nos à “interpretação” comumente conhecida como “o que o autor quis dizer”, já que, interpretar é uma atividade de linguagem de sujeitos enunciadore e interessa ao linguista culioliano. Ou seja, aqui ocorrem as atividades de Representação (mental, cognitivo), Referenciação (ao que é dito) e Regulação (aos ajustamentos). Compreendemos que os sentidos só se estabilizam (ou não) pela contextualização. Como observa Culioli

Não há linguística sem observações profundamente detalhadas; não há observações sem teoria dos observáveis; não há observáveis sem problemática; não há problemática que não se conduza a problemas; não há problemas sem a busca de soluções; não há soluções sem raciocínio, não há

---

<sup>50</sup> No original: Il n'existe aucune représentation d'un ordre quelconque qui ne soit placée par rapport à un pôle de référence. On marche de l'inconnu au connu, on se construit en relation avec un centre organisateur [...]. Ce pôle de référence est la condition même de la régulation intersubjective (CULIOLI, 1999b, p. 11).

<sup>51</sup> No original: “L'instabilité provoque la recherche d'une issue qui assurera la stabilisation indispensable” (CULIOLI, 1990, p. 94).

raciocínio sem sistema de representação metalinguística; não há sistema de representação metalinguística sem operações [...] (CULIOLI, 1999b, p. 66).<sup>52</sup>

Embora dito em nossa Seção Teórica, é importante retomarmos o que compreendemos por atividade de regulação. Zavaglia (2002) nos aponta que

Poderíamos dizer que ela é dialógica e incide sobre o discurso de um enunciador<sup>1</sup> com relação às representações que ele imagina ter um enunciador<sup>2</sup>. São dois universos, ao mesmo tempo distintos e semelhantes, que se encontram por meio da verbalização. No processo de construção de formas, que resulta num enunciado, um enunciador<sup>1</sup> regula suas representações na própria representação que faz das representações de um enunciador <sup>2</sup>, tentando aproximar-se dele. Aqui estão em jogo as representações de ambos os enunciadores, o que determina sua característica psicossociológica. Seria, grosso-modo, uma adequação do discurso do enunciador dependendo de seu ouvinte ou leitor. Isso quer dizer que, conforme constroem-se referências entre os universos simbólicos linguístico e extralinguístico e estabelecem-se relações entre as referências construídas, um continuum de construção de referências e de relações sobre relações se delinea dentro de algumas restrições (ZAVAGLIA, 2002, p. 26).

A proposta de trabalho embasada na TOPE, proporciona, como Culioli orienta

- 1) não separar atividade de representação, atividade de referência e regulação; não separar noções lexicais, noções gramaticais e noções enunciativas (isto é, relacionadas à orientação de uma relação predicativa com relação a uma situação de enunciação);
- 2) por procedimentos de abstração metalinguística, esforçar-se por construir um análogo da atividade de abstração, de generalização e de particularização; de inferência; de narrativa, de descrição; de relação consigo mesmo e com os outros; tudo isso impondo-se as restrições do raciocínio a propósito dos fenômenos transcategoriais, nos quais sobreposições, inclinações, desvios, longe de serem a exceção, acabam sendo uma das características da atividade da linguagem. É porque marcadores (e arranjos de marcadores) desencadeiam representações de formas (abstratas) deformáveis que a estabilização enunciativa pode funcionar. A noção de noção é apenas um meio de formular perguntas e balbuciar respostas (CULIOLI, 1999b, apud CUMPRI, 2012, p. 24).

É importante retomarmos que a construção do sentido do enunciado se dá pela interação entre as palavras, e sem a interação dessas palavras específicas, em determinado enunciado, não seria possível apreender o sentido. Afirmamos, então, que as interações específicas que ocorrem

---

<sup>52</sup> No original: “pas de linguistique sans observation profondément détaillés; pas d’observation sans théorie des observables; pas d’observation sans problématique; pas de problématique qui ne se ramène à des problèmes; pas de problèmes sans la recherche de solutions; pas de solutions sans raisonnement; pas de raisonnement sans système de représentation métalinguistique; pas de système de représentation métalinguistique sans opérations [...]” (CULIOLI, 1999b, p. 66).

nas relações de determinadas palavras, é o que geram o sentido, como argumenta Franckel (2002), ao dizer que os sentidos adquiridos por determinadas marcas resultam de uma “contaminação contextual”.

Tomemos os enunciados a seguir com o verbo *ficar*:<sup>53</sup>

1. Ela vai **ficar** bem.
2. Esse menino **fica** prostrado o dia inteiro.
3. Pedro sempre **fica** me olhando esquisito.
4. ‘Eu **fico** com a pureza da resposta das crianças’.
5. Eu **fico** é besta com essas coisas.

Ao falar de contaminação textual, Franckel não atribui sentido prévio às palavras ou classes. Podemos observar nos enunciados acima que os sentidos desses enunciados só são possíveis pelas relações que as palavras estabelecem com as outras, ou seja, interação específica de certas palavras. Se nos atermos ao verbo *ficar* e os sentidos “já construídos” nos dicionários, podemos dizer que conseguimos formar um enunciado. Entretanto, não se trata de interpretar e encaixar os sentidos já “existentes” para os verbos nos enunciados acima, mas sim, compreender que *ficar* estabiliza sentidos porque se relaciona com outras palavras. E em cada enunciado o verbo *ficar* traz um sentido que se relaciona com as palavras daquele enunciado específico.

Explicitemos: se tomássemos o enunciado 4 e estivéssemos fazendo um trabalho de tradução (muito produtivo na TOPE), poderíamos “traduzir” o verbo *ficar* por *escolher*:

4. ‘Eu **fico** com a pureza da resposta das crianças’  
Eu **escolho** a pureza da resposta das crianças.

Se não considerássemos a relação que as palavras têm umas com as outras dentro de seus contextos, fatalmente poderíamos cair nas armadilhas de tentar fazer uma atividade de “sinonímia” ou a “tradução” de *escolher*, nos demais contextos. E resultariam assim, nossos enunciados:

5. Ela vai **escolher** bem.

---

<sup>53</sup> Enunciados produzidos pela autora.

6. Esse menino **escolhe** prostrado o dia inteiro.
7. Pedro sempre **escolhe** me olhando esquisito.
8. *Eu escolho a pureza das respostas das crianças.*
9. Eu **escolho** é besta com essas coisas.

Chamamos à atenção que não optamos por discutir questões de sinonímia ou tradução, mas questões de sentido e contexto, reiterando que, como analistas de TOPE, interessa-nos tudo que é pertinente à articulação entre língua e linguagem. Em Rezende (2006, p.14) lemos que:

O sistema linguístico, a gramática, que pretendemos explicitar, seria o modo pelo qual o exercício da linguagem ou forma, enquanto capacidade humana para elaborar símbolos, organiza um conteúdo ou material extralinguístico (mundo físico e mental) em um sistema de representação específico, que é uma língua natural. Esse sistema linguístico procurado seria notado/explicado em um sistema de representação metalinguístico.

Retomemos os enunciados e afirmamos que tais enunciados com o verbo *ficar*, considerando esses contextos explícitos, podem estabilizar seus sentidos, ou seja, têm certo grau de regulação entre os interlocutores, ou ainda, são discursos que passaram por modulações.

Pensemos que o conceito clássico de paráfrase é falar ou escrever ‘a mesma coisa’ de outra forma, de outro modo. Entretanto quando trocamos o verbo *ficar* por *escolher*, nos enunciados acima, entendemos pela nossa perspectiva teórica, que estamos falando e escrevendo outra coisa. Jamais será a mesma coisa de outro modo, por mais sutil que essa mudança possa parecer, concordando que são justamente as mudanças sutis que nos interessam, uma vez que os significados mais distantes não requerem nossa atenção. Como nos diz Culioli, “Quando o linguista se faz sujeito enunciator, ele constrói famílias parafrásticas, ou seja, uma classe de enunciados, que se pode definir como uma classe de ocorrências moduladas” (CULIOLI, 1990, p. 137)<sup>54</sup>.

Por isso dizemos que a linguagem, a atividade epilinguística, os processos de modulação feitos pelos sujeitos por meio de enunciados em famílias parafrásticas é o que permite operar sobre as representações, reformular e reorganizar, pois se trata de operações formais e cognitivas de base. Assim, “o material usado para preencher essas operações é empírico, quer dizer, as experiências singulares de cada um. O resultado desse trabalho não pode coincidir de um sujeito para o outro” (REZENDE, 2011, p. 711). Por isso, por nos atentarmos à construção

---

<sup>54</sup> No original: “classe d’énocés, que l’on peut définir comme une classe d’occurrences modulées” (CULIOLI, 1990, p. 137).



da significação, concordamos que “a boa formação de um enunciado, entretanto, não é avaliada segundo a oposição gramaticalidade/agramaticalidade, mas segundo a sua localização em relação a uma situação de enunciação” (PRIA, 2009, p. 35). Como nos diz Franckel

[...] termos interpretáveis como sinônimos em um ambiente dado comportam-se, qualquer que seja o grau de proximidade deles, de maneira radicalmente diferente desde que os mobilizamos em uma variedade suficiente de construções. Dizendo de outra maneira, nenhum termo tem exatamente as mesmas propriedades distribucionais de seu vizinho, seja ele o mais imediato (FRANCKEL; LEBAUD, 1992, p. 89).

Ao adotarmos o escopo teórico da teoria dos observáveis, não partimos das categorias totalmente constituídas ou, como nos diz Franckel (2011, p.18), “pelo menos constituídas por representações independentes da linguagem, mas do funcionamento das unidades uma a uma e na sua singularidade”. Por isso, compreendemos que as grandes categorias conceituais ou cognitivas etiquetam previamente alguns sentidos de maneira improdutiva para a articulação língua e linguagem. Pensemos sobre uma inquietação proposta por De Vogüé

Lidamos, assim, com uma relação entre unidade e contexto que se apresenta em mão dupla: cada unidade determina seus tipos de contexto de inserção e encontra-se definida, em sua identidade própria, pelos tipos de contexto em questão, que são o que constitui sua distribuição; em retorno, é o contexto efetivo no qual a unidade aparece que permite determinar qual é o valor efetivo que ela vai adquirir. [...] Contudo, se admitimos que a distribuição da unidade é o que funda sua identidade, isso significa que é na identidade das unidades linguísticas que se encontra a determinação da forma adquirida pelos discursos nos quais elas aparecem: a língua determina os discursos que permite produzir (De VOGÜÉ, 2013, p. 216).

Ao refletirmos sobre a relação entre unidade e contexto, esta se apresenta como via dupla, e novamente retomamos que assumimos a língua em articulação com a linguagem. As glosas, as paráfrases, a atividade metalinguística e todo o trabalho do linguista culioliano somente é produtivo se considerar a língua e o sujeito como indeterminados, numa perspectiva de língua dinâmica.

Segundo Culioli (1990, p. 54), os “domínios não são apreendidos senão através das ocorrências que permitem sua constituição”<sup>55</sup>. Nesse escopo teórico, a interação, observação, manipulação dos discursos; os textos, sejam orais, escritos; na passagem de uma língua para

---

55 No original: “les domaines ne s’appréhendent qu’à travers les occurrences qui permettent leur constitution”.

outra, em uma mesma língua; o linguista não se fecha, pois compreende que “a língua determina os discursos que permite produzir” em sua articulação com a linguagem e sua contextualização.

Por outro lado, dadas as perspectivas que abordam uma língua estática, com suas regras e sentidos pré-determinados, também podem “criar sentidos”, a partir das vivências de alguns sujeitos, como do sujeito lexicógrafo, dos literatos, etiquetar, classificar, atribuir alguns sentidos e cancelar outros a partir de contextos específicos, ou da ausência deles, entretanto, para essas abordagens teóricas é também a língua quem determina os discursos que são permitidos de se produzirem nessa determinada língua.

Estaremos sempre retomando ao longo desse trabalho que não invalidamos os trabalhos de outras perspectivas teóricas, mas, ao não articular língua e linguagem, ao fechar as categorias e os sentidos e colocar em exceções o que não “cabe” nas classes, abre-se espaço para a variação. E a variação não é concebida por nós, como exceção. Ao contrário, a variação é constitutiva das línguas. Não concebemos a variação como exterior, produzida apenas pelo discurso ou como pertencente à categoria da polissemia. A língua organiza a variação e, por isso, entendemos que o sentido das diferentes formas linguísticas é o resultado das posições que essas formas ocupam em diferentes configurações num enunciado.

Ao pensarmos em polissemia, por exemplo, pela perspectiva da TOPE, que denominamos variações reguladas em meio às interações, concebemos que não são as palavras, os termos, etiquetados previamente pela gramática, que podem ser dignitários de polissemia, já com uma significação. Compreendemos que a polissemia ocorre de maneira diferente para cada uma das unidades linguísticas que entram em relação num enunciado, a partir do trabalho dos enunciadores, assim, cada ocorrência linguística funciona de maneira distinta.

Observemos o texto abaixo:

O cantor Bruno, da dupla com Marrone, chocou muitos fãs e internautas durante suas férias em Dubai, nos Emirados Árabes. Ele postou fotos ao lado de Danilo Dubaiano, nome artístico de Danilo Vunção Santana, acusado há cinco anos no Brasil por lavagem de dinheiro, organização criminosa e estelionato.

Em uma das imagens, o cantor aparece em um iate, bebendo com Danilo, com um dos cartões-postais do país ao fundo. “A palavra tem poder, dá uma olhada na minha última postagem! Obrigado por tudo, Danilo Dubaiano”, escreveu o cantor, que bloqueou os comentários da postagem.

Em outra foto, também na embarcação e com muitas pessoas, a legenda diz: “Glória a Deus! O resto é inveja”.

Muitos fãs cobraram um posicionamento do sertanejo, que ironizou a situação. “Não é porque eu ando com quem bebe que sou obrigado a andar também”, postou (RADIO ITATIAIA, 2021).

Tomemos um enunciado desse texto:

1. “Não é porque eu **ando** com quem bebe que sou obrigado a **andar** também”.

Observamos no enunciado que o uso do verbo *andar* já etiquetado como polissêmico pelas literaturas de especialidades, parte de um sentido de base de “caminhar”, mas também poderíamos dizer que por ser polissêmico o enunciado ficou ambíguo.

No enunciado acima, em um dos usos (*ando*), o referido verbo é utilizado para expressar um sentido de deslocamento físico, e num segundo uso (*andar*) o verbo é utilizado para expressar um sentido de proceder/comportar-se de maneira semelhante. Ou ambos indicam sentido de deslocamento físico? Ou ambos indicam sentido de proceder/comportar-se de maneira semelhante? Podemos categorizar esse enunciado, ou o verbo *andar* nesse enunciado, como polissêmico, ambíguo ou trata-se de um caso de mal-entendido?

Correia, ao falar sobre a polissemia, diz que

poder-se-á assumir que os diferentes valores que as formas linguísticas assumem não manifestam valores polissêmicos, mas sim são configurações deformáveis a partir de uma forma esquemática, abstracta que as definem no sistema de uma dada língua (CORREIA, 2004, p. 38).

Tomemos mais um enunciado



Figura 2. Ifunny. Disponível em: <<https://br.ifunny.co/picture/frase-da-sexta-feira-nao-e-so-pq-eu-ando-pxeoiVVe8?s=cl>><sup>56</sup>

Não é só porque eu **ando** com quem bebe, que eu também vou **andar**.

<sup>56</sup> Essa imagem trata-se de um Meme, em que há o recurso da foto e tudo mais que corrobora para a construção do sentido e não só pelo enunciado em si.

Ao parafrasearmos tal enunciado podemos ler:

1. Não é só porque eu **ando** com quem bebe, que eu também vou **caminhar**.
2. Não é só porque eu **ando** com quem bebe, que eu também vou **me deslocar**.
3. Não é só porque eu **ando** com quem bebe, que eu também vou **me movimentar**.

No enunciado com o meme, o enunciador regula, utilizando-se também da imagem, do recurso extralinguístico, ajustando o contexto, e o verbo *andar* passa a ter um valor referencial a partir do qual os sentidos do enunciado são direcionados. Nesse ajustamento, imagem e texto, o verbo é utilizado para expressar um sentido de deslocamento físico, ou seja, se estabiliza. Assim, enunciador e coenunciador são direcionados para uma possível polissemia, que só se dá a partir do enunciado com o universo extralinguístico. Somente no enunciado, com contexto, atividade dos sujeitos e articulação de língua e linguagem, podemos atribuir polissemia, não a um verbo específico, mas um enunciado polissêmico. O verbo aceita, adapta, articulado com o cenário específico, a forma polissêmica. Se retornamos ao texto em que o cantor Bruno diz: “Não é porque eu ando com quem bebe que sou obrigado a andar também” podemos parafrasear:

1. “Não é porque eu ando com quem bebe que sou obrigado **a proceder** também”.
2. “Não é porque eu ando com quem bebe que sou obrigado **a caminhar** também”.
3. “Não é porque eu ando com quem bebe que sou obrigado **a me comportar igual** também”.

Nesse caso, o uso de *ando* é utilizado para expressar um sentido proceder/comportar-se de maneira semelhante ou até mesmo de deslocamento físico (estando em companhia de).

Para a significação de um enunciado são necessárias as construções de etapas em que os valores referenciais se convergem em interdependência. Observamos que nas duas ocorrências há estabilização.

Pelo modelo de análise linguística que adotamos, interpretamos esses valores como “correspondentes ao cenário que revela, ao mesmo tempo, a significação e a situação ou o contexto” (FRANCKEL, 2011, p. 46).

Tomemos os seguintes enunciados em diálogo<sup>57</sup>:

---

<sup>57</sup> Enunciados produzidos pela autora.

**A:** Ah, amiga, quase morri do coração hoje! O Pedrinho me aprontou uma daquelas, de novo! Saiu correndo e eu correndo atrás dele, desesperada!

**B:** Como pode?! Tão pequenininho e já dando tanto trabalho?

**A:** Ele atravessou a rua correndo e quase morreu atropelado!

**B:** Que perigo, amiga. Cuidado, nem todos os motoristas gostam de cachorrinho, uma hora ele morre atropelado!

Observemos que nesse enunciado, uma das formas de estabilização de sentidos se dá pelo contexto da experiência partilhada de enunciador e coenunciador. Os termos são resultantes das articulações, dentro das realizações particulares de cada enunciado, ou seja, o termo “se traduz pelo papel particular que desempenha nas interações com seus diferentes ambientes textuais possíveis, algumas dessas interações desembocando em um resultado que permite – mas apenas de modo local – uma tal aproximação”. (FRANCKEL, 2011, p. 17).

Franckel (2011) propõe pensar sobre os possíveis ambientes textuais que nos aproximam de um certo resultado. Pensemos no verbo *ver* e um dos seus sentidos dicionarizados: “perceber pela visão; enxergar”.

Observemos os enunciados a seguir<sup>58</sup>:

1. Eu vou **ver** se vou.
2. Eu ‘tô’ **vendo** que isso não vai dar certo...
3. Vai **vendo** a encrenca que o namorado está se metendo.
4. Eu não ‘tô’ **vendo** você me xingar desse jeito!
5. Eu não **vejo** a hora de ir pra casa.

Cada marca linguística merece uma análise que a evidencie. Se tomarmos alguns dicionários e buscarmos os significados prévios atribuídos ao verbo ‘ver’, encontraremos outros sentidos já elencados.

O sentido de “perceber pela visão; enxergar”, não é contemplado em nenhum dos enunciados acima, entretanto é a primeira entrada a ser localizada no Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa que atribui ao verbo *ver* o significado de “conhecer ou perceber pela visão; olhar para, contemplar” (FERREIRA, 2004, p. 2047), bem como no Dicionário UNESP

---

<sup>58</sup> Enunciados produzidos pela autora.

do Português Contemporâneo, cuja primeira entrada é “perceber pela visão; enxergar” (BORBA, 2011, p. 1422).

Exemplificamos<sup>59</sup>:

6. Eu *vi* Maria sair de casa<sup>60</sup>.
7. Os assaltantes foram *vistos* pelos populares.
8. Eles *viram* o pôr do sol juntos.
9. Nós vamos *ver* à noite, se essa luz vai acender ou não.

Para cada enunciado existe um trabalho de ajustamentos de enunciador e coenunciador, de contexto e de articulação. Assim, o verbo *ver* não tem um valor *a priori*, um significado, um sentido em que pensamos antes. A língua em articulação com a linguagem não faz essa distinção de noções mais determinadas e menos determinadas.<sup>61</sup> A linguagem não faz essa distinção, mas as línguas fazem. Quando articulamos linguagem e línguas podemos observar os processos de determinação que produzem tais resultados. Ao movimentar os sentidos nos enunciados com o verbo *ver*, houve um trabalho dos sujeitos, articulando língua e linguagem, em intensa atividade epilinguística, que, por ser naturalmente uma atividade dos sujeitos, difere da atividade metalinguística.

Logo, poderíamos dizer que todos os sentidos cabem no verbo *ver*, e nenhum deles tem prioridade sobre outros? Ou, diríamos que o verbo *ver* só tem sentido quando contextualizado no enunciado pela atividade dos sujeitos. Observemos o que nos diz Franckel (2011, p. 21)

somente o que é dito diz o que é dito, e qualquer outro acesso a esse dito a um querer dizer, a uma significação, se dissipa por um desvio irreduzível, ainda que mínimo, mesmo que se estabeleça um ajustamento e uma aproximação com a qual podemos frequentemente nos acomodar. O que produz esse desvio não é a alteração de um ‘sentido puro’ que existiria independentemente dessa alteração. É exatamente essa alteração que é de certa maneira constitutiva do sentido, e que lhe dá corpo.

Façamos uma substituição de verbos.

---

<sup>59</sup> Enunciados produzidos pela autora.

<sup>60</sup> Enunciados produzidos pela autora.

<sup>61</sup> A natureza indeterminada da linguagem sustenta as montagens e desmontagens dos valores em língua por meio de uma articulação do léxico com a gramática, também indeterminados.

- 1a. Eu vou **pensar** se vou.
- 2a. Eu ‘tô’ **sentindo** que isso não vai dar certo...
- 3a. Vai **observando** a encrenca que o namorado está se metendo.
- 4a. Eu não ‘tô’ **ouvindo** você me xingar desse jeito!
- 5a. Eu não **imagino** a hora de ir pra casa.

Se pensarmos, *a priori*, de modo estático, que o verbo *ver* tem o principal sentido de ‘enxergar pela visão’, o mesmo não caberia em nenhum dos enunciados acima. Especialmente no enunciado 13.

- 4b. Eu não ‘tô’ **vendo** você me xingar desse jeito!
- 4c. Eu não ‘tô’ **ouvindo** você me xingar desse jeito!

Ao categorizar o verbo *ver*, primeiramente como verbo, e por isso, responsável, sintaticamente, por ser um predicado, depois categorizado com sentido principal direcionado para “enxergar pela visão” e mesmo assim esse verbo se comporta escapando às categorias, insere-se nele mais uma categoria, passa a ser categorizado como uma figura de linguagem, como a sinestesia.

Importa para nós observar o comportamento da noção, como o sujeito e a contextualização e o trabalho de língua e linguagem produzem sentidos, e não em qual categoria posso encaixar tal palavra, ou de qual categoria devo tirar essa palavra para colocar no meu enunciado para que tal sentido se estabeleça.

Suscita nosso questionamento, o fato de darmos tanta importância ao contexto. De Vogüé propõe uma reflexão:

Há princípios de variação nas línguas. Determinar esses princípios constitui uma das tarefas importantes do linguista, por ser o que permite compreender o porquê de existir tanta polissemia e tanta ambiguidade nas línguas: é apenas porque os contextos são variados? Resposta: apenas em parte, já que é antes pelo fato de a língua produzir, por si só, variação. Uma das tarefas, portanto, que se dá o linguista, é a de dar conta dos princípios regulares dessa polissemia (no nosso exemplo, trata-se da natureza quantitativa ou qualitativa da referência, mas há outros princípios, concernindo, em particular, a variedade dos modos de combinação entre unidades e também o modo de construção das entidades referenciais etc.). O importante é que é na língua que vamos encontrar as regras que presidem esta variedade: seja no plano das unidades ou no dos princípios estruturantes que organizam a língua, reencontramos a ideia de que a língua integra o discurso, em suas modalidades e em suas variações. É dizer que a língua é primeira e autônoma e, ao mesmo tempo, que

está por inteira neste discurso que ela determina (De VOGŪÉ 2013, p. 218-219).

A partir da reflexão da pesquisadora, pensemos em dicionários e variação. Há inúmeras pesquisas acadêmicas abarcando os dois temas, tanto em TOPE quanto em diversas outras perspectivas teóricas. Pensemos que a composição dos dicionários, que envolve língua e, portanto sujeitos, considerará a perspectiva linguística do sujeito lexicógrafo, mesmo que este trabalhe com uma perspectiva de língua estática, e em vista disso, os resultados desse objeto será, para esse sujeito, um material mais completo possível, em que ele busca contemplar diversos outros sentidos encontrados em uso na língua, o que ele chamaria de diversidade; quantos mais os dicionários se atualizam, mais sentidos buscam enumerar e assim, “completos” se empenham em se apresentar.

Insistimos, que não se trata de criticar as literaturas de especialidade, mas compreender que abarcar sentidos de uma linguagem em funcionamento em um produto pronto, acabado e estático é pensar somente “a língua”, como se fosse possível separá-la da linguagem. Sendo assim, afirmamos que a língua articulada com a linguagem muitas vezes não se apresenta assim nas gramáticas de ensino da língua. Em outros termos, “os linguistas continuam fundamentando suas análises em uma língua artificial: enunciados magros para jogos lógicos, pseudo-oral que é apenas o escrito manipulado [...]” (CULIOLI, 1999b, p. 113).<sup>62</sup>

A categorização zero, o vir-a-ser é justamente aquilo que está na origem, que nós teorizamos, ou seja, o produto languageiro, cujo resultado é imprevisível, fruto da articulação língua e linguagem, um sentido que ainda não está ainda construído, que só será estabilizado mediante contexto e sujeitos. Quando pensamos em contextualização, embasados por uma teoria construtivista, como nos proporcionam os pressupostos da TOPE, tomamos como ponto de partida a diversidade das línguas, o que implica em não partir do princípio das semelhanças superficiais entre as línguas.

Pensemos na semelhança superficial das línguas. Cremos ser o processo de regulação o que proporciona essa semelhança. Diversos trabalhos e pesquisas dão conta de observar as semelhanças entre léxico, gramática e funcionamento das línguas naturais. Há também diversas pesquisas que observam as semelhanças dentro de uma dada e específica língua. Nos trabalhos em TOPE, denominamos como uma equivalência a relação feita de semelhanças e diferenças,

---

<sup>62</sup> No original: Les linguistes continuent de baser leurs analyses sur un langage artificiel: des énoncés minces pour des jeux logiques, des pseudo-oraux qui ne sont que des écritures manipulées [...] (CULIOLI, 1999b, p. 113).



e denominamos como uma identificação, quando dadas as relações, conserva apenas o semelhante.

O que nos importa especificar é que a semelhança superficial das línguas não nos é suficiente para sugerir, ou até mesmo aceitar uma gramática universal. Quando só se pensa em língua é possível falar de categorias, inclusive universais, pois busca-se nas semelhanças superficiais as possibilidades de classificação *a priori*.

Por outro lado, pensemos também as línguas têm princípios gerais, e que as diferenças podem se constituir justamente uma semelhança entre todas elas. Por exemplo, todas as línguas têm as propriedades de abarcar a “noção”, mas nem toda língua tem a classe gramatical artigo. São as invariâncias, ou seja, os “princípios de variação” que são formalizados e em simulação se contextualizam, possibilitando observar quais unidades remetem aos princípios previstos na formalização. Tais unidades funcionam como marcadoras de operação. Contudo, a formalização dos princípios de variação não prescinde das unidades morfolexicais, já que a formalização dos princípios de variação tem a própria variação por fundamento, ou seja, fundamentam e regem a atividade da linguagem, e isso é visível nas diferentes línguas pelas suas configurações.

Entretanto, observemos, como nos orienta Culioli (1999), que os “princípios de variação” permitem pensar que a diversidade das línguas naturais não é um dado universal, mesmo que seja encontrada em todas as línguas estudadas, por isso um conjunto de dados, categorizados, ao serem uma invariante, não se constituem uma categoria universal. Pensemos que os dados e os enunciados, não são mesmo “as invariantes”. As invariantes são de ordem cognitiva. Elas se constituem de esquemas operatórios que projetam o vir-a-ser da representação. Concordamos com Merleau-Ponty (1991), que

A invariância engloba os princípios básicos da enunciação e de toda situação enunciativa, sempre considerando a tripartite: sujeito, tempo e espaço. A variação tanto pode ser de uma língua para outra (uma variação radical, portanto), quanto dentro de uma própria língua (a heterogeneidade do material linguístico de uma comunidade) (MERLEAU-PONTY, 1991 apud CUMPRI, 2012, p. 208).

Assim, não se propõe, pela teoria culioliana, a construção de uma gramática universal; o que buscamos, a partir das configurações que estão presentes na diversidade das línguas, são as invariantes que fundamentam e regulam a atividade da linguagem. Por isso propomos como metodologia de trabalho construir um sistema de representação metalinguística e uma teoria dos observáveis que nos possibilite formular problemas e construir processos de reflexão dos

produtos linguageiros, e isso abarca variação e contexto, que para nós são as sequências textuais, ou seja, a atividade de produção e de reconhecimento de formas linguísticas.

A importância que damos à contextualização incide diretamente sobre o trabalho do linguista que deverá reconstruir as operações abstratas de produção e de reconhecimento que ele não tem acesso; deverá fazer uma construção metalinguística, pelos vestígios deixados pelas operações, através dos marcadores presentes nos textos. Assim, a tarefa do linguista será a de construir um sistema de representações, sempre tomando a língua articulada com a linguagem.

Tomemos um exemplo com o verbo *conseguir*:

Enunciado 10.



Figura 3. Tirinhas do Garfield. *Ratoeiras*. Jim Davis. São Paulo: 2000.

Dado o enunciado acima apresentado no terceiro quadrinho: “Bem, O Jon conseguiu achar todas as ratoeiras.”, Garfield afirma que Jon *conseguiu* achar. Pensemos: Jon estava procurando as ratoeiras? Podemos inferir que se Jon conseguiu achar, ele estava procurando? O verbo *conseguir* carrega essa certeza? É possível responder afirmativamente essas questões? Não seria limitante, especialmente, na produção do humor, pressupor que o verbo *conseguir* é um marcador linguístico implicativo e que aciona uma asserção anterior e que, portanto, não há como fugir do sentido que esse verbo determina?

Ao adotarmos a perspectiva teórica da TOPE, tomamos o conceito de linguagem como trabalho ou atividade, e a concepção de que o sujeito e o mundo que o envolve precisam ser construídos. Assim, dada uma expressão linguística, um mesmo sujeito pode fazer uma leitura de um certo modo e numa próxima leitura fazê-la de modo diferente, já que as questões de construção desse sujeito são as questões de construção dos textos, portanto, concordamos que a expressão linguística e o sujeito são uma mesma coisa. Concordamos que

todo processo enunciativo manifesta o empreendimento de um sujeito, agindo sobre estados de pensamento. É preciso colocar um estado de pensamento em relação predicativa inicial, mas isso apenas para ter a oportunidade de afirmar, em seguida, através de um jogo de pistas referenciais estratégicas, a

singularidade de sua própria posição quanto a esse estado de pensamento, colocado em estado inicial (REZENDE, 2000, p. 106).

Esse sujeito que aprende, constrói e referencia, e o objeto do conhecimento não se polarizam, antes se articulam. Rezende (2008, p. 19) nos diz que

Sempre quando propomos a indeterminação da linguagem, construímos um lugar especial para o trabalho do sujeito. Nesse caso, a linguagem é um mecanismo de equilíbrio que existe em todo ser vivo e que ganhou no ser humano uma sofisticação.

Esclarecemos que “o sujeito não tem domínio reservado: se ele intervém de modo privilegiado ao nível das operações enunciativas, ele não é, por outro lado, excluído ou ausente das operações predicativas” (FUCHS, 1984, p. 80).

Tomemos o enunciado a seguir:

Enunciado 11.



QUINO. *Toda a Mafalda*. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 67. [Adaptado].

Por não adotarmos um conceito de língua estática, com categorizações fechadas, não tratamos aqui de nomear ou justificar as categorias criadas pelas literaturas de especialidades que dão contas dos fenômenos linguísticos, como os do enunciado acima, ou os coloca como exceções. Não propormos observar nesse enunciado ocorrências fenomenológicas, pois compreendemos que tais ocorrências não competem ao trabalho do linguista, pois a este interessam as ocorrências linguísticas. Pria (2009) nos diz que “A manipulação das diferentes constituições desses objetos e da sua participação em fenômenos variados é fonte de processos cognitivos de categorização e da construção de representações no interior de uma cultura” (PRIA, 2009, p. 54).

Franchi (1987, p. 13) ilustra que

[...] há atividade criativa mesmo quando a linguagem se sujeita a suas próprias regras e há criatividade na construção das expressões mais simples e diretas

em cada um de nossos atos comunicativos. Há criatividade até quando falamos e nos servimos de linguagem no silêncio da reflexão em que reorganizamos os construtos anteriores da experiência.

Chama-nos atenção o movimento do texto, as marcas do texto, o contexto (que não é exterior às formas, pois as formas significam o contexto) e o que a língua, articulada com a linguagem e com o trabalho desse sujeito, proporciona ao texto, pois consideramos que “é essa dinâmica entre o externo (contexto) e o interno da língua (a articulação entre os termos) que gera sentidos mais estáveis” (CUMPRI, 2013, p. 193).

Esse sujeito será então o produto de seu caráter antropológico imbricado entre o intersubjetivo e “transindividual, que é a relação entre os indivíduos que faz com que, em um momento, haverá ajustamentos, por exemplo, ajustamentos de registro social e coisas do gênero” (CULIOLI, NORMAND, 2005, p. 165).<sup>63</sup> Trata-se de um sujeito que é produto das relações construídas entre os processos de cognição, a atividade de linguagem e as experiências empíricas advindas do conjunto de saberes elaborados por meio das vivências proporcionadas através de cada cultura na qual está inserido, por isso, o sujeito é um fenômeno linguístico construído em cada agenciamento enunciativo.

A partir dessas concepções, a linguagem deixa de ser uma instância (o outro, o social) fora do sujeito, para ser uma instância constitutiva do sujeito. A linguagem é o próprio diálogo constitutivo do sujeito entre o *eu* e o *outro*, entre o indivíduo e o social, entre o projetado e o construído. É assim que o sujeito da enunciação se configura tanto como um elemento constitutivo das operações cognitivas, como também será ele mesmo o produto dessas operações na enunciação, cujos rastros capturamos nos enunciados. Por exemplo,

Sendo dadas duas situações enunciativas, elas são diferentes porque se iteram necessariamente no tempo. Entre duas situações enunciativas diferentes, podemos ter identificação ou diferença entre os elementos que as compõem (sujeitos enunciadores, tempo e espaço da enunciação). A *identificação ou diferença* entre os elementos de situações enunciativas necessariamente diferentes deixam marcas no enunciado quanto ao processo de construção de sua significação (REZENDE, 2010, p. 7).

Portanto, são os sujeitos que atribuem significados, a partir de um trabalho, de uma atividade. Pela perspectiva teórica por nós adotada, o sujeito (que se manifesta sempre que um enunciado é produzido) não é um indivíduo produtor de discursos. Por isso é que a inserção do

---

<sup>63</sup> No original: “transindividuel, c'est-à-dire la relation entre individus qui fait qu'à un moment donné, il y aura des ajustements, par exemple des ajustements d'inscription sociale et des choses comme ça” (CULIOLI, NORMAND, 2005, p. 165).

sujeito no âmago dos processos de construção da língua proporciona que os interlocutores sejam, simultaneamente, “emissores e receptores”, são, portanto os sujeitos enunciadore (enunciador e coenunciador). A coenunicação é caracterizada como um

[...] conjunto de relações complexas que os interlocutores tecem por meio da linguagem. A referenciação não é nem neutra nem objetiva; ela é um processo mediado pelos sujeitos, de construção e reconstrução da significação; ela é indissociável dos dois protagonistas da troca verbal assim como também as representações, imagens e expectativas de um em relação ao outro: a significação de um enunciado, além de seu sentido é resultado de uma acomodação intersubjetiva. A co-enunicação põe em jogo uma série de operações de produção e reconhecimento interpretativo onde nada autoriza dizer que eles sejam totalmente simétricos ou reversíveis. A co-enunicação é precisamente o lugar do ‘jogo’, quer dizer, ajustamentos, voluntários ou não, sucedidos ou não; desvios, lapsos, mal entendidos, ambiguidades que não ‘parasitas’ da comunicação ou ‘ruídos’ sobre o fundo informativo claro, mas fazem parte integrante da atividade de linguagem (FUCHS, 1984, p. 80).

Explicitemos que, para a teoria culioliana o enunciador é elemento constitutivo da linguagem, já o falante é o indivíduo empírico considerado em todas as suas particularidades:

É necessário dispersar um primeiro mal-entendido sobre o que se entende por linguístico [...]. Parece-me, que até agora não houve distinção entre enunciador e locutor. Isso quer dizer que por trás de termos como sujeito, porta-voz, confundimos o enunciador [linguístico] e o locutor (CULIOLI, FAYE, RANCIÈRE, ROUDINESCO, 1980, p. 184).<sup>64</sup>

Portanto, para a enunicação de enunciados, mobilizados por um sujeito enunciador, haverá necessariamente o outro enunciador, pois a coenunicação é constitutiva da própria enunicação. Assim caberá aos enunciadores o trabalho de produzir, interpretar as formas, bem como, colocar em relação essas formas, através das atividades de representação, referenciação e regulação.

Tomemos o enunciado a seguir<sup>65</sup>:

12. Ao depor na CPI, a máscara do deputado caiu<sup>66</sup>.

<sup>64</sup> No original: Il faut dissiper un premier malentendu sur ce qu'on entend par linguistique [...]. Il me semble que jusqu'à présent il n'y avait aucune distinction entre énonciateur et locuteur. Cela veut dire que derrière des termes comme sujet, porte-parole, on confond l'énonciateur [linguistique] et le locuteur (CULIOLI, FAYE, RANCIÈRE, ROUDINESCO, 1980, p. 184).

<sup>65</sup> Enunciados produzidos pela autora.

<sup>66</sup> Enunciados produzidos pela autora.

Observamos que esse enunciado é altamente produtivo para a TOPE, bem como para outras teorias, dada a sua configuração e categorização ambígua. O que propomos observar nesse enunciado é que a representação é estabelecida pelo comportamento do sujeito, pois consideramos esse sujeito como construtor do processo de significação. Em uma enunciação, os sujeitos, o espaço e o tempo, que se configuram como as coordenadas enunciativas, se alteradas também incorrem em um conjunto de mudanças nos textos. Observemos esse enunciado e o que Rezende (2010, p. 8), pontua:

Os sujeitos podem, diante das alternativas de valores e significados, seja na vida seja nos textos (e haveria aqui diferença?)  
 "permanecer com vários valores e significados, simultâneos para uma mesma situação;  
 "passar por uma determinação superficial e optar por conjunto de valores e significados que não foram trabalhados na relação com o outro ou consigo próprio;  
 "polarizar os valores e torná-los conflituosos,  
 "superar a polarização e determiná-los mesmo que provisoriamente estabelecendo valores e significados para as situações específicas.

Cabe ao enunciador optar, pelas inúmeras possibilidades que articulação da língua e linguagem pode proporcionar, por isso não dizemos que o contexto explícito objetiva eliminar a ambiguidade. O contexto pode manter a ambiguidade ou direcionar o sentido para um lado ou para o outro ou ainda, para outros. Retomemos.

12. Ao depor na CPI a máscara do deputado caiu.

**12a.** O deputado negacionista sequer sabe colocar uma máscara em seu rosto. Ele se esqueceu de prender o elástico e **ao depor na CPI a máscara do deputado caiu** no chão, contrariando as normas de higiene, deixando seu rosto exposto e forçando seus assessores a improvisarem uma amarração.

**12b. Ao depor na CPI a máscara do deputado caiu de uma vez por todas/como já devia ter acontecido antes.** Ele se mostrou um falso, um mentiroso. Ele que tinha prometido causar um estardalhaço na CPI delatando a formação de quadrilha, pareceu não saber de que lado estava. Negou, desmentiu, não entregou os criminosos, enfim, a mim ele não engana, não está do lado do povo.

É no momento da enunciação que são construídas as possibilidades de ocorrências da significação, pois as possibilidades de referenciação proporcionam que as unidades ou arranjos surjam como marcas léxico-gramaticais. Pensando assim, concordamos com Rezende que “o conteúdo é um suporte para atividade do sujeito, assim como é um texto para a leitura de cada

leitor específico, que, com a sua experiência de vida e de leitura, produzirá como resultado um texto diferente do outro” (REZENDE, 2008, p. 16).

Tomemos o enunciado a seguir:

Enunciado 13.

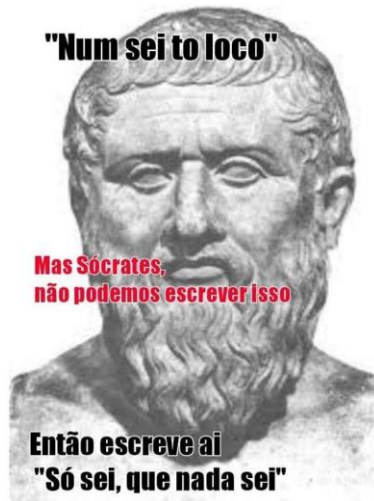


Figura 4. Meme “Mas não podemos escrever assim”. Guia da Semana: Disponível em: <https://www.guiadasemana.com.br/comportamento/noticia/14-memes-por-tras-das-frases-de-grandes-filosofos-que-te-representam>

Não tomamos os enunciados acima como paráfrases, reescrituras, ou como equivalências, *a priori*, mas optamos por observar as possibilidades que língua em articulação com a linguagem podem construir. Interessa à TOPE todos os enunciados: orais, escritos, ‘formais’, ‘coloquiais’ ou quaisquer nomeações que se deem aos textos. O que podemos observar no enunciado acima é enunciador e coenunciador numa intensa atividade epilinguística na produção do enunciado; e na construção do enunciado, na formalização do enunciado, em uma atividade ‘simbolicamente’ metalinguística, em buscar de atribuir sentido ao enunciado 1 (primeiro enunciado do cartaz) ao mesmo tempo em que uma reescritura do enunciado 2 (último enunciado do cartaz) atribuiria sentido semelhante. Em nome de adequação vocabular e gramatical, fica intuída uma atividade parafrástica ou de sinonímia, e que para nós, analistas de TOPE, resulta em outro texto. Não se trata de interpretar o enunciado 1, entregar o produto acabado, ou seja, enunciado 2. São as sequências que deram lugar aos enunciados que consideram os contextos específicos e que determinaram essas sequências e, portanto, os sentidos aos dois enunciados. Culioli afirma que

O texto funciona não como transmissão de um conceito de um falante para seu interlocutor, mas como uma sequência de representações que resultam de um

conjunto de operações realizadas por um sujeito enunciador que, em uma situação de enunciação (que inclui os interlocutores e um momento), busca construir um sentido (CULIOLI, 1999 apud CUMPRI, 2009, p. 28).

Nesse contexto de enunciações, como os exemplificados, observemos que os sujeitos enunciadores assumem funções híbridas, pois esses sujeitos não são dotados de uma competência pré-construída que esteja fora dos processos que constituem os enunciados. Sendo assim, os sujeitos enunciadores vão assumir funções variadas por também serem constituídos pelos processos operacionais. Por meio da atividade de linguagem, um sujeito enunciador revela a sua forma de apreensão do mundo. Trata-se da construção do processo de significação que está diretamente relacionando com as suas experiências individuais e coletivas. Fuchs afirma que é

[...] impossível referir-se à língua entendida como um sistema totalmente distinto de seu utilizador e de suas condições de utilização e de opor língua a qualquer coisa que lhe seja exterior que se trate de fala individual de performance ou discurso. Deste modo, encontra-se substituída, às abordagens instrumentais da linguagem como ferramenta, uma abordagem mais versátil, no fazer-se discurso, que quer dizer, no executar-se das operações construtoras da significação dos enunciados. Em consequência, o sistema linguístico não é mais um espaço homogêneo, um conjunto de regras interiorizado por todo locutor de uma comunidade linguística, mas um espaço que é, ele próprio, recortado pela oposição entre estável e o instável, lugar de ajustamentos e desvios (FUCHS, 1984, p. 77-78).

A atividade que envolve os enunciadores, e da qual são parte, é estabelecida na construção da significação exercida por esses sujeitos. Sendo assim, a identidade só se constrói numa relação direta com a alteridade. Como lemos em Franckel,

O acesso à identidade de uma unidade pode ser constituído pela análise metodologicamente controlada do papel que ela desempenha nos enunciados em que ela é colocada em jogo, papel analisado frente ao contexto convocado (FRANCKEL, 2011, p. 119).

Ao falarmos de sentido, compreendemos que se há um sentido estabilizado em determinado enunciado é porque outros sentidos foram cancelados. Compreendemos que a estabilidade e o cancelamento fazem parte de um conjunto de modulações de vários sentidos que dialogam entre si com determinados conteúdos predicativos, não anexados, nem dados de modo pronto e estático; o que reafirma que os sentidos se constroem nos enunciados. Propomos,



assim um trabalho de linguagem que é sustentado por dois mecanismos básicos que são a parafrase e a desambiguação.

### 2.3 O cancelamento e abertura de sentidos

Afirmamos que a abertura e o cancelamento de sentidos se dão por processos análogos na linguagem. A construção de um sentido é uma construção de uma representação específica, construída pela linguagem de maneira articulada com o mundo que essa linguagem constrói, sendo indissociável e interdependente. Assim afirmamos que os sentidos são construídos a partir das unidades que o integram em uma dinâmica entre enunciadores, não sendo definida por fatores externos à língua e nem se confundindo com sua referência.

Por isso afirmamos que o sentido é resultado de

um arranjo de formas a partir dos quais os mecanismos enunciativos que o constituem como tal podem ser analisados, no âmbito de um sistema de representação formalizável, como um encadeamento de operações do qual é vestígio [ou traço] (FRANCKEL, 2011, p. 46).

Para a organização de sistema formal de representação, o linguista adota modelos de trabalhos, como a glosa e outros. Segundo Culioli são “textos que um sujeito produz quando, de modo espontâneo ou em resposta a uma solicitação, ele comenta um texto precedente” (CULIOLI, 1999a, p. 74)<sup>67</sup>. Ao adotarmos a glosa como procedimento metodológico, afirmamos que nossa busca é tentar tornar consciente um “saber inconsciente”, a “racionalidade silenciosa” (CULIOLI, NORMAND, 2005, p. 187). Fazemos isso como um procedimento desdobrável, fazendo experimentos linguísticos, manipulando formas, o que chamamos de representação metalinguística, por isso a glosa “busca fazer proliferar os fenômenos” (idem, p. 234) e por meio de relações, compreender o modo como a linguagem funciona. Sobre principal característica da glosa Franckel esclarece que a mesma está “a meio caminho entre a explicação do texto e a teorização, entre a evidência e a abstração, entre a percepção epilinguística do sentido e uma formalização de sua construção, entre o particular e o regular” (FRANCKEL, 2011c, p. 121).

---

<sup>67</sup> No original: “textes qu’un sujet produit lorsque, de façon spontanée ou en réponse à une sollicitation, il commente un texte précédent” (CULIOLI, 1999a, p. 74).

Quanto à seleção dos enunciados, ao fazermos as glosas ou paráfrases, atentemos, à seleção que pode suscitar “textos longos, trocas verbais, em suma, tudo, menos exemplos breves e artificiais de ilustração de uma regra” (CULIOLI, 1999b, p. 22).<sup>68</sup>

## 2.4 Como a linguagem intervém nos processos de abertura e cancelamento de sentidos?

Como sempre estamos retomando ao longo desse trabalho, a linguagem é colocada, por nós, teoricamente, como indeterminada. Assim, quando as unidades lexicais e gramaticais são organizadas nas línguas, essa organização indicará um sentido, mas não o determinará. O sentido não será dado. São os interlocutores que irão construir a significação. E porque consideramos a linguagem indeterminada, sempre haverá um constante trabalho de construção de representações o que para nós, linguistas culiolianos, significa que todo enunciado resulta do conjunto de relações estabelecidas entre os sujeitos enunciadores.

Ao perguntar como a linguagem intervém no processo de abertura e cancelamento de sentidos precisamos pensar teoricamente nesse problema a partir de uma teoria que nos permita visualizar o movimento e a construção desses sentidos.

[Nosso] procedimento permitiu de início construir problemas em linguística. Construir um problema é, graças a uma teoria dos observáveis, construir conjuntos de observações de tal maneira que se coloca o problema da passagem de uma observação a uma outra. Perguntar-se-á, por exemplo, como se pode dar conta do fato de que, em um conjunto de enunciados aparentados, existam sequências impossíveis que se tornam lícitas se faz variar um marcador categorial (modo, determinante, etc.), o entorno ou a prosódia. (...) Poder-se-á, por meio deste procedimento, chegar em generalizações (trata-se aqui de problemas) e, portanto, em representações metalinguísticas dos fenômenos observados sobre os quais é possível raciocinar (CULIOLI, 1999a, p. 13).<sup>69</sup>

Admitimos, enquanto linguistas da TOPE, que o contexto não é um apenas um “enfeite”, um complemento, um estar ali sem importância. O contexto é constitutivo do enunciado, pois o contexto que se constrói no próprio enunciado, e assim o sentido é indissociável do contexto.

<sup>68</sup> No original: “des textes longs, des échanges verbaux, bref, tout sauf des exemples brefs et artificiels pour illustrer une règle” (CULIOLI, 1999b, p. 22).

<sup>69</sup> No original: [Notre] démarche nous a permis dans un premier temps de construire des problèmes de linguistique. Construire un problème, c'est grâce à une théorie des observables, construire des ensembles d'observations de telle sorte que se pose le problème du passage d'une observation à une autre. On se demandera par exemple comment expliquer le fait que, dans un ensemble d'énoncés liés, il existe des séquences impossibles qui deviennent licites si un marqueur catégorique (mode, déterminant, etc.), l'entourant ou la prosodie. (...) Il est possible, grâce à cette procédure, d'arriver à des généralisations (ce sont des problèmes) et donc à des représentations métalinguistiques des phénomènes observés sur lesquelles il est possible de raisonner (CULIOLI, 1999a, p. 13).

Ressaltamos também que as condições de emprego das unidades lexicais é que constituem seu sentido, ou seja, trata-se de uma construção específica que acontece a cada diálogo, em cada enunciado particular. Compreendemos que “quem assume a posição de que a linguagem é diálogo, por um lado, não pode assumir, por outro, uma divisão em significados subjetivos e objetivos nem pode separar as dimensões psicológica e sociológica da linguagem” (REZENDE, 1999, p. 45).

Para que haja a produção de sentidos é necessário o diálogo entre os enunciantes. Trata-se do próprio diálogo entre o eu e o outro, com tal importância em que, o diálogo, para nós, é tido como uma forma em que a língua intervém nos processos de significação, de abertura e cancelamento de sentidos, como forma de trazer o equilíbrio gerado pela tensão. É a tensão entre o que se quer dizer e o que se diz.

Do lado de quem produz, o texto diz aquilo que se queria dizer. Do lado de quem recebe o texto diz aquilo que se compreende dele. O ponto de conflito não está exatamente no enunciado, mas o que esse enunciado representa e referencia. Afinal, o que o extralinguístico fornece como força impulsionadora para o sentido? E daquilo que ele fornece, o que é de comum vivência para quem produz e para quem recebe? As lentes não são as mesmas e mesmo que o fossem, os sujeitos não o são (CUMPRI, 2012, p. 119-120).

Para que a língua intervenha no confronto da atividade significativa dos sujeitos, são necessárias operações de linguagem, montagem, desmontagem, apagamento, inserção que levarão “os sujeitos a dizerem o que querem dizer” e os permitirão observar, sentir, perceber, na interlocução, se o dito “é tão pertinente quanto aquilo que realmente foi dito” (CUMPRI, 2012, p. 127).

Tomemos os seguintes enunciados<sup>70</sup>:

14. Maria casou-se três vezes com seu noivo fictício.
15. O prédio de João ficou nas pranchetas da faculdade.
16. Maria e José se casaram aos 18 anos, embora ela tivesse 16 anos.
17. Até hoje o senhor Joaquim exhibe seu atestado de óbito já amarelado pelo toque das mãos.

Observemos nesses enunciados que, para que a língua intervenha na construção de um sentido de não existência de algo, antes é preciso construir esse algo, pela língua:

---

<sup>70</sup> Enunciados produzidos pela autora.

- 14a. Maria ter um noivo, ou um noivo pra Maria.  
 15a. A construção de um prédio, ou um prédio construído.  
 16a. Um tempo transcorrido de 18 anos ou uma data específica de nascimento de Maria.  
 17a. A morte do senhor Joaquim.

A língua construiu esses discursos, para que pudessem ser desconstruídos, remontados. Para que não haja um prédio para João, a língua constrói o prédio. Entretanto, as marcas linguísticas que criam um prédio para João, não são as mesmas que criam a morte do senhor Joaquim. Tomemos o enunciado 16 novamente.

**16b. Maria e José se casaram aos 18 anos, embora ela tivesse 16 anos.**

Pensemos, pela perspectiva da TOPE, em reversibilidade. Rezende (2003, p. 23), esclarece que “A reversibilidade é o corolário da causalidade, pois toda a força desencadeada por uma origem deve caminhar para uma finalização e apresentar, portanto, um resultado que poderá ser avaliado como bom ou como ruim”. A partir disso, podemos pensar que reversibilidade apenas é uma transitividade derivada e não original. Mas, como noz diz Rezende (Idem) se trabalhamos com jogos de espelhos infinitos entre identidade e alteridade, será que podemos continuar também falando em transitividade original e derivada (reversibilidade)? Sendo assim, reversibilidade não pode ser confundida com a construção e o valor da passiva.

Retomemos que conforme Culioli

[...] todo objeto (meta) linguístico contém uma alteridade constitutiva. É o trabalho enunciativo de localização que, ao compor o complexo ajuste de representações e enunciadores, suprime, destaca ou mascara essa alteridade. Dito de outra forma, ele nos lembra que não podemos construir figuras sem determinar e delimitar (CULIOLI, 1990, p. 103)<sup>71</sup>.

Dado o enunciado **Maria e José se casaram aos 18 anos, embora ela tivesse 16 anos**, tentaremos explicitar que o valor de concessão é construído tendo por base uma negação de

---

<sup>71</sup> No original: [...] tout objet (méta)linguistique recèle une altérité constitutive. C'est le travail énonciatif de repérage qui, en composant l'ajustement complexe des représentations et des énonciateurs, supprime, met en relief, ou masque cette altérité. Dit de façon différente, cela nous rappelle que l'on ne peut pas construire de figures sans déterminer et délimiter (CULIOLI, 1990, p. 103).

possibilidade de existência a partir de uma proibição, ou seja, de uma existência que não foi respeitada.

**Proibição:** De acordo com a Lei, Maria não pode se casar.

**Violação/Resistência/Obstáculo:** A existência de uma falsa ‘comprovação’ de idade de Maria.

Um enunciado com valor de concessão deriva de uma reversibilidade que é possível fazer de maneira cognitiva, mesmo que talvez não seja de maneira comum, pela cultura, ou pelo uso, como por exemplo, a “impossibilidade” de alguém com 16 anos ter 18 anos, por isso, ao construir metalinguisticamente o enunciado com valor concessivo, enquanto linguistas, estamos partindo de uma proibição.

Estabelecemos as relações primitivas para marcar a proibição, que se trata, portanto, de um obstáculo, entretanto, não impede o desencadeamento da ação.

<Maria, João, casamento<menoridade, proibição, casamento>>.

Maria não pode se casar com João porque Maria tem 16 anos.

Observemos que os termos João e Maria definem a noção casamento, como possível de ser realizada, de ser estabilizada. O que desequilibra a possibilidade de realização, o que vai gerar uma inadequação social e legal, o que vai gerar instabilidade é a inserção de *embora*. Entretanto a língua, e a articulação com a linguagem intervêm, e a instabilidade não tem força no enunciado que “impeça a realização do casamento”.

A intervenção da língua se dá através das atividades de regulação, que são realizadas pelos sujeitos, quando buscam, num conjunto de enunciações pretendidas, moldar um sentido preterido, pois não há enunciado isolado. Compreendemos que todo enunciado sempre estará relacionando com outros, e também estará sob o domínio do enunciador, dentre todos os enunciados equivalentes que ele possivelmente dispõe. É na articulação da língua com a linguagem que são possibilitadas as modulações que proporcionam as intervenções na busca pela significação, pois não há enunciado que não suporte inúmeras interpretações.

Ao interpretar, ao regular, as marcas aspectuais deixam, para nós linguistas, os traços de operações, entretanto, não funcionam como etiquetas. Reconstruímos as operações que permitiram os agenciamentos para o funcionamento dessas marcas na atividade da linguagem, e somente após todo um trabalho, uma análise de um enunciado único e um contexto específico,

permitimos afirmar que “uma categoria gramatical se define pela correspondência entre um conjunto de operações sobre um domínio nocional complexo e as marcas dessas operações” (CULIOLI, 1999a, p. 130).<sup>72</sup>

A alteridade prevê que o outro coloque em questão que a língua é ambígua. É preciso refletir sobre o que a língua é para o outro, sendo necessário, portanto, ter regras de significados, de valores, já estáveis de alguma forma. Trata-se de uma equilibração de alto grau de centralização que só é possível pelo autoconhecimento que conduz os sujeitos a voltarem a si e ao outro ao mesmo tempo.

A orientação primeira para o ‘outro’ parece ser o ponto de partida inicial e inevitável, mas apenas este ponto de partida não nos leva ainda à linguagem. Embora o outro, o diferente, o social sejam os elementos desencadeadores da descoberta do EU (muito mais difícil), temos a linguagem quando o outro lado, o EU, é recuperado e quando o diálogo se instaura (REZENDE, 1999, p. 46).

Ao pensar o que nos diz Rezende, sobre a alteridade ser o ponto de partida para a atividade de linguagem, reafirmamos que se a linguagem é indeterminada, o sujeito também é indeterminado e se movimenta, se articula, constantemente imbricado no enunciado. É a alteridade e a indeterminação que impulsionam um movimento de ida e vinda a fim de estabelecer a equilibração. Em um movimento o sujeito busca a sua identidade e num outro movimento é estabelecida a relação de alteridade ao considerar o coenunciador, o outro, o diferente de si.

Tomemos os seguintes enunciados com o verbo *fazer*<sup>73</sup>:

### 18. **Cerveja faz mal.**

18a. Quando consumida em excesso a **cerveja faz mal**, pois ao invés dos benefícios traz malefícios.

18b. A **cerveja**, assim como toda bebida alcoólica, interfere na produção de glóbulos brancos, responsáveis por combater as infecções no organismo e prejudica o sistema imunológico, portanto o consumo, mesmo moderado, **faz mal** à saúde.

---

<sup>72</sup> No original: “une catégorie grammaticale est définie par la correspondance entre un ensemble d’opérations sur un domaine notionnel complexe et les marques de ces opérations” (CULIOLI, 1999a, p. 130).

<sup>73</sup> Enunciados produzidos pela autora.

18c. Além de ter um efeito cancerígeno, quando chega ao intestino, o álcool pode funcionar como solvente, facilitando a entrada de outras substâncias carcinogênicas para dentro das células. Cuidado com **os malefícios que a cervejinha pode causar** à sua saúde.

18d. “Sabe quem inventou essa história de que **beber** moderadamente **faz bem**? A indústria do álcool, baseada em estudos pouco controlados” [...] “O mais saudável é não beber. Mas, se beber, o ideal é não passar de uma ou duas doses por semana”. Perceba: tomar algo todo dia, ainda que só um pouco, está fora de cogitação — se você quer ter saúde. **Uma tacinha de vinho e uma latinha de cerveja podem te matar.**

Pensemos nos sentidos já estabilizados, tanto da categoria verbal *fazer*, como dos sentidos atribuídos a esse verbo, como a transitividade. Em uma busca na internet encontra-se: “Embora signifique principalmente o ato de executar algo, levando a efeito, o verbo fazer pode significar o ato de criar, realizar, fabricar, preparar, causar, agir, ganhar, dizer, completar, cursar e praticar, possuindo uma grande variedade de significados” (DICIO, 2021).

Tais definições se tratam de sentidos estabilizados, de que o verbo *fazer* carrega consigo a significação de *ato ou efeito de executar*. E isso independeria do contexto, já que ao pesquisar o sentido de uma palavra, as literaturas de especialidades nos “dão” os sentidos, independentes da articulação, do contexto, embora, a “tentativa” de abarcarem, de apreenderem ‘todos’ sentidos e registrá-los, mesmo sob a nomenclatura de errado de inapropriado ou exceção, enfim, nos é visível a concepção de língua: considera-se uma língua estática.

O enunciado 18 estabiliza seu sentido, considerando que todos os sujeitos tenham a mesma experiência “negativa” com a noção *cerveja*, sendo toda cerveja uma bebida alcoólica e sendo o álcool nocivo. Os enunciados de 18a a 18d, estabilizam os sentidos de *fazer* atribuindo à cerveja malefícios à saúde. Quando se categoriza os verbos e os limita, sempre haverá a necessidade de criar a categoria “exceções”. Pode-se explicar os sentidos do verbo *fazer* pela transitividade, de maneira estática. Ou podemos atribuir a equilíbrio dos enunciados através das operações de modalidade. Podemos observar que o verbo *ter* assume uma marca em que o enunciador apresenta seu ponto de vista e exprime uma certeza: Cerveja faz mal.

Esses 4 enunciados, portanto, são enunciados que são regulados pelos enunciadores e encontram equilíbrio, dentro do contexto, dentro da cultura, dentro da aceitabilidade gramatical.

Tomemos mais um enunciado:

19. Cerveja faz mal. Quando falta.

Observemos o verbo *fazer*, sob a proposta da TOPE, não buscando os sentidos prévios atribuídos a esse verbo, ou à categorização verbo e suas implicações. Pensemos apenas nas

noções em relação, de um ponto zero e a partir daí inicia-se o trabalho do sujeito, aderindo, anexando, movimentando as categorias gramaticais. Partamos aqui do ponto de que uma relação enunciativa será consolidada pela passagem de um pré enunciado para um enunciado quando ocorrerem as operações de determinação, da aplicação das categorias de tempo, de aspecto e das modalidades.

Ao tomarmos esse enunciado, **Cerveja faz mal. Quando falta**, questionamos: Esse sentido cancela os sentidos dos enunciados anteriores? Como se dá a construção desse sentido com o mesmo verbo? Trata-se do mesmo sentido atribuído ao verbo ou há alteração de sentido? Pensemos em como a língua interfere na abertura ou cancelamento de sentidos.

Como estamos retomando ao longo das seções, não buscamos interpretações superficiais que ignorem a articulação língua e linguagem, ou tratar de ambiguidades aparentes ou exceções gramaticais, quer dizer, “nesse enunciado há uma exceção” ou não.

Retomemos:

18. Cerveja faz mal.

18a. Quando consumida em excesso a **cerveja faz mal**, [...].

18b. A **cerveja**, assim como toda bebida alcoólica, [...], **faz mal** à saúde.

18c. [...] Cuidado com **os malefícios que a cervejinha pode causar** à sua saúde.

18d. [...] **Uma tacinha de vinho e uma latinha de cerveja podem te matar.**

**19. Cerveja faz mal. Quando falta.**

Podemos atribuir, pela negação dos enunciados anteriores, a construção de um novo sentido para o enunciado ‘Cerveja faz mal’.

**19.** Cerveja faz mal. Quando falta.

**19a.** Quando bebo cerveja não me sinto mal

**19b.** Quando não bebo cerveja me sinto mal

**19c.** Eu fico ‘mal’ quando falta cerveja

**19d.** Cerveja não faz mal quando bebo

**19e.** Eu me sinto mal quando não tem cerveja

**19f.** A cerveja não me faz mal. Faz mal a abstinência

**19g.** Cerveja faz mal. Quando falta.



Relembremos que atribuímos à alteridade a facilitação, ou não, de agregar ou dispersar a representação. Há momento em que a agregação estabilizará a representação, e num outro momento será a dispersão. Portanto, ao desestabilizar-se, a representação pode estar agregando ou estabilizando. “Mesmo na dispersão temos sempre construção, jamais desconstrução” (REZENDE, 2003, p. 30).

Ao negar, ao deixar um espaço aberto pela não ocorrência, ou pela ocorrência do enunciado negativo, ou seja, *cerveja não faz mal*, a língua possibilita a reconstrução, nesse espaço, de um processo de construção de valores. Trata-se, portanto, de uma negação atrelada a um espaço formal não preenchido pelo empírico proporcionando outros enunciados, que podem ser reversíveis. Rezende (2003, p.30) diz que “é no espaço da reversibilidade que se obtém toda a possibilidade de construção da alteridade [o outro-outro (sujeito ou objeto), o outro- o mesmo], facilitando... dificultando.” Assim, ao atribuímos a negação *Cerveja não faz mal* ao lado de *Cerveja faz mal*, não estamos desconstruindo, pela dispersão, pela reversibilidade, o valor de *Cerveja faz mal*, ao contrário, constrói-se outro valor, ou seja, na dispersão também se constrói valor: *Cerveja não faz mal*.

Ao iniciarmos essa seção, e ao longo da mesma, questionamos como a língua intervém no processo de abertura e cancelamento de sentidos. Estamos sempre a marcar nossa posição sobre contexto, atividade dos sujeitos e articulação da língua com a linguagem. De Vogüé propõe que pensemos na articulação língua e discurso.

As unidades gramaticais não tiram sua identidade singular de uma distribuição que seria singular. Resta, no entanto, que elas também têm por valor um certo ordenamento do discurso. Então, em todos os casos (unidades gramaticais, lexicais e enunciados), a determinação discursiva não é um “a mais”, mas é constitutiva da língua. Ora, isso complica sensivelmente a relação língua-discurso, que vai se encontrar válida nos dois sentidos. A língua determina o discurso: a língua é, portanto, primeira. Mas o determina de tal modo que o integra: de certa maneira, a língua se encontra inteiramente nesse discurso que determina, nesses discursos que permite produzir. Isso quer dizer que o discurso é determinante da língua – e uma nova inversão se dá: na língua, tudo é uma questão de discurso. Nesse sentido, mas nesse sentido apenas, o discurso vem primeiro (De VOGÜÉ, 2013, p. 218).

A relação de língua e discurso, que nos chama atenção nos dizeres da autora, nos leva a refletir sobre os enunciados selecionados. Não objetivamos polarizar ou dicotomizar, mas observar um movimento possível desse ordenamento. Quando são construídos os enunciados *Cerveja faz mal* visualizamos a “língua” construindo um discurso, obviamente articulada com a linguagem, com o contexto, com os enunciadores. Ao observar o enunciado *Cerveja faz mal*.

*Quando falta*, além de percebermos o movimento descrito acima também podemos observar o discurso vindo primeiro, ou o discurso determinando a língua.

Rezende (2009) também nos convida a pensar sobre a fronteira que se aproxima do paradoxo ou da contradição, que nos leva a considerar que uma coisa é e não é simultaneamente.

Tomemos mais um enunciado:

20. Cerveja só faz mal quando falta.

Quando tomamos o enunciado 20 *Cerveja só faz mal quando falta* e o enunciado 19 *Cerveja faz mal. Quando falta*, podemos pensar que se trata de um momento em que os enunciados se diferenciam (também) por atingirem uma expressão que envolve todo o domínio nocional, e sabemos que não se trata do mesmo enunciado, pois há uma diferença, há uma outra noção, outro marcador, em que *Cerveja faz mal. Quando falta* é próximo de *Cerveja só faz mal quando falta*.

A propriedade “fazer mal”, dos dois enunciados acima, não está em negação como nos enunciados anteriores, mas está levemente ou consideravelmente alterada. Observamos que não estamos analisando a marca *só*, que certamente é produtiva, mas chamando a atenção para a significação do verbo em contextos alterados.

Coloquemos o conjunto de enunciados que contenham a enunciação *Cerveja faz mal para saúde* e *Cerveja só faz mal quando falta* e pensemos numa possível contradição:

Os paradoxos não podem ser vistos como alternativas excludentes, e nem se deve introduzir uma distância espaço-temporal entre as antinomias. Quando introduzimos uma distância espaço-temporal entre as antinomias e não as vivenciamos simultaneamente em suas complexidades, possibilitamos que convenientemente, segundo os nossos interesses momentâneos, ora estejamos de um lado, ora de outro, o que significa simplificação (REZENDE, 2009, p. 16).

Concordamos que a inserção do sujeito no mundo, e no trabalho de articulação de língua e linguagem, com maior acuidade, resulta de um conjunto de valores que esse sujeito percorre. Esses valores são obtidos pela percepção dos fenômenos, dos significados, dos valores, que podem ser feitos também através das operações de reversibilidade.

Se pensarmos que o sentido dos enunciados *Cerveja faz mal para saúde* e *Cerveja só faz mal quando falta* se estabilizam, nesses enunciados específicos, por paradoxos, contradição ou por uma inadequação de propriedades, trata-se de um movimento válido e produtivo.

Enquanto linguistas observamos que os enunciados são construídos em razão disso e não que está certo ou errado. São as propriedades, que podem não aparecer e serem marcadas pela falta, ou aparecerem em excesso, parecerem inadequadas, ou anormais, enfim, importa para nós, observar que são esses elementos os que vão facilitar ou impedir a abertura e cancelamento de sentidos, ou seja, o desencadeamento do processo e a transformação e talvez, a estabilização ou o estado resultante.

Nesse movimento, nesse confronto, para a abertura ou cancelamentos de sentidos, Rezende orienta que

Parece-nos que o que fica desse confronto é que a linguagem se instaura no momento do diálogo, quer dizer, quando o homem primitivo, desprovido de língua construída ou do dado social adquirido por mimese, presente na criança, é provocado também primeiramente pelo outro, pelo diferente, pelo assustador, daí a linguagem figurada. Mas essa linguagem figurada adquire assim tal estatuto exatamente quando centrada no sujeito que observa e que estabelece o padrão de normalidade, e se instaura como centro da referência, estabelece também o sentido próprio (REZENDE, 1999, p. 45).

Repetimos que somente o diálogo é capaz de estabelecer o equilíbrio para essa tensão. O diálogo refere à relação entre o *eu* e o *outro*, em que o *eu* é um indivíduo indeterminado, e o *outro*, que é diferente e está em construção. Em razão desse diálogo, há nesse nível de atividade de linguagem, a atividade de regulação. A regulação está num nível subjetivo, porém organizado e centralizado, justamente em função do diálogo, num movimento que vai da unidade para a diversidade, sempre retornando para a unidade em um nível superior (REZENDE, 2012). Ao colocar a alteridade como questão central, concordamos que

do mesmo modo, quem não souber que dentro de si próprio já existe uma ambiguidade constitutiva e uma indeterminação original e que significados se deslocam constantemente sob ângulos apreciativos diversos para si próprio, enquanto outro e para o outro-outro, não se entenderá também, não se auto conhecerá e, desse modo, não terá como alcançar o outro-outro igual a si próprio, real e mergulhado nessa cisão original colocada acima (eixo psíquico) (REZENDE, 2012, p. 570).

A língua se articula com a linguagem e intervém através de marcas específicas de determinada língua que não são comuns a outras línguas, por isso a produção de sentidos se dá a cada enunciado, não são gerais, traduzíveis, não são universais. Há marcadores nas línguas que podem ser generalizáveis e marcam certas determinações comuns. Entretanto,

Busca-se o gesto... Sim, o gesto, mas o gesto... apropriado. Procura-se o apropriado de tal maneira que no fundo isso remeta a duas coisas: há o que é e o que não é, e é isso que chamo às vezes ‘bom’ e ‘mau’ no sentido mais primitivo do termo; e ao mesmo tempo, procura-se uma sequência. Porque, quando se faz um gesto, se quer que ele seja apropriado, é preciso que ele seja apropriado para alguma coisa, é preciso, portanto, que haja o que se chama às vezes um ‘efeito’, mas é uma sequência, simplesmente! Finalmente isso remete a alguma coisa muito simples, qual seja, quando eu faço tal gesto, eu tenho em vista alguma coisa que vai se seguir (CULIOLI, NORMAND, 2005, p. 265 apud ROCHA, 2021).

Não se trata de buscar se encaixar aos sentidos pré-estabelecidos, do que se convencionou, especialmente nas literaturas de especialidade, como o certo e errado, pois o “produtivo” nessa teoria, é a própria linguagem produzindo e reconhecendo enunciados. Retomamos que adotamos um escopo teórico que dialoga com o construtivismo e que, portanto, ao pensar

[...] numa perspectiva de equilíbrio, uma das fontes de progressos no desenvolvimento deve ser procurada nos desequilíbrios como tais, que obrigam um sujeito a superar seu estado atual e a procurar o que quer que seja em direções novas (PIAGET, 1976, p. 17).

É a atividade de linguagem que abarca e propicia os produtos languageiros. A intervenção da língua ocorre por meio da produção de formas maleáveis e deformáveis que buscam e proporcionam o ajustamento comunicativo entre o apropriado e o não apropriado, entre os equilíbrios e desequilíbrios na enunciação.

## **2.5 Um olhar sobre os verbos *Começar a* e *Deixar de***

Optamos nessa Seção por refletir sobre conjuntos de enunciados com os verbos *Começar a* e *Deixar de*, sob a perspectiva da Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas. Iniciamos essa Seção, nos embasando em Rezende, que nos alerta sobre os problemas clássicos que envolvem a nominalização. Segundo a pesquisadora, “o problema central colocado pela nominalização é o da prioridade da expressão verbal das noções de processo em relação à expressão nominal” (REZENDE, 2003, p. 1).

É produtivo para nosso estudo, marcarmos que na TOPE uma noção não é classificada nem como verbal nem como nominal. Como diz Rezende

Essa discussão que estamos encaminhando nos conduz à procura de um nível indistinto e anterior à categorização nome e verbo, por um lado, e de um nível

assertivo zero, por outro. A procura do nível de categorização indistinto e anterior à categorização nome e verbo nos conduz ao conceito de ‘noção’ (REZENDE, 2008, p. 54).

Nessa perspectiva, noção é um eixo de propriedades físico-culturais, ora extraído da cultura, ora extraído das percepções do homem. (CULIOLI, 1995). Trata-se de um conceito que se refere ao nível das representações mentais, que não são acessíveis diretamente, sendo assim, compreendemos a noção como uma propriedade que se situa, em um nível de representação híbrida, na articulação do linguístico com o extralinguístico.

Aos fazermos um trabalho metalinguístico, embasado na TOPE, especialmente quando tomamos como parâmetro de observação a Gramática Normativa, questionamos as categorias que são fixadas *a priori* e etiquetam as “palavras”, mas não cabe a nós negar o que está categorizado sob o viés de outra perspectiva teórica, questionamos e apontamos, sim, as inúmeras possibilidades de construção e assunção de outros sentidos, que são cancelados, apagados, que não emergem, quando um sentido é tomado como único e certo. O que é diverso, que o se exclui, o que não se explica, o que foge à regra, interessa ao nosso escopo teórico, por concebermos a linguagem como “a ciência cujo objetivo é compreender a atividade de linguagem através da diversidade das línguas naturais (e através da diversidade de textos, orais e escritos)” (CULIOLI, 1990, p. 14).<sup>74</sup>

Embora não categorizemos, *a priori*, ao realizar o trabalho metalinguístico o analista culioliano pode distinguir como “resultado de operações mais abstratas: a prioridade da operação de predicação ou função proposicional em relação ao que dela resulta (função designativa ou referencial)” (REZENDE, 2003, p. 1).

Nosso trabalho considera uma língua e uma cultura (que será nosso produto), e partir daí buscamos alcançar a linguagem (que é o nosso processo). Para tanto é necessário desestabilizar o estável e também estabilizar o instável; é necessário desconstruir o construído e também construir o desconstruído, e esse movimento só é possível quando compreendemos a dinamicidade do processo que vai do lógico ao psicológico (REZENDE, 2003).

Retomemos alguns conceitos fundamentais da TOPE, compreendendo que categorizar, etiquetar previamente não são um “trabalho” exclusivo das literaturas de especialidades. Pria (2013, p. 55-56) esclarece que

Existem objetos no mundo com os quais entramos em contato todos os dias desde a infância. A manipulação das diferentes constituições desses objetos e

---

<sup>74</sup> “No original: la science dont l'objectif est de comprendre l'activité du langage à travers la diversité des langues naturelles (et à travers la diversité des textes, oraux et écrits)” (CULIOLI, 1990, p. 14).

a observação de sua participação em eventos variados é fonte de processos cognitivos de categorização e de construção de representações no interior da cultura. A partir da interação do sujeito com o mundo, a cognição estrutura sistemas complexos de propriedades físico-culturais que denominaremos noções e que se estruturam em domínios de referência que denominaremos domínios nocionais.

Compreendemos que a asserção desempenha um papel fundamental, pois é pela asserção que o sujeito enunciador se revela, fala, relaciona o seu mundo e as suas experiências. É por meio da asserção que o sujeito articula em um enunciado a argumentação ou designação e a predicação ou proposição.

Interessa-nos tecer uma reflexão sobre a nominalização porque ao escolher esses “verbos” com as “preposições”, objetivamos observar suas operações e não dizer como um verbo funciona quando posposto a uma determinada preposição ou como funcionam em determinada categoria de língua. Não nos interessa refazer um trabalho feito por outro escopo teórico, entretanto nossa perspectiva nos permite olhar para o que está categorizado, cristalizado, tomado como verdade, quando tomamos a língua e linguagem em articulação, quando compreendemos a atividade dos sujeitos na produção dos sentidos.

Vários dos enunciados exemplificados nas literaturas de especialidades para se pensar os problemas de língua representam apenas pequenas partes ou apenas momentos do complexo processo de construção de representação. Não se trata apenas de afirmar que tais exemplos nem sempre observam o contexto explícito desses enunciados, e por vezes desconsideram ou fazem exclusões, como por exemplo, de certos produtos linguageiros, as exceções, como produtos da atividade de linguagem. Ou seja, as noções, o “sentido”, são fincados em classes gramaticais, herdadas da Gramática Normativa, já tendo um valor detentor de certos sentidos que se estabelecem e classificam.

Quando falamos sobre as categorias e suas nominalizações, reiteramos que não queremos anular ou cancelar o que foi produzido, inclusive na busca por explicar os valores nominal e verbal, para uma mesma unidade lexical representada, vários linguistas nomeiam como nominalização fixa e não-fixa, e entre os estudiosos da TOPE, nominalização nominal e nominalização verbal. Entretanto não nos interessa, para o trabalho de reflexão teórica, a polarização das nomenclaturas, já que se trata de uma teoria, que sim, preza pelo rigor científico, mas trabalha com operações e processos de construção de categorias, ou seja, as categorizações, e não com classificações e com categorias construídas.

Quando propomos observar o comportamento dos verbos *Começar a* e *Deixar de*, estamos propondo e concordando que

Estudar uma construção gramatical, como a nominalização, é descobrir o seu valor, o seu papel ou função dentro de um enunciado. Esse valor é obtido por meio de uma variação de contexto lingüístico à esquerda e à direita (no sintagma e, portanto, no texto). Os contextos à esquerda e à direita são retomadas de predicções anteriores (pré-construído) e projeções de predicções (no paradigma e, portanto, no metatexto). A potencialidade da organização sintagmática e paradigmática já está presente na léxis e nas noções. A análise que fazemos é uma técnica distribucional de unidades enunciativas. Fazemos a unidade, a nominalização no nosso caso, dialogar com o com texto lingüístico à sua esquerda e à sua direita, e desse diálogo extraímos o seu valor (REZENDE, 2008, p. 54).

Tomemos os seguintes enunciados<sup>75</sup>:

21. Decidi deixar de comer carne.
22. Marta começou a trabalhar.
23. Pedro deixou de beber.
24. Ana começou a frequentar a igreja.

Se fizermos uma “glosa superficial” nesses enunciados, o que poderíamos chamar de interpretação de frases ou compreensão de frases, afirmaremos que:

- 21a. Decidi deixar de comer carne. **Eu não comia carne antes.**
- 22a. Marta começou a trabalhar. **Marta não trabalhava.**
- 23a. Pedro deixou de beber. **Pedro bebia antes.**
- 24a. Ana começou a frequentar a igreja. **Ana não frequentava a igreja.**

Quando fazemos análises que resultem nessas interpretações ou compreensões de frases, estamos tomando a língua e as suas unidades como já construídas e também estáticas. Nessa perspectiva, não é só ausência de contexto que observamos, mas especialmente, observamos que léxico e gramática não se articulam e, conseqüentemente, não se constrói nenhum processo operatório que gere valores e significados para uma mesma unidade. Talvez seja a partir dessa perspectiva que diz que certos termos tenham vocação para serem verbos ou para serem nomes, e talvez se encaixar em determinada categoria ou classe.

---

<sup>75</sup> Enunciados produzidos pela autora.

Ao fazermos esse tipo de interpretação não estamos considerando a atividade de linguagem, as construções dos sujeitos. Não podemos categorizar, por exemplo os verbos *Deixar* e *Começar* como produtores de sentido de certezas de ações anteriores à enunciação primeira, não podemos categorizá-los como marcadores que propiciam uma garantia de asserção anterior. Nada nos garante que temos asserção em algum pré-construto ou em qualquer plano anterior de construção desses enunciados que possam construir essa significação na retomada enunciativa.

Quando insistimos na importância do contexto como constitutivo do enunciado, é justamente porque podemos ter esse pré-construto e também podemos não ter. “Damos em nossa pesquisa muita importância ao contexto encaixante responsável pela retomada discursiva do pré construto (REZENDE, 2007, p. 235)”.

Retomemos esses verbos em outros enunciados:

21b. Estou furiosa. **Decidi deixar de comer carne** com vocês. Já falei que não gosto dessas partes com gordura e vocês só deixam isso pra mim. Vou comer antes de vocês chegarem. Não espero mais vocês para o jantar.

22b. **Marta começou a trabalhar** com muito mais animação com a chegada do colega de trabalho bonito.

23b. **Pedro deixou de beber** com os amigos. O povo dava prejuízo demais. Agora que ele se casou com essa alcoólatra, todo dia são dois litros de pinga no fim da tarde, e ele está mais bêbado ainda, mas está menos pobre e mais feliz.

24b. **Ana começou a frequentar a igreja** mesmo. Porque antes só o corpo dela vinha se arrastando. Agora até participa das atividades, não fica mais com aquela cara emburrada, acho que finalmente, está deixando a alma do falecido em paz.

Os exemplos mostram a representação particular de um mundo empírico. Trata-se de diálogos entre interlocutores visando uma estabilização de sentidos. Um diálogo regulado. Os interlocutores comungam de experiências de vida, de línguas, experiências sociais comuns. São enunciados aceitáveis, não por não oferecer incorreções gramaticais ou ortográficas, mas por oferecer um contexto aceitável à enunciação. Cabe observar aqui, que quando insistimos na atividade de linguagem, articulando língua e linguagem, bem como a produção dos sentidos pelos sujeitos enunciados, sendo isso por nós observado nos textos orais ou escritos, falamos de boa formação de enunciado, mas não propomos correções gramaticais ou ortográficas para



atribuir boa formação. A aceitabilidade de um enunciado diz respeito à sua forma, em determinados contextos.

É preciso determinar, por um lado, os contextos que parecem ampla e nitidamente atestáveis para uma determinada forma, por outro, os ajustes ou modificações que devem ser feitos em uma forma não atestável ou dificilmente atestável em um determinado contexto para que ela assim o seja em outro (FRANCKEL, PAILLARD, 2011, p. 89-90, In. De VOGÚÉ, FRANCKEL, PAILLARD, 2011).

Observamos nos enunciados acima uma representação do empírico construída, de um empírico particular. Podemos manipular, glosar os enunciados e obter modalidade de certeza, sejam por propriedades positivas ou negativas, podemos obter negações, em que Pedro deixa, mas não deixa... ou seja, podemos construir, reconstruir e só depois podemos atribuir algumas propriedades a assim não se pode atribuir outras; ao regular o discurso, pode se construir alguns nomes e não se pode construir outros.

Retomemos os sentidos atribuídos ao verbo *deixar de* em outros contextos:

23c. Pedro **deixou de** beber.

23d. Pedro **deixou de** beber porque adoeceu com o excesso de álcool.

23e. Pedro **deixou de** beber com os amigos.

23f. Pedro **deixou de** beber com os amigos, mas agora bebe muito mais em casa.

Observemos que o comportamento do verbo *deixar de* tomado por nós como um valor referencial e não como “verbo que tem o sentido de retirar, sair, afastar etc.”, nos enunciados acima, quando articulados nos contextos que foram inseridos, nos permite observar regularidades resultantes de modalidades precisas de interações nos enunciados.

Somente após observar esse conjunto de enunciados podemos afirmar que o sentido foi determinado pelo material verbal, que fez com que a unidade linguística *deixar de* adquirisse esses valores semânticos, por estar devidamente contextualizada.

Ao observarmos o comportamento de *deixar de* nesses contextos, aí sim afirmamos que é um objeto construído, e não foi retirado pronto de algum lugar (um dicionário) por já possuir uma autonomia semântica, porque esses sentidos que foram atribuídos são locais e relativos à essa contextualização observada. Assim, concordamos com Romero (2010, p. 341) que diz

Somos assim conduzidos a lidar com uma teoria específica da referência, definida, em nosso quadro teórico, em termos de “valor referencial”; a desconstruir a polissemia, mais precisamente, a substituir, na caracterização da identidade semântica da unidade linguística, a busca de regularidades sob a forma de conteúdos inerentes por regularidades calculáveis que se encontram na origem de uma representação abstrata e invariante de seu modo de variação; e, finalmente, a sustentar uma visão dinâmica de contextualização coerente com o fato de ser o sentido atribuído à unidade linguística o produto da interação que se estabelece com o contexto verbal no qual ela se insere.

A partir desse escopo, somente após a análise é possível, ao linguista, através dos rastros compreender a operação e, se pertinente, classificar os fenômenos naquela enunciação. Concebemos que o mesmo mecanismo que libera a significação também encerra alguns significados. Rezende esclarece que

Daí a noção de *classe* derivada dessa função bem sucedida de atribuição de propriedades e de construção de nomes. Não se trata de classe sintática, gramatical ou paradigmática. Groussier e Rivière (1996: 36) assim definem *classe*: “é a totalidade das ocorrências efetivas, possíveis e fictícias, etc. correspondendo a uma definição (conjunto de propriedades) dada. Vê-se que para que haja *classe* é preciso que haja possibilidades de ocorrências, quer dizer, de elementos distintos e, desse modo, estamos tratando de uma noção que tem a propriedade do *descontínuo*. A construção de uma classe é na escala da determinação de uma noção, a primeira operação que faz intervir a dimensão quantitativa, não delimitando uma quantidade (quantificação) mas tornando possível a delimitação de quantidades (quantização)” (REZENDE, 2003, p. 2).

Retomemos o trabalho que fizemos com enunciado 23 para pensarmos o pré-constructo na retomada enunciativa:

**23g. Pedro deixou de beber.**

Num primeiro momento, observamos o enunciado e apontamos a possibilidade de que:

**23h. Pedro bebia muito e Pedro deixou de beber.**

No segundo momento, glosamos o enunciado e apontamos que

**23i. Pedro deixou de beber “com os amigos”, mas não ‘deixou’ de beber.**

Retomemos.

Quatro amigos estão num bar, num encontro costumeiro mensal, pós futebol, bebem juntos e conversam. O garçom chega com a conta.

**A:** O Pedro já disse que não é pra dividir a conta igualmente pra 4 pessoas como sempre fazemos.

**B:** Uai, Pedro, vai deixar os parceiros na mão???

**A:** Não, gente, **o Pedro deixou de beber**. Só toma água agora!

**Pedro:** Que péssimos amigos, vocês são, hien? Eu nunca bebi e sempre rachei a conta igual. Hoje eu ‘tô’ quebrado. Só pagarei a minha água.

Diferente da regularidade que apontamos nos enunciados anteriores, com seus contextos, nesse enunciado ‘Pedro deixou de beber’ não há nenhuma garantia de que Pedro bebia. Não podemos afirmar que o verbo ‘deixar’ possui uma etiqueta em si, ou seja, “quem *deixa de*, deixa algo ou alguma coisa que realizava antes”; o verbo não tem uma informação linguística que garante a existência de representação que tenha que ser confirmada numa retomada enunciativa.

Não há sentido no verbo, a não ser os sentidos construídos pelos sujeitos interlocutores da enunciação. É o contexto encaixante, que vai trazendo as marcas aspectuais e modais, e que podem se juntar ao próprio verbo, que tentará equilibrar os valores que estão sempre em desequilíbrios no nível das representações. De Vogüé (2013, p. 218) diz que

[...] essas marcas não podem ser identificadas em sua singularidade por sua distribuição, mas o são por sua diferença com as outras unidades de sua classe. Isso significa que as unidades gramaticais se definem paradigmaticamente (sua posição na sua classe é o que faz sua singularidade), enquanto as unidades lexicais se definem sintagmaticamente (sua combinatória é o que faz a sua singularidade).

Sendo assim, concordamos que as marcas, os valores não estão colados às noções, e sim vão aproximando, aderindo, sendo atribuídos. Ao equilibrarem-se, os valores podem ser atribuídos ao pré-construído, mas não há garantias de existência, pois não há enunciação anterior. É o procedimento de retomada do pré-construído que passa a intuição de coisas existentes. Desse modo

A retomada discursiva passa a intuição de coisas feitas, realizadas, mas nem sempre é o caso. São os índices do contexto encaixante tais como marcas de aspecto, modalidades assertivas, determinação do nome (artigos definidos e indefinidos que antecedem a nominalização) que atribuem valores referenciais à nominalização e permitem reconstruir retrospectivamente o pré construído. Esse mecanismo usado pela nominalização, que é a decalagem dos níveis assertivos, permite que ela seja um recurso importante em língua, uma retomada discursiva que oferece coesão aos textos, mas ao mesmo tempo, junto com esse seu uso normal, ela permite um uso que causa estranheza (REZENDE, 2007, p. 235).

Retomemos o enunciado 24 e a glosa que fizemos no segundo momento.

**24b. Ana começou a frequentar a igreja mesmo.** Porque antes só o corpo dela vinha se arrastando. Agora até participa das atividades, não fica mais com aquela cara emburrada, acho que finalmente, está deixando a alma do falecido em paz.

Podemos estender o contexto:

**A:** A Ana está bem mais leve. Estou até com coragem de convidá-la pra se juntar a juntar a nós no Bazar de domingo à tarde. Eu acho até que ela já cumpriu a promessa que fez, e tem vindo menos vezes à igreja. Toda tarde ela vinha e saía daqui chorando.

**B:** Sim, agora a **Ana começou a frequentar a igreja mesmo.** Porque antes só o corpo dela vinha se arrastando. Agora até participa das atividades, não fica mais com aquela cara emburrada, acho que finalmente, está deixando a alma do falecido em paz.

Ao manipular esse enunciado, estabelece-se como ponto de partida o tema, em que é possível vislumbrar as visões de mundo de enunciador e coenunciador, em tensão dentro do enunciado. Podemos observar que nesse processo ocorrem as operações de identificação e diferença entre o tema, e como nos diz Rezende (2006, p. 13) “a identificação (o consenso) é, ao mesmo tempo, o que desejamos e o que queremos evitar: tensão indispensável para a existência do diálogo, que é, sobretudo *diferença*” (REZENDE, 2006, p. 13).

**24d.** Ana começou a frequentar a igreja. (Ana não frequentava a igreja?)

**24e.** Ana começou a frequentar a igreja mesmo.

Glosando esses enunciados podemos ter:

**24f.** Ana **começou a** frequentar a igreja, porque nunca tinha ido à igreja antes.

**24g.** Ana **começou a** frequentar a igreja **mesmo**, porque antes não frequentava com regularidade com assiduidade, apenas frequentava esporadicamente.

Observamos que a marca *mesmo* exerce função específica na construção do sentido desse enunciado, associada a todo o contexto. Entretanto, chama a nossa atenção para a irregularidade de sentido que verbo *começar a* e o contexto proporcionam.

Em **24f** o enunciado com o verbo *começar a* estabiliza um sentido de que *Ana não fazia algo e agora faz*. Em **24g** o enunciado com palavras “iguais”, movimentando sentidos diferentes, indicando sentido de que *Ana faz diferente algo que já fazia antes*. Atentemos que a regularidade ou irregularidade de sentidos que encontramos nos enunciados com *começar a* não é “responsabilidade” do verbo, como já mencionamos acima sobre o valor da marca *mesmo*.

Cada noção exerce valores diferentes em contextos diferentes que direcionam para sentidos diferentes. Portanto, atribuir de maneira categórica ao verbo, previamente, a função de ser o organizador do enunciado, ou para as exceções, nomeá-lo auxiliar; ou atribuir a esse verbo o pré construto de uma enunciação anterior, embora ela nunca tenha existido, é ignorar a articulação da língua com a linguagem.

Observemos os enunciados abaixo com o verbo *Começar a*:

25. Foi nessa época que você **começou** a expor as suas obras?
26. Até os 14 anos, as três pintavam de tudo. Depois, cada uma **começou** a cuidar da sua vida, dos estudos, da profissão. Elas gostam muito.
27. Só depois é que se **começou** a fazer teatro pensando na poesia, vista no sentido grego da criação.
28. A câmera, ligada, **começou** a passar de mão em mão, com cada um falando alguma coisa.

Observemos também os enunciados abaixo com o verbo *Deixar de*:

29. A indústria **deixou de** ser parceira para ser cúmplice agora.
30. Praticamente **deixou de** falar comigo.
31. **Deixei de** escrever coisas porque não conseguia dizer com clareza o que pensava.
32. Sabe há quanto tempo moro aqui? Doze anos. Desde que **deixei de** viajar.

Observemos que estes dois conjuntos de enunciados, coletados do site Corpus do Português Brasileiro, em seus contextos específicos, não “atribuem”, não ditam como exemplos de categorias de língua, valores ou sentidos, como fazem os exemplares das literaturas de especialidades, entretanto compreendemos que a atividade epilinguística e a atividade de linguagem, ou seja, a atividade de representação, referenciação, regulação que possibilitam a construção da significação, não é exclusividade dos linguistas. Os sujeitos enunciadore e

coenunciadores, enquanto construtores dos enunciados, estarão sempre articulando e pensando na imprevisibilidade dos sentidos e nas constantes operações de ambiguição e desambiguição. Rezende aponta que

A relação léxico e gramática interage harmoniosamente para uma língua dada, para um dado momento de língua. Se estamos interessados na linguagem, como atividade, e, portanto, estamos interessados na passagem de uma língua à outra, ou de um momento de língua ao outro, as relações léxico e gramática para os dois pontos confrontados não são mais harmoniosas, não se correspondem. Daí a necessidade de trabalhar em um nível anterior à construção do léxico ou da gramática (REZENDE, 2000, p. 352).

Marcamos, ao longo de todo o trabalho nossa posição, pela perspectiva teórica da TOPE, de questionar categorias prévias, embora não foquemos nosso trabalho em questionar a categoria verbo para *começar* e *deixar*. Frisemos que ao observar os conjuntos dos enunciados trazidos acima com os verbos *Começar a* e *Deixar de*, questionamos a atribuição prévia de sentidos, buscamos em Rezende nos posicionar acerca de uma importante questão que nos inquieta:

As noções possuem vocação para preencherem os espaços argumentativos (dos actantes) ou os espaços predicativos (dos processos)? Responderíamos que: do ponto de vista da análise de uma língua dada, de uma cultura dada, o hábito, o condicionamento, a história criam necessidades lógicas em que a resposta para essa questão é positiva: há a vocação. Avocação para ser nome ou predicado pode ser descrita do seguinte modo: a função cria a posição (sintaxe); a posição atribui propriedades do contexto sintagmático ao termo; o termo assim criado ganha uma vestimenta específica (a sua morfologia), e é, portanto, condicionado; o termo condicionado, por sua vez, condiciona novas criações e, de certo modo, em retorno, acaba condicionando a função [...] (REZENDE, 2008, p. 136).

Por outro lado, ainda segundo Rezende, há um complemento do raciocínio que é fundamental para quem se propõe a analisar os fenômenos linguísticos sob uma ótica dinâmica ou sob uma ótica que articula linguagem e línguas. Esse complemento do raciocínio corresponde a uma resposta negativa à questão acima formulada: não há a vocação. Nesse caso, a linguagem é cega para essa distinção (nome e verbo) bem como para outras distinções, classificações, categorizações, pois ela é o próprio processo de categorização. Essa visão inocente, esse ponto origem ou ponto zero das categorias é importante para quem quer trabalhar com o conceito de linguagem enquanto forma estruturante. Em muitos casos, a força da função, que é de natureza cognitiva, e a força da posição, que é de natureza cultural, coincidem em razão mesmo dos

condicionamentos, mas nem por isso devemos minimizar ou ignorar a força da função nos casos em que as duas forças coincidem (REZENDE, 2008, p. 136).

Insistimos, na observação desses enunciados, bem como ao logo dessa Seção, que não trata de sugerir uma anulação dos trabalhos feitos sob outra perspectiva teórica, mas, antes, observar as inúmeras possibilidades que a articulação da linguagem com as línguas naturais proporciona; são infindas as reflexões que, muitas vezes, diferem, destoam, contradizem das categorias pré-estabelecidas.

Quando nos propomos a questionar algo já dado, observamos, sobretudo, que a TOPE não se ocupa de ser uma teoria de questionamentos, mas uma teoria de busca de outras respostas, de busca de outros sentidos, de significações, de observar a língua em articulação, em movimento. O linguista culioliano questiona, indaga, critica, mas, sobretudo, propõe uma teoria sobre o seu questionamento; cada enunciado, cada problema linguístico merece uma resposta teórica, e encontrada *uma* resposta para tal problema linguístico, essa resposta não se aplica a outro problema linguístico, por mais semelhanças que possamos observar, por consideramos língua e sujeitos indeterminados. Por isso, ao se deparar com cada enunciado, Franckel esclarece ao linguista que o trabalho metalinguístico

Trata-se, na verdade, de esfregar, em um diálogo incessante, as palavras umas contra as outras como panos entrelaçados, até desgastá-las, até ver surgir a sua trama, de confrontar as instituições até uma transparência quase imaterial. A transparência do sentido só é finalmente obtida por sua dissolução (FRANCKEL, 2011, p. 106-107).

Essa Seção se propõe a observar o funcionamento dos verbos *Começar a* e *Deixar de*, entretanto, como dissemos anteriormente, não questionamos se essas unidades funcionam como verbos ou não funcionam como verbos. Não é categoria verbo que questionamos nessa seção. Questionamos se os verbos *Começar a* e *Deixar de* “carregam” em si mesmos elementos linguísticos marcadores de pré-constructo. O que nos propomos a pensar e observar, pelos pressupostos da TOPE, são as operações, as marcas, os vestígios, que na articulação de língua e linguagem nos enunciados com os verbos que nos propomos a estudar, *Começar a* e *Deixar de*, ativariam, desencadeariam, acionariam, instaurariam, por exemplo uma intuição de existência, que poderia ser confirmada ou não numa retomada enunciativa.

Rezende, ao falar sobre os sintagmas nominais, faz um estudo pertinente à nossa inquietação e nos leva a refletir sobre a retomada enunciativa

Desse modo, a retomada em forma de sintagma nominal já é pré-construída. Essa léxis predicada e retomada pode funcionar como argumento em uma nova operação de predicação que a colocará em relação com uma outra noção. Quando uma noção passa da função de predicado à função de argumento, perde determinações específicas de predicado, tais como aspecto, tempo, modalidade, voz e ganha especificações típicas do nome, tal como quantificação (artigos, marcas de número, etc.) (REZENDE, 2000, p. 351).

Para a autora, o sintagma nominal em geral e a nominalização em particular, enquanto retomadas de níveis de construção anteriores, possuem simultaneamente marcas das noções de processo que pertencem à operação de predicação anterior e marcas de nome, enquanto resultado que são. Sendo assim, poderíamos dizer que a nominalização é um predicado nominal.

Por isso Rezende (Idem) aponta que, desse modo, ela é fundamentalmente ambígua e oscilante entre os valores verbais e nominais, pois esses dois valores têm a ver com a preponderância ora das operações de designação (quantitativo preponderante) ora das operações de predicação (qualitativo preponderante).

Sendo assim, dependemos do contexto encaixante (asserção central ou atual) que efetua a retomada da predicação anterior pré-construída tanto para atribuímos à nominalização os valores de projeção, estabilidade, instabilidade da representação, quanto os valores discreto, denso e compacto (REZENDE, 2000, p. 351).

Ao compreendermos que dependemos do contexto encaixante para efetuar a retomado do pré-construído, assumimos que há um pré-construído e não apenas a intuição. Por não tomar um conjunto de dados observados, por mais amplo que seja, e generalizá-los, estamos abrindo mão da etiqueta, da categoria e isso nos força, linguistas culiolianos, a teorizar de maneira específica a cada enunciado. Sendo assim, não categorizamos um dado como válido para todas as ocorrências com aquela mesma “palavra”, porque concebemos “palavras” como noções, portadoras de sentidos atribuídos na enunciação, portanto, cada sentido só “serve” pra esse momento específico. Retomemos o conceito de noção:

Uma noção não tem quantidade nem qualidade, não é positiva nem negativa (para limitar nossa descrição de quantificação e modalidade), mas é compatível com todos os valores que as operações de determinação enunciativas e predicativas acarretam (CULIOLI, 1995, p. 33).<sup>76</sup>

---

<sup>76</sup> No original: Une notion n'a ni quantité ni qualité, elle n'est ni positive ni négative (pour limiter notre description de la quantification et de la modalité), mais elle est compatible avec toutes les valeurs qu'impliquent les opérations de détermination énonciative et prédicative (CULIOLI, 1995, p. 33).



Toda a atividade de linguagem “funciona” nessa e para essa enunciação. Rezende (2000) argumenta que, os “quase-signos” (ou seja, não são ainda o resultado, não são acabados, não são prontos, não são mais determinados ou menos determinados), (os signos são, então, conteúdo encapsulado) constroem representações através da organização em configurações específicas entre léxico e gramática. Rezende (2000) orienta que, por optarmos por uma abordagem dinâmica da língua, não trabalhemos, nem com categorias gramaticais construídas, nem com a unidade “signo”, “não nos distanciemos muito desse último conceito, como às vezes se pode imaginar. Trata-se, na abordagem dinâmica, de questionar como um signo se torna signo, como se mantém como signo, como ele deixa de ser signo” (REZENDE, 2000, p. 353).

Como bem observa Rezende, mesmo não se referindo diretamente aos verbos que trazemos nessa Seção,

É uma ilusão, resultante da estabilização dos fenômenos lingüísticos, propor as existências:

a) de elementos *mais determinados*, tais como morfemas nocionais e morfemas gramaticais pertencentes à morfologialexical, responsáveis pela "unidade" de análise lingüística, e

b) de elementos *menos determinados*, tais como conjunções, preposições, a ordem esquerda e direita, responsáveis pela organização das unidades (a sintaxe). No entanto, a separação entre sintaxe e léxico, presente nos estudos dos fenômenos estáticos de língua, repousa sobre essa ilusão (REZENDE, 2000, p. 351-352).

Se afirmarmos, *a priori*, que os verbos *Começar a* e *Deixar de* ativam a existência de algo construído, mesmo que esse “algo” não tenha sido dito anteriormente, ou se atribuirmos a esses verbos a “responsabilidade” por abertura e cancelamento de sentidos, poderemos incorrer no que criticamos, ou seja, estaremos fechando os sentidos na língua e não o articulando com a linguagem.

Tomemos os enunciados em diálogo:

**A:** Pedro **deixou de** fumar.

**B:** Mas o Pedro nunca fumou.

**A:** Esse Pedro que nós dois conhecemos?

**B:** Sim, esse mesmo, ele nunca fumou.

Não questionamos nesse enunciado, o “mal entendido”, a “falha”; que são constitutivos da linguagem. O que explicitamos no enunciado é atribuição prévia ao verbo *deixar de*, que traria a intuição de existência de um enunciado anterior. É importante explicitar que, ao

contextualizarmos, nesse enunciado, o conhecimento que interlocutores têm de Pedro, não muda a inexistência da asserção anterior.

**A:** Pedro **deixou de** fumar.

**B:** Que Pedro? Não conheço nenhum Pedro.

Ou

**A:** Pedro **deixou de** fumar.

**Pedro:** Mas eu nunca fumei? Como assim, eu deixei de fumar?

Ou, é possível confirmar a asserção:

**A:** Pedro **deixou de** fumar.

**B:** Que bom, Pedro. Você fumava demais.

Pedro: Fumei durante 30 anos... Agora chega. Vida nova.

Observemos que, não buscamos interpretar se Pedro fumava e deixou de fumar ou não; se os interlocutores conhecem Pedro e um deles desconhece seu vício, ou se um dos interlocutores desconhece Pedro. Importa para a nossa análise, que o verbo *deixar de* só se estabiliza, só confirma, só direciona seu sentido, após contexto, após ação dos enunciadores, após a articulação de língua e linguagem. Portanto, não há enunciação prévia, e nem sentido prévio e por isso questionamos a categorização prévia.

Quando enunciamos que “Pedro deixou de fumar”, atribuir uma enunciação anterior que “Pedro fumava”, trata-se de uma intuição, que pode ser confirmada ou não, na retomada enunciativa. Essa intuição de enunciação prévia resulta da sobreposição dos enunciados pela experiência dos sujeitos como o mundo psico-físico-cultural.

Trata-se de um potencial de existência, não de uma existência de enunciação anterior. Portanto, em “Pedro deixou de fumar”, não existe a enunciação anterior “Pedro fumava”. Podemos dizer que existe uma intuição, entretanto não se pode categorizar, etiquetar esses verbos atribuindo garantia de representação, pois não se sustenta de um ponto de vista operatório. Alguns enunciados, como o que exemplificamos, pela linguagem e pela língua, apresentam esse pré construído que, compreendemos como um potencial de existência de

representação que pode ser negada numa retomada. É nessa retomada que ocorrem as reorientações que mostram o movimento da língua. Rezende orienta que

[...] entidades gramaticais pertencentes ao léxico, como prefixos, por exemplo, ou entidades gramaticais, responsáveis por relacionar unidades lexicais entre si, e, portanto, responsáveis pela sintaxe, como preposições, por exemplo, serão vistas como momentos distintos de cristalizações, descristalizações de atos enunciativos. Esses atos enunciativos são sustentados, sobretudo, por entidades gramaticais que correspondem a dêixis pessoal, espacial e temporal, exatamente as entidades gramaticais mais difíceis de serem integradas ou ao léxico ou à sintaxe (REZENDE, 2000, p. 352).

Como exposto pela autora, podemos observar que as marcas aspecto modais não se fixam em categorias e sim, articulam-se com outras marcas, considerando a relação que essas marcas têm com as outras formas linguísticas do enunciado.

Ao relacionar as marcas aspectos modais com outras marcas, observamos que essa asserção fica sugerida, intuída, pelas marcas. Mas não está assegurada. De alguma maneira essas marcas estabilizam, mas não existe essa representação e sim uma intuição. Quando falamos, asseguramos representações possíveis num pré-construído de enunciações anteriores. Mesmo que essas enunciações não tenham existido. No discurso, vamos assegurando representações que existem e que não existem, mas todas asseguradas numa possibilidade de existência.

Insistimos que se trata de uma representação que existe ou uma possibilidade de representação: uma potencial ou possível representação, que denominamos um pré-construído de natureza predicativa. Nas retomadas, que vão reforçar ou não a existência de algo anterior, possibilidades surgem e deixam marcas nesses processos enunciativos. Reforçamos nossa posição teórica de que

A linguagem é colocada como indeterminada. Na organização das línguas, unidades gramaticais e lexicais apontam para uma grosseira direção de sentido e cabe aos interlocutores determiná-las, quer dizer, construir a significação. Sendo indeterminada, e vista como um constante trabalho de construção de representação. Esse trabalho garante a inserção do sujeito no âmago dos processos de construção em língua e garante também a sua liberdade; os interlocutores são simultaneamente emissores e receptores. Há uma assimetria entre eles e o material físico, gráfico ou sonoro, não transmite nenhuma mensagem. Cabe aos interlocutores investir arduamente os textos de significados, seja na leitura, na escrita, na fala ou na escuta. Há uma ambiguidade constitutiva da linguagem e um trabalho de elaboração de enunciados em famílias parafrásticas submetidas a constantes processos de desambiguação (REZENDE, 2010, p. 13).

Como exemplificamos, num conjunto de enunciados anteriores, é necessário que a língua dê existência, para que também desmontar essas marcas. Não há sentido prévio, que não construído pela língua, em articulação com a linguagem, com o trabalho dos sujeitos. Rezende esclarece que

Apoiada nos conceitos de regulação ou equilibração, a reflexão de Culioli faz esses dois níveis, o psicológico (instável) e o social (estável), dialogarem. Desse modo, a relação predicativa ou lógica é mais estável, compartilhada e a enunciativa ou psicológica instável e individual. Aquilo que é lógico é, pois, construído. As relações lógicas são o ponto de partida e de chegada das relações psicológicas. O não-construído, o inato, seria um mecanismo formal muito abstrato que sustenta e que permite a variação espaço-temporal. Desde os gregos, sobretudo os estóicos, há uma tentativa em harmonizar a tensão entre a abordagem predicativa ou lógica e a abordagem casual ou cênica. Essa tensão não pode ser eliminada, precisa permanecer. Se se trata de estudos de estruturas ou sistemas, a abordagem lógica ou predicativa é suficiente, mas se trata de modelizar a gênese, ou a natureza de um processo dinâmico subjacente à expressão linguística, a abordagem lógica já não basta. Por outro lado, as gramáticas casuais que propõem axiomas com uma evidência fenomenológica mais primitiva não dão conta da predicação. Em síntese: gramática casual ou cênica explica aquilo que falta (o complementar) às análises lógicas da linguística e da tradição gramatical, que, por sua vez, enfocam mais a relação predicativa, e, em consequência, a preferência dessas abordagens pelas frases equativas, ou frases que possuam o aparato aspecto-modal estabilizado. Em nosso trabalho mostramos o diálogo entre esses dois módulos: o predicativo e o enunciativo. Em consequência, a importância que atribuímos às categorias da modalidade e do aspecto. As frases equativas são, para nós, um ponto de chegada (e de partida) das relações psicológicas, quer dizer, tais frases descrevem uma estabilidade conquistada, ou, ainda, descrevem uma instabilidade estabilizada. Os dois níveis, o predicativo ou lógico e o enunciativo ou psicológico constituem o contínuo de um mesmo processo (REZENDE, 2008, p. 56).

Ao negarmos, de maneira veemente as categorias que encarceram sentidos e funções, estamos negando a desarticulação da língua e linguagem e a atribuição de sentido prévio, dado às classes e grupos de palavras que não estão presas ao léxico de uma língua. Não negamos que noções podem coincidir, não negamos que sentidos diferentes são construídos em enunciados diferentes com a mesma “palavra”.

O que propomos é pensar que nem sempre o lugar do operador de predicação deve ser “ocupado” por verbos. O que questionamos, sob perspectiva da TOPE, é a classificação prévia das palavras, por entendermos que se trata de uma teoria dinâmica que nos permite negar as categorias prévias ao observar que no nível das relações predicativas não existe distinção entre nome e verbo, e quando reiteramos que não se trata de desfazer os trabalhos e estudos de outras teorias é porque compreendemos que a categorização é possível, mas apenas é possível no final da construção do enunciado. Por exemplo, a categoria da modalidade, que decorre de uma

operação de modalização, nós a definimos como a atitude do sujeito frente ao que ele enuncia e considerando o seu interlocutor. Conforme tratamos em nossa Seção Teórica, a modalidade para que Culioli, pode ser assim resumida

Nessa tipologia, a modalidade 1 ocorre: com a asserção – o enunciador valida o conteúdo da relação predicativa, afirmando ou negando; com a interrogação – o enunciador não assume a posição entre o afirmativo e o negativo e propõe ao co-enunciadora decisão sobre a validação; com a injunção – termo que recobre a súplica, o pedido e a sugestão, isto é, algo que pode vir a ser verdadeiro ou falso; com o hipotético – ou o enunciador coloca a hipótese de maneira absoluta, considerando como sabida a existência da relação predicativa ou ele emite uma hipótese positiva, de preferência com relação a uma hipótese negativa colocada anteriormente.

A modalidade 2, conhecida como modalidade epistêmica, exprime uma ausência de certeza por parte do enunciador quanto à validação da relação predicativa; não se trata de falso ou verdadeiro, como ocorre na asserção, mas de uma avaliação essencialmente quantitativa, oscilando entre o provável, o improvável, o possível, o incerto, etc.

A modalidade 3, ou apreciativa, não visa à assunção da relação predicativa, mas à sua quantificação; trata-se de fazer uma apreciação sobre o caráter bom, ruim, feliz, infeliz, etc, do conteúdo da relação predicativa e, também, fazer apreciações que incidem sobre partes dessa relação; a modalidade apreciativa se compõe com a asserção para qualificar o validado, ou com o não-certo para qualificar o valor distinto ou previsto.

A modalidade 4 é chamada de modalidade intersubjetiva, uma vez que se refere às relações entre sujeitos, sujeito enunciador e sujeito do enunciado e sujeito enunciador e co-enunciador. Encontram-se aqui os valores deônticos como ordem, permissão, desejo, sugestão, vontade, causação, possibilidade e capacidade (DOTA, 2007, p. 85-86).

A modalidade é um dos mecanismos que sustenta a variação, é, portanto, um valor ligado à enunciação e não somente ao léxico e à gramática. Trata-se de um valor que, assim como os sentidos, é imprevisível. Para que o sujeito realiza uma situação de enunciação é preciso modalizar, e a modalização pode ser feita sob vários aspectos. Assim, um enunciado bem modalizado, não necessariamente, é que itens gramaticais estão “perfeitamente” ajustados, e sim a capacidade do sujeito de regulações e ajustamento na língua e linguagem.

Tomemos esses enunciados:

31. Pedro realmente deixou de fumar?

32. E Maria teria começado a estudar, desde quando?

Podemos observar, nesses enunciados, como a modalidade 1, tomada como uma operação de linguagem, nos permite manipular a língua para fazermos escolhas ou direcionar sentidos, mesmo que provisórios.

As modalidades provenientes de nossas vivências de mundo são essenciais às ocorrências fenomenológicas, entretanto cada cultura moldará como essas modalidades serão argumentadas nos enunciados.

O caminho modal e aspectual é o sulco pelo qual conseguimos transformar uma representação impossível em possível e vice-versa. É tal caminho também que leva à estabilização ou desestabilização da representação. Ele não poderá jamais ser considerado como acessório, mas como constitutivo. O fato de não se colocar o problema com toda a complexidade não permitirá que se perceba que qualquer entidade do mundo, para existir na língua, passou pelo trabalho de elaboração de representação feito pelo sujeito, quer dizer, passou pelas telas da linguagem (REZENDE, 2008, p. 54).

Quando criticamos as categorias já impostas aos verbos *Começar a* e *Deixar de* estamos propondo um trabalho que, ao invés de a etiquetagem prévia dos sentidos, possa tratar igualmente das questões que se refiram à contextualização, à polissemia e à referência. Isso certamente nos distancia de teorias e procedimentos de manipulação do material empírico que habitualmente pautem suas análises e reflexões em atividades de compreensão de texto, sempre atrelada ao domínio do léxico, que podem resultar em: esse verbo “pertence e/ou não pertence a esse conjunto”, e essa reflexão “pertence às exceções”. O sentido sempre será determinado pelo material verbal, isso faz com que a unidade linguística só adquira valores semânticos quando contextualizada.

Ao categorizar, os linguistas produtores das literaturas de especialidades, também modalizam, inferem, manipulam. O que permite que as categorias sejam criadas e mantidas são as regularidades encontradas na língua. Mas as irregularidades e as variações são constitutivas da língua. Por isso o conceito de invariância é tão caro para a TOPE. Ao calibrar enunciados visando um sentido para etiquetar em categorias, modaliza-se à uma maneira específica. Por exemplo, podemos observar em diversos enunciados explicativos de categorias, como nos aponta Rezende (2003, p. 2), que “os exemplos possuem a modalidade da certeza: positiva ou negativa; apresentam um aspecto conclusivo e, portanto, pontual e não transparente; recobrem o reino da eficácia no qual as representações são claras e se distribuem entre o sim e o não.” Ainda embasados em Rezende, concordamos que

Os enunciados com nominalização, [...] vimos, contêm apreciações positivas ou negativas sobre processos geralmente não acabados, não assumidos,

projetados e com dificuldade para chegarem a bom termo; ou processos que, embora construídos, estejam frágeis. O trabalho de organização das forças do enunciado (transitividade ou diátese), está em curso nas nominalizações e, desse modo, tal força não possui uma orientação ou direção claras. Em consequência, temos a explicitação das marcas de aspecto e modalidade (a alteridade ou forças contrárias), tentando organizar e orientar este jogo de força, e a oscilação dos valores da nominalização em valores nominal, verbal e misto e, por sua vez, a oscilação ainda do valor misto em preponderantemente nominal ou verbal. Vemos ainda, em nossa amostra, a relação entre as grandes categorias da linguagem: o aspecto, a modalidade, a diátese e a determinação, ligada à existência da representação (REZENDE, 2003, p. 3).

Quando pensamos nos sentidos prévios que são atribuídos aos verbos *Deixar de* e *Começar a*, insistimos que as análises linguísticas normalmente consideram uma língua e suas unidades como construídas e estáticas. O que se pode observar nos exemplos são coincidências que acontecem entre a função de atribuir propriedades e um estado convencional, que naquela enunciação se adéqua às representações de um mundo empírico particular. Se mantivermos essa representação do empírico sustentada num plano formal, de maneira polarizada, estaremos inevitavelmente já partindo de uma significação construída.

## 2.6 O pré construído na perspectiva da TOPE<sup>77</sup>

Ao adotarmos como escopo teórico a linguística culioliana, temos como trabalho metalinguístico, tenta acessar a natureza dos processos de construção, de montagem e desmontagem de significados e valores nos enunciados.

Concordamos com Franckel e Paillard (2011a) que o sentido é construído e determinado pelo material verbal que lhe dá corpo, sendo a produção linguística o resultado de um trabalho de montagem e desmontagem dos textos, marcas e valores.

Para compreender a natureza desses processos, fazemos manipulações que chamamos de atividade parafrástica, ou parafraseagem, que passam pela atividade epilinguística, pois são os caminhos que percorremos na busca pelo equilíbrio interno (eu comigo mesmo) e externo (eu com o outro).

---

<sup>77</sup> Salientamos que, para Culioli, o termo pré-construído diz respeito a uma validação de uma relação predicativa em uma situação anterior por meio da sua localização em relação a situação de enunciação (Sit), sua natureza é, de fato, linguística e não podemos confundir-lo com a pressuposição, tendo em vista que é por intermédio do construído textual que temos a possibilidade de identificar metalinguisticamente o pré-construído (SOUSA, 2023, p. 95).

Sendo assim, concebemos que os sujeitos enunciadore não constituem uma instância pré-construída exterior aos processos constitutivos do enunciado, assim com o os sentidos não são exteriores aos enunciados, e sim, são construídos na enunciação. Pela teoria culioliana, buscamos pelas noções que se restringem ao campo das ocorrências, e por isso o foco de nossas análises é o comportamento verbalizado da atividade cognitiva, que disponibiliza o material na língua, nos textos.

Interessa ao linguista culioliano o texto. Interessam-nos os enunciados. Texto e contexto para a análise e observação do processo de construção de valores. Por termos uma concepção de língua dinâmica, não binária e não polarizada não temos apenas dois valores, mas sim uma incessante ida e volta entre a “existência de uma representação estabilizada” (nome) e a “instabilidade na construção da existência de uma representação” (predicado). Temos, portanto um contínuo entre “a existência da representação” e “a não-existência da representação” (REZENDE, 2008).

Observemos o que nos diz Rezende:

Se a modalidade apreciativa negativa ou positiva orienta o conteúdo de pensamento anterior, podemos indagar novamente se valores iniciais existem ou se o que existe não é a preconstituição de um conteúdo de pensamento mais maleável flexível, sobre o qual forças de representações em direções contrárias se afrontam e um equilíbrio de valores se esboça com preponderância ora de um lado (positivo), ou de outro (negativo) (REZENDE, 2000, p. 264).

Ao pensar o pré-construído sob a perspectiva da TOPE, estamos falando de material verbal linguístico e arranjos léxico gramaticais, que estão no enunciado, que fazem parte do enunciado e foram construídos anteriormente, à esquerda, à direita, noções que estão na fronteira, mas que temos rastros, temos material verbal; que se difere de intuição de sujeitos e experiências de mundo psico-físico-cultural de falantes.

Comprendemos o enunciado como o agenciamento de marcas linguísticas que representam a materialização de fenômenos cognitivos, ou seja, a enunciação é o processo que se dá pelo diálogo cujo resultado são os enunciados. Ou seja, “é um agenciamento de marcas que são, elas mesmas, traços de operações, quer dizer, é a materialização de fenômenos mentais aos quais nós não temos acesso, e dos quais nós, linguistas, só podemos dar uma representação metalinguística, isto é, abstrata” (CULIOLI, 2002, p. 27)<sup>78</sup>.

---

<sup>78</sup> No original: “c’est un agencement de marqueurs, qui sont eux-mêmes la trace d’opérations, c’est-à-dire, que c’est la matérialisation de phénomènes mentaux auxquels nous n’avons pas accès, et dont nous NE pouvons, nous linguistes, que donner une représentation métalinguistique, c’est-à-dire, abstraite” (CULIOLI, 2002, p.27).



O enunciado será entendido como o agenciamento de vestígios das operações cognitivas realizadas na sua construção. Para tanto, assumimos a hipótese de que todo enunciado está inserido em um diálogo e que, para explicitar o diálogo que há entre uma situação particular de discurso e estados subjetivos de conhecimento que estão na origem da constituição do enunciado e que contribuem para a construção da representação, teremos que entender que a enunciação é o processo pelo qual se dá o diálogo cujo resultado são os enunciados, assumindo “não existir sentido separado da língua, ou melhor, fora do próprio enunciado” (LOPES, 2000, p. 4).

Na articulação do formal com o empírico, se tomarmos a linguagem enquanto construção de representação, consideraremos que todos os objetos são construções simbólicas, que não existe nenhum objeto no mundo, pois tudo é criado pela língua, em processos infindos de abstração. É no processo da enunciação, é no contexto específico, na atividade dos sujeitos que pode estabilizar, atribuir sentidos e atribuir valores. Rezende (2002) ao falar sobre a inexistência de um valor inicial, orienta:

Acontece que esse valor inicial que atribuímos ao fragmento N de N é extraído de um contexto retrospectivo e prospectivo (metatexto anterior ou posterior), como vimos nas manipulações que fizemos com os dois critérios mencionados. Na medida em que não se tem consciência de que há um contexto anterior e posterior trabalhando esse valor que chamamos de *inicial*, cada interpretante na sua singularidade vai exigir como válido o seu valor, sem consciência de que os espaços anterior e posterior existem para qualquer falante poder preencher diferentemente e obter outros valores (REZENDE, 2002, p. 119-120).

Para Rezende (idem) é o desconhecimento da existência formal dos espaços (anterior e posterior), que podemos caracterizar como sendo os espaços da argumentação e dos encadeamentos dos atos discursivos, e o desconhecimento também de que esses espaços (cujas existências são universais formais) podem ser preenchidos empiricamente de modos diversificados pelos sujeitos falantes conduzem a gramática ou os gramáticos a fixar um único valor em prejuízo dos outros. Rezende (Idem) diz que se trata de uma atitude etnocêntrica e revela a ignorância da existência da linguagem, mecanismos de forma indistintos que geram, sustentam e destroem os mais diversificados valores dados em contexto. O encadeamento desses espaços (atual, anterior e posterior) permite atribuir um valor referencial para o enunciado.

Toda a questão da referência e da verdade ou da falsidade de um enunciado está substituída em uma Teoria das Operações Enunciativas pela proposta de existência desses espaços constitutivos do enunciado. No posicionamento

etnocêntrico temos, por desconhecimento da base antropológica da organização de representações, ou por desconhecimento da existência de um diálogo entre o eu (identidade) e o outro (alteridade), um amálgama entre forma e conteúdo. É uma atitude consciente identificar forma e conteúdo como duas instâncias separadas e depois sabiamente articulá-las, mostrando as suas interdependências (REZENDE, 2002, p. 119-120).

A importância e atenção que damos ao contexto encaixante, bem como a predicação, é necessária e de suma importância, pois é a partir da predicação posterior que poderemos questionar a existência o não do valor inicial. Esses espaços, anteriores e posteriores, são invariantes da linguagem. Sem a variação não há representação, pois a predicação só tem seu valor pleno se passar pelo diálogo, pela alteridade, pela negação, pelo antes e pelo depois que só a língua pode proporcionar através da atividade epilinguística. Só teremos estados resultantes e representações estabilizadas após finalizada a ação, ou não teremos representação construída, mas representações em construção.

A constatação do pré construído se dá quando modalidade apreciativa negativa ou positiva orienta o conteúdo de pensamento dando a possibilidade de indagar se esses valores iniciais realmente existem ou se o que existe é “pré construção de um conteúdo de pensamento mais maleável e flexível, sobre o qual forças de representações em direções contrárias se afrontam e um equilíbrio de valores se esboça com preponderância ora de um lado (positivo), ora de outro (negativo)” (REZENDE, 2000, p. 24).

Ainda segundo Rezende, o conteúdo de pensamento anterior, Culioli denomina de

Pré constructo e trata-se de um metatexto com o qual o lingüista deve operar. Esse pré constructo se estrutura tendo como base um conteúdo de pensamento bastante flexível (a léxis) mais modalidades deônticas (dever, poder) ou optativas que não tiram ainda totalmente o nível deflexibilidade que existia na léxis (REZENDE, 2000, p. 24).

Assim, na medida em que não se tem consciência de que há um contexto anterior e posterior trabalhando esse valor chamado inicial, cada interpretante vai exigir como válido o seu valor, sem consciência de que os espaços anterior e posterior existem para qualquer falante poder preencher diferentemente e obter outros valores.

Para Rezende (2000) é o desconhecimento da existência formal dos espaços (anterior e posterior), que podemos caracterizar como sendo os espaços da argumentação e dos encadeamentos dos atos discursivos; e o desconhecimento também de que esses espaços (cujas existências são universais formais) podem ser preenchidos empiricamente de modos

diversificados pelos sujeitos falantes conduzem a gramática ou os gramáticos a fixar um único valor em prejuízo dos outros.

Segundo Rezende (2000), o encadeamento desses espaços (atual, anterior e posterior) permite atribuir um valor referencial para o enunciado. Toda a questão da referência e da verdade ou da falsidade de um enunciado está substituída em uma Teoria das Operações Enunciativas pela proposta de existência desses espaços constitutivos do enunciado. Passaremos na próxima Seção ao estudo da pressuposição como questão teórica: o estatuto da estabilidade de representação na retomada enunciativa.

### SEÇÃO III

#### ESTUDO DA PRESSUPOSIÇÃO COMO QUESTÃO TEÓRICA: O ESTATUTO DA ESTABILIDADE DE REPRESENTAÇÃO NA RETOMADA ENUNCIATIVA

Nesta Seção apresentaremos alguns dos princípios teóricos sobre os estudos da pressuposição, em 3.1; na subseção 3.2 buscamos dar uma contribuição acerca dos estudos da pressuposição sob o viés da Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas.

##### 3.1 Considerações sobre os estudos da pressuposição

Quando falamos sobre algo, como a língua, por exemplo, não falamos de um objeto real, mas de um objeto de conhecimento construído por uma certa ciência. Sabemos que esse objeto de conhecimento tem a ver com o objeto real, e não existe sem ele. Independe do sujeito a existência real do objeto (BALDINI, 2010).

A questão da pressuposição na língua suscita questionamentos no campo da Lógica, entre os que se voltam para as questões de significação em termos das condições de verdade das proposições, e, especialmente, campo da Linguística, ao longo das décadas de 60 e 70, entre os que consideram a pressuposição como uma relação semântica existente entre sentenças “traçando a distinção entre pressuposição e asserção em termos de conteúdo ou das condições de verdade das proposições. [...]. Sendo falsa a pressuposição, a asserção carecerá de valor de verdade” (KOCH, p. 48, 2011). Nos estudos da linguagem, são diversas e diferenciadas as abordagens que, tanto tratam as questões dos pressupostos como elementos pragmáticos, quanto tratam como elementos semânticos.

Frege é um dos primeiros a sistematizar a questão do pressuposto. Após a publicação de *Sobre o sentido e a referência*, em 1892, filósofos, lógicos e linguistas têm discutido questões sobre o estudo dos sentidos não ditos, como os pressupostos e os subentendidos. É Frege quem estabelece, como referência de uma proposição, o seu valor de verdade, utilizando critérios a negação e interrogação.

1. *Aquele que descobriu que a órbita dos planetas é elíptica morreu na miséria.*

Para Frege o posto é: “morreu na miséria” e o pressuposto é “aquele que descobriu que órbita dos planetas é elíptica”, pois se substituíssemos essa expressão por outra, seu valor de verdade

seria alterado. Assim, podemos substituir essa parte por um nome, Kepler com uma referência determinada, que tanto não seria uma proposição à parte, como também não seria parte do conteúdo, do posto. Ao transformar o enunciado em negação ou interrogação, o pressuposto continuaria inalterado: existe alguém que descobriu que a órbita dos planetas é elíptica.

*1a. Aquele que descobriu que a órbita dos planetas é elíptica não morreu na miséria.*

*1b. Aquele que descobriu que a órbita dos planetas é elíptica morreu na miséria?*

Em sua teoria encontramos três distinções: o sentido, a referência e a representação de um nome. Assim, só podemos falar de algo no mundo, de um objeto, dando-lhe uma descrição. Isso é o sentido. Mas o objeto permanece lá, e essa é a referência. E, no interior de cada consciência, os indivíduos farão representações distintas desse objeto (BALDINI, 2013).

Segundo Frege (1978) as línguas teriam um defeito que “atrapalharia” a expressão do conhecimento em termos de verdade. Para o filósofo, a própria sintaxe das línguas, e não apenas o léxico, é tal que permite criar um mundo de ficção, cuja existência não é real, mas apenas linguística (MORAES, 2009).

Assim, conhecimento e ilusão se misturam apenas na e pela linguagem, já que os mesmos recursos da língua que possibilitam a ficção permitem, também, a demagogia e, ainda, o erro e a ilusão.

O pressuposto, para Frege, opõe-se ao contido. Ao falar sobre o pensamento do teórico, Koch diz que “A verdade do pressuposto de existência torna-se uma condição necessária para que o enunciado seja verdadeiro, embora não seja uma condição necessária para que ele tenha valor lógico” (KOCH, p. 48, 2011).

Souza (2000) afirma que a pressuposição não é um fenômeno isolado da linguagem e, independente de variações discursivas, está ligada a elementos do enunciado, utilizando como principais recursos a negação, interrogação e encadeamento, feitos pelo recurso essencialmente metalinguístico das paráfrases.

Situam-se no campo da lógica ou da semântica pura, Frege (1892), Russel (1905), Strawson (1950) que compreendem as questões da significação em termos das condições de verdade das proposições. Para vários linguistas e filósofos da escola de Oxford, a pressuposição não se fundamenta na lógica, embora sustentem que é necessário certa lógica para que o enunciado preencha as funções que se propõe (KOCH, 2011).

Collingwood (1940) afirmava que a pressuposição era um caso particular de um fenômeno mais geral que abrange toda a atividade humana de linguagem, isso considerando

que quando se fala de pressuposto trata-se das condições requeridas para que ele possa atingir os resultados pretendidos. Para esse autor os pressupostos são observados nos enunciados assertivos, de modo que toda afirmação é uma resposta a uma pergunta, mesmo que essa pergunta não tenha sido feita.

2. *Ele parou de fumar.*

*Pergunta: Ele parou de fumar?*

*Pressuposição: Ele tinha o hábito de fumar.*

Sendo assim, o enunciado possui pressupostos enquanto ato, ou, objeto de um ato, e não enquanto ato propriamente linguístico. São atos não linguísticos que são afetados por pressupostos e não são considerados elementos do seu conteúdo (KOCH, 2011).

Para Strawson (1964) os pressupostos de um enunciado são os conhecimentos que se deve presumir que o ouvinte tenha para que o enunciado cumpra sua função informativa. O ouvinte tem que ter conhecimento necessário da situação enunciativa para que se efetive a compreensão. É necessário a ideia de um referente que corresponda à descrição, uma determinada propriedade possuída por um objeto e que a ele se refira por meio de uma descrição.

3. *Marta viaja bastante.*

*Pergunta: Qual Marta? Não conheço nenhuma!*

*Pergunta: A Marta? Mas ela é só um bebê!*

*Pergunta: A Marta que conheço nunca viajou! De que você está falando?*

Para Austin (1962) as asserções são atos de linguagem assim com vários outros. Não só as asserções possuem pressupostos, como também as interrogações, ameaças, ordens, promessas. Certas condições precisam ser preenchidas para a realização desses atos de linguagem. São as exigências subjetivas (as condições de sinceridade), que são constituídas por um conjunto de sentimentos, desejos e intenções; e as exigências objetivas que se forem falsas, as pressuposições não se realizam.

Fillmore (1965) figura entre os linguistas que entendem as pressuposições como condições de emprego:

4. *Apague a luz, por favor*

a. *Locutor e alocutário devem estar numa relação que permitam um dirigir-se ao outro*

- b. *Alocutário deve estar numa posição que lhe permita apagar a luz*
- c. *O locutor identifica a lâmpada (e apagador) e suponha que o alocutário também os identifique*
- d. *Que a lâmpada esteja acesa no momento da enunciação*
- e. *Que o locutor deseje a luz apagada.*

Na frase imperativa infere-se que as condições sejam identificadas pelos dois interlocutores e que nenhuma das condições acima é afetada pela negação, exceto a vontade do locutor.

Para Fillmore, é necessário analisar a situação de comunicação verbal sob o aspecto ilocucionário (ou explícito) e o pressuposicional (ou implícito).

Os aspectos pressuposicionais seriam as condições que devem ser satisfeitas para que um ato ilocucionário preciso seja efetivamente realizado ao se pronunciarem certas frases. Se as condições pressuposicionais não forem satisfeitas, o enunciado simplesmente, **não é apto** a ser usado apropriadamente (Grifos da autora) (KOCH, 2011, p. 51).

Fillmore conclui que

A teoria linguística necessita de uma análise dos atos de linguagem que leve em consideração tanto os aspectos pressuposicionais como os ilocucionários da comunicação verbal, o que possibilitará as linguistas construir um sistema de regras por meio das quais, dada uma descrição gramatical complexa de qualquer frase, seja possível detectar o conjunto das pressuposições que devem ser satisfeitas para toda e qualquer enunciação de boa-fé da mesma (KOCH, 2011, p. 51).

Stalnaker (1977) defende a pressuposição como uma disposição linguística do falante, são as suas crenças ou convicções partilhadas, as atitudes e intenções do falante e seus interlocutores, sendo assim, as pressuposições devem ser analisadas de maneira pragmática. A conversação se dará a partir do conjunto de fatos e opiniões que são considerados como assegurados pelos envolvidos. Entretanto “são as pessoas e não as sentenças, proposições ou atos de linguagem que têm ou fazem pressuposições”, afirma Koch (2011, p. 52). Para Stalnaker, se as pressuposições são relações entre itens linguísticos, todos os fatos podem ser determinados e explicados a partir de uma noção subjacente de pressuposição do falante e não a uma noção intermediária de pressuposição como relação entre sentenças e proposições.

Na conversação normal e séria, cujo principal objetivo é a troca de informações ou o desenvolvimento racional de uma argumentação o que é pressuposto pelo falante geralmente não causa problemas, já que as pressuposições coincidem com as crenças comuns ou com o conhecimento presumido comum. As dificuldades surgem em contextos em que haja outros interesses além da comunicação, como o de ser polido, discreto, diplomático, amável ou simplesmente o de estabelecer ou manter a comunicação (KOCH, 2011, p. 52).

É discutido também por Stalnaker casos em que o falante quer comunicar algo indiretamente e o faz a partir de uma pressuposição, de modo que o ouvinte seja capaz de inferir que é um pressuposto. “Pressupor não é uma atitude mental, como crer, mas antes uma disposição linguística – disposição de comportar-se no uso da linguagem **como se** tivesse certas crenças ou se fizesse certas suposições” (KOCH, 2011, p. 52).

Para Lakoff (1971) não se pode falar, isoladamente, de boa ou má formação de frases sem considerar as pressuposições. Faz parte do conhecimento linguístico do falante as pressuposições necessárias à boa formação. Os fatores extralinguísticos afetarão o julgamento quanto ao desvio, ao desempenho.

Kiparsky e Kiparsky (1970) demonstram que o fato de o falante pressupor a verdade contribui para determinar a forma sintática que o complemento pode assumir na estrutura superficial e no modo verbal a ser empregado no enunciado.

Karttunen (1973) afirma que não possível conceber a noção de pressuposição com argumentos puramente semânticos, em termos de condições de verdade, sendo necessário recorrer a uma noção pragmática. Para o autor a pressuposição é uma relação entre uma sentença de superfície e uma outra sentença de forma lógica. As sentenças de superfície designam as expressões de uma língua natural que se associam, por contexto, ao conjunto de formas lógicas, ou um conjunto de suposições partilhadas entre locutor e ouvintes.

Thomason (1973) afirma que a pressuposição é uma relação entre sentenças, observável sob o aspecto semântico e não pragmático.

Os estudos da pressuposição aparecem, também, distribuídos entre outros conceitos concorrentes, em dimensões diversas, como *implícito*, *subentendido*, *posto*, *não-dito* e *implicação*. Tais conceitos nem sempre são analisados em suas particularidades em diversos estudos, a exceção, por exemplo, de Ducrot, que contrapôs, *pressuposto* e *subentendido*.

Oswald Ducrot publicou em 1966, na revista *Études de Linguistique Appliquée*, o título *Le roi de France est sage: implication logique ET présupposition linguistique*. Na obra inauguram-se os questionamentos do autor sobre a pressuposição e o subentendido. Ducrot



desloca o ponto de vista da linguagem, que era apresentada até então tendo como funções fundamentais, a comunicação e a transmissão de informações.

Para Ducrot, tanto o pressuposto quanto o subentendido são descritos a partir das relações enunciativas propiciadas pela linguagem, situando o pressuposto no nível da significação e o subentendido no plano da enunciação.

A descrição semântica de uma língua L consiste em “um conjunto de conhecimentos que permitem prever, frente a um enunciado [frase] A de L, produzido em circunstâncias X, o sentido que esta ocorrência de A tomou neste contexto” (DUCROT, 1987b, p. 14). Assim, a significação implícita só pode ser descoberta tendo sido compreendida a significação literal, podendo ocorrer o contrário também.

Em Ducrot (1977) os implícitos fundados no enunciado são decorrentes da organização interna do discurso. Nesta, a proposição implícita é decorrente de alguma lacuna encadeada pelas proposições explícitas. A inscrição dos pressupostos na significação é atestada pela ligação desses pressupostos com os fenômenos sintáticos da negação e da interrogação e do encadeamento, como método mais eficaz para a descoberta dos pressupostos. Para Ducrot, existem pressupostos marcados na frase, há que os que são evidenciados pelo encadeamento e há os que só surgem na produção do enunciado. Os pressupostos dos enunciados são “indicações” trazidas pelo enunciado, que se dão “à margem da linha argumentativa do discurso” (LEBLER, 2016).

É necessário, então, fazer admitir que [a pressuposição] pode aparecer ao nível mesmo do enunciado e até mesmo sob a forma de subentendido. Haveria pressuposições subentendidas, como há pedidos subentendidos (DUCROT, 1987c, p. 37).

Para Ducrot as pressuposições são classificadas em lógicas e pragmáticas. As pressuposições lógicas tomam como base a negação, que permitem ligar o pressuposto às noções de ‘verdade’ e ‘falsidade’, ficando, logicamente, assim: V (verdadeiro), F (falso), nem V nem F. Ao discorrer sobre os pressupostos, Ducrot afirma que é

[...] Claro que qualquer enunciado é suscetível de ser empregado em quaisquer condições: simplesmente, seu emprego terá, segundo as condições, este ou aquele caráter (será humorístico, poético, científico, didático... etc.). Assim, a tese que apresenta os pressupostos como condições de emprego pode – e esta é a sua forma mais corrente – fazer alusão ao emprego lógico. Diremos, então, que os pressupostos de um enunciado devem ser verdadeiros para que este possa pretender ter um valor lógico qualquer (verdade ou falsidade) [...] Em compensação, quando os pressupostos são falsos, o enunciado não pode ser

considerado nem verdadeiro nem falso, e, se pode ainda ser empregado, só o é de um modo não sério, como brincadeira ou exemplo didático (DUCROT, 1977, p. 35-36).

As pressuposições pragmáticas consideram suas condições de emprego. Ao se estabelecer o quadro de desenvolvimento do discurso, o pressuposto passa a fazer parte integrante do seu sentido.

Os estudos da pressuposição, amplamente percorridos por Frege e Ducrot é um espaço profícuo para pesquisas e discussões. No campo dos estudos discursivos, teorias como a Análise de Discursos de Linha Francesa, por exemplo, consideram a visão discursiva dos pressupostos e inserem a noção de pré-construído e a vincula com a interdiscursividade. Malidier (2003, p. 35) afirma que

Ducrot, de um lado, Paul Henry e Michel Pêcheux, de outro, se opunham sobre questões fundamentais do sentido e do sujeito. Em sua empresa de colocar, no terreno linguístico, a questão do lógico Frege sobre a pressuposição, Ducrot tocava um ponto essencial para o discurso. Vista na perspectiva da lógica, a questão da pressuposição toca a imperfeição das línguas naturais em sua relação com o referente: certas construções autorizadas pela sintaxe das línguas “pressupõem” a existência de um referente, independentemente da asserção de um sujeito.

Para Pêcheux (1997, p. 98) e os analistas de discurso, a pressuposição de existência caracterizaria um efeito de pré-construído, que representaria a existência num discurso anterior. Pode-se dizer que a abordagem sobre a pressuposição é reconfigurada, segundo a teoria do discurso, sob o conceito de pré-construído.

O pré-construído, longe de ser apenas um conceito técnico que viria a substituir o pressuposto, é fruto de uma posição epistemológica materialista em ciência. Ao assumir o primado do ser sobre o pensamento, assume-se, por conseguinte, a divisão do sujeito. O real existe fora do pensamento e independentemente dele, mas o pensamento depende do real (BALDINI, 2011).

### **3.2 A pressuposição pela perspectiva da TOPE: O caso dos verbos *deixar de* e *começar a***

Pela perspectiva da Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas, de Antoine Culioli e colaboradores, afirmamos que o conceito de pressuposição, enquanto categoria de língua está sustentado pelas experiências dos sujeitos com o mundo psico-físico-cultural e não

pelos arranjos léxico gramaticais. O conceito de pressuposição resulta da sobreposição dos enunciados pela experiência dos sujeitos como o mundo psico-físico-cultural.

O problema que se coloca para o estudo da pressuposição é o da estabilidade enunciativa das representações. Os estudos da pressuposição tomam os chamados pressupostos (eventos) como uma experiência estabilizada, do ponto de vista intersubjetivo, tomando a experiências de sujeitos variados com o mundo psico-físico-social como sendo sempre a mesma. Além disso, essa experiência que se toma como estabilizada (do ponto de vista intersubjetivo), deve ser sobreposta aos arranjos léxico-gramaticais, que devem reproduzir tal experiência como sendo uma informação dada. E não é. São variadas e variáveis as experiências dos sujeitos. Culioli nos diz que os “Fenômenos linguísticos formam sistemas dinâmicos que são regulares, mas com margem de variação devido fatores de grande diversidade: estamos lidando com fenômenos que são estáveis e plásticos” (CULIOLI, 1990, p. 129)<sup>79</sup>.

A pressuposição, compreendida nas asserções como garantia de representação, não se sustenta do ponto de vista operatório. Alguns enunciados apresentam um pré-constructo de pressuposição que, compreendemos como uma existência de representação que pode ser negada numa retomada. É nessa retomada que ocorrem as reorientações que mostram o movimento da língua. Subsidiados pela TOPE, observaremos que as marcas aspecto modais não se fixam em categorias e sim, articulam-se com outras marcas, considerando a relação que essas marcas têm com as outras formas linguísticas do enunciado. Objetivamos assim relacionar as marcas aspectos modais com outras marcas. Observaremos, por um conjunto de asserções, que as enunciações abrem e fecham possibilidades, como no seguinte conjunto: Pedro **continua trabalhando**. Pedro **deixou de trabalhar**.

As marcas aspecto modais (o gerúndio, por exemplo) na primeira asserção têm relações que diferenciam das outras marcas no outro exemplo: que mantém o infinitivo. Nessas asserções, assume-se, numa retomada, a existência da representação de que “Pedro trabalhava”. Essa asserção fica sugerida, intuída, pelas marcas. Mas não está assegurada. De alguma maneira essas marcas estabilizam, mas não existe essa representação e sim uma intuição.

Quando falamos, asseguramos representações possíveis num pré-construído de enunciações anteriores. Mesmo que essas enunciações não tenham existido. No discurso, vamos assegurando representações que existem e que não existem, mas todas asseguradas numa possibilidade de existência.

---

<sup>79</sup> No original: “Les phénomènes linguistiques forment des systèmes dynamiques qui sont réguliers, mais avec une marge de variation due à des facteurs d’une grande diversité: on a affaire à des phénomènes qui sont à la fois stables et plastiques” (CULIOLI, 1990, p. 129).

Essa possibilidade (de existir ou não) é necessária, para na retomada podermos trabalhar a questão da não existência da pressuposição. Concluimos que no conjunto de asserções selecionadas e na questão teórica que propomos, observamos que se trata de uma representação que existe ou uma possibilidade de representação: uma potencial ou possível representação. Nas retomadas, que vão reforçar ou não a existência dessa pressuposição, possibilidades surgem e deixam marcas nesses processos enunciativos.

Tomemos os seguintes enunciados:

33. José deixou de tomar banho.

Não temos no contexto da asserção a garantia de que José nunca mais tomará banho, o que ele tomava banho anteriormente e agora deixou de fazê-lo, o que podemos aferir no enunciado 33a.

33a. José deixou de tomar banho frio.

Se olharmos esse enunciado, José não deixou de tomar banho. Apenas não toma mais banho na mesma temperatura.

Tomemos os seguintes enunciados:

34. José começou a tomar banho.

Novamente não temos a garantia de que José não tomava banho anteriormente. O enunciado 34a confirma que ele apenas mudou de horário.

34a. José começou a tomar banho de manhã.

Comprendemos o enunciado como o agenciamento de marcas linguísticas que representam a materialização de fenômenos cognitivos, ou seja, a enunciação é o processo que se dá pelo diálogo cujo resultado são os enunciados. O enunciado será entendido como o agenciamento de vestígios das operações cognitivas realizadas na sua construção.

Tomemos mais um enunciado, nomeado enunciado 35:

**02. (UFMG)**

Leia este texto:

*Pressupostos são conteúdos implícitos que decorrem de uma palavra ou expressão presente no ato de fala produzido. O pressuposto é indiscutível tanto para o falante quanto para o ouvinte, pois decorre, necessariamente, de um marcador linguístico, diferentemente de outros implícitos (os subentendidos), que dependem do contexto, da situação de comunicação.*

FIORIN, J. L. O dito pelo não dito. In: Língua Portuguesa, ano I, n. 6, 2006. p. 36-37. (Adaptado)

Observe este exemplo: "João parou de fumar".

Nesse enunciado, é a presença da expressão "parar de" que instaura o pressuposto de que João fumava antes.

Figura 5. Editora O Pirus. Questões para Vestibulares. Disponível em: <https://www.editoraopirus.com.br/uploads/go/materiais/portugues/go-portugues-ita-5ed0009fea3a3.pdf>

Observemos o texto de base em que o gramático Fiorin afirma que os pressupostos “são aquelas ideias não expressas de maneira explícita, mas que o leitor pode perceber a partir de certas palavras ou expressões contidas na frase” (FIORIN; SAVIOLI, 2003, p. 241). Os autores também afirmam que o pressuposto é um dado indiscutível para falante e ouvinte, ou seja, está categorizado, estabilizado.

A questão proposta para os vestibulandos cita o exemplo “João parou de fumar” e anuncia que “parar de” instaura o pressuposto. Glosemos esse enunciado:

35a. João parou de fumar quatro maços de cigarro ao dia. Agora só fuma dois.

35b. João parou de fumar no trabalho e só fuma em casa.

35c. João parou de fumar perto da família.

Observemos que em nas glosas acima “parar de” atesta a pressuposição somente a partir dos contextos. É a partir do contexto que confirmamos que João fumava anteriormente e continua fumando, mesmo com o verbo “parar”.

Podemos também glosar com a interrogação e negação, esse enunciado:

35d. João parou de fumar? Mas ele nunca fumou. Ele só fingia para ‘ficar bem’ com os amigos.

Nós, entretanto, assumimos a hipótese de que todo enunciado está inserido em um diálogo e que, para explicitar o diálogo que há entre uma situação particular de discurso e estados subjetivos de conhecimento que estão na origem da constituição do enunciado e que contribuem para a construção da representação, teremos de entender que a enunciação é o processo pelo qual se dá o diálogo cujo resultado são os enunciados, e, por isso, o enunciado é sempre nosso ponto de partida.

Tomemos mais um exemplo de questão sobre pressupostos:

#### TEXTO 2

Um homem é parado pela polícia depois de ser perseguido em alta velocidade:

– Sabe, foi a coisa mais divertida que me aconteceu hoje – diz o policial. Se me der uma boa desculpa, não registro a multa.

– Há três semanas, minha mulher me trocou por um policial – explica o homem. Quando vi o seu carro vindo, achei que o senhor queria devolvê-la!

Disponível em: <https://www.piadascurtas.com.br/devolve/> Acesso em 26 jun.2016.6

I. Pressuposto: O policial estava em hora de trabalho. Subentendido: o policial percebeu que o perseguido não era um perigo à sociedade.

II. Pressuposto: O motorista não queria a sua esposa de volta. Subentendido: ele a amava.

III. Pressuposto: O policial gostou da perseguição. Subentendido: O policial estava entediado antes do ocorrido.

IV. Pressuposto: O policial estava à paisana. Subentendido: o policial percebeu que o perseguido não era um perigo à sociedade.

É correto o que se afirma em:

Figura 6. Editora O Pirus. Questões para Vestibulares. Disponível em: <https://www.editoraopirus.com.br/uploads/go/materiais/portugues/go-portugues-ita-5ed0009fea3a3.pdf>

A questão atribui como correta a opção Alternativa 1: I e III, apenas. Observemos os postos e pressupostos:

36a. (Posto) Um homem é parado pela polícia depois de ser perseguido em alta velocidade. (Pressuposto) O policial estava em hora de trabalho.

36b. (Posto) – Sabe, foi a coisa mais divertida que me aconteceu hoje – diz o policial. (Pressuposto) O policial gostou da perseguição.

Nessa questão observamos que sequer os verbos foram colocados à prova como desencadeadores de pressuposição. Trata-se de um trabalho de interpretação textual que confirma o que diz Fiorin: “são aquelas ideias não expressas de maneira explícita, mas que o leitor pode perceber a partir de certas palavras ou expressões contidas na frase” (FIORIN; SAVIOLI, 2003, p. 241).

Não há um trabalho de sujeitos enunciadores que garantam a categoria pressuposição. Se trata apenas de “certas expressões contidas na frase” poderíamos dizer que todas as questões estão corretas.

O recurso definido pela TOPE para que o estudioso acesse o diálogo interno e o exteriorize é a atividade metalinguística de reformulação, também denominada de glosagem ou parafraseagem (FRANCKEL, 2011; FUCHS, 1985). O que se busca com as glosas e parafraseagens, é colocar como problema, para o estudo da pressuposição, a estabilidade enunciativa das representações em jogo. Assim, partimos nossas observações selecionando os enunciados que contenham “verbos ativadores de pressuposição” e que coloquem em questão a retomada enunciativa, como os exemplos abaixo:

Eu deixei de fumar teria como pressuposto eu fumava.

Eu deixei de contar mentiras, dito com um tom de ironia, quando todos sabem que a afirmação em si é uma mentira, temos pressuposição?

Eu deixei de fumar, dito com tom de ironia, traz uma pressuposição?

Eu deixei de falar besteiras, dito com tom de ironia, quando todos sabem que a afirmação em si é uma besteira, temos pressuposição?

Eu deixei de fazer regime, dito com tom de ironia, quando todos sabem que a informação em si é uma piada, temos pressuposição?

Com base nas contextualizações de Eu deixei de contar mentiras e Eu deixei de falar besteiras, por exemplo, pode-se defender que os enunciados de 1 a 4 são ambíguos:

1. Pedro deixou de fumar

2. Pedro deixou de bater na mulher
3. Pedro continua fumando
4. Pedro continua batendo na mulher.

Do modo como esses enunciados são interpretados, no estudo da pressuposição, de acordo com a Gramática Normativa, o sujeito antecipa uma dada direção de sentidos, passando uma intuição de uma memória de representação estabilizada do ponto de vista intersubjetivo sobre um evento, por exemplo, alguém fumar, alguém bater na mulher, que, em tese, estaria sendo confirmada pela asserção central, embora a asserção central dos enunciados de 1 a 4 careçam de marcas explícitas de modalidade e de aspecto, para tanto.

A memória do evento (alguém fumar; alguém bater na mulher) que é retomada do pré-constructo, tem estabilidade do ponto de vista intersubjetivo (alguém fumar é o caso; alguém bater na mulher)? ou é a asserção (explícita ou não) do enunciado que a constrói através das marcas do contexto encaixante? Se essa memória não tem estabilidade intersubjetiva no pré-constructo (se essa estabilidade é construída pela asserção central), quer isso dizer que o que chamamos pressuposto não é um “conhecimento compartilhado”, como quer o estruturalismo.

Observa-se algo semelhante nas perguntas 1 e 2 abaixo:

Pergunta 1: Quantos anos tem seu primo?

Resposta 1: Ele tem 23 anos.

Resposta 2: Mas desde quando eu tenho primo?!

Pergunta 2: Quantos livros você roubou?

Resposta 1: Rubei 4 livros.

Resposta 2: E lá havia algum livro pra eu roubar, ora bolas?!

Resposta 3: E lá tenho cara de ladrão de livros, ora bolas?!

As perguntas 1 e 2 passam a intuição de que *alguém ter um primo* é o caso de uma representação estabilizada do ponto de vista intersubjetivo e de que o enunciado (a pergunta 1) determina algum sentido porque se serve daquela estabilidade.

Não objetivamos estudar como se concebe a pressuposição nos enunciados, ou contestar o modo como se categorizam os diversos marcadores ativadores de pressuposição, nem mesmo nos verbos que selecionamos. Entretanto faz-se necessário esse diálogo que nos permitirá apontar nosso posicionamento frente ao que investigamos. Mari (2011) afirma que

A pressuposição é, certamente, um dos conceitos que mais adquiriram prestígio ao longo destas três décadas de história da semântica moderna, conforme constatação que pode ser feita, a partir dos principais autores que discutiram questões sobre a construção de teorias semânticas para as línguas naturais, a partir do estruturalismo. Este prestígio, todavia, tem representado algumas dificuldades para aqueles que pretendem uma abordagem da questão, que seja capaz de ultrapassar uma certa intuição generalizada do seu alcance. Pressuposição é quase sempre referida como um *processo* que permite **deduzir** certos fatos não-explicitados, a partir de outros que são explícitos; ou, então, o *produto* dessa operação (grifo do autor).

Reiteramos, portanto, que nossa intenção não é o estudo de categorias, mas, podemos observar que os pressupostos, sob a perspectiva estruturalista se configuram inscritos ou não nos enunciados, a partir da capacidade que os mesmos teriam de ativar a memória discursiva, resultando na aceitação dos enunciados pelos locutores, promovendo uma relação entre a enunciação e a realidade.

Retomemos um enunciado que trouxemos na Seção 2.



Figura 3b. Tirinhas do Garfield. *Ratoeiras*. Jim Davis. São Paulo: 2000.

Bem, o Jon conseguiu achar todas as ratoeiras.

**Posto:** Jon conseguiu

**Pressuposto:** Jon estava ‘procurando’.

**Possível asserção anterior:** Jon andava pela casa ‘procurando’ as ratoeiras que ele mesmo havia colocado como armadilhas **ou** sabia da existência das mesmas na casa.

O que garante a pressuposição, como categorizada, é o fato de se considerar como verdadeiro o pressuposto, não expresso na tirinha, que indicaria a procura, a busca ou a tentativa de Jon. Observamos que o fenômeno da pressuposição pelo enfoque ducrotiano, reformulado a partir das críticas de Henry (1992), busca distinguir o posto como o conteúdo proferido pelo locutor e o pressuposto como o conteúdo de responsabilidade do enunciador, que seria uma voz



coletiva. Assim, o conteúdo pressuposicional resume-se em informações de conhecimento compartilhado ‘inseridas’ na enunciação.

Trata-se, portanto, de uma visão de linguagem como um lugar de intervenção social e ideológica por meio de sujeitos que operam sobre a língua, e concebem a pressuposição, a partir de informações que podem ser inferidas pelas sentenças, com a finalidade de perceber conteúdos implícitos que permeiam e regulam as falas dos indivíduos.

Entretanto, reiteramos que as particularidades da enunciação só podem ser descritas com base numa caracterização semântica dos mecanismos em jogo em cada enunciado, caracterização essa que articula os diversos parâmetros que determinam a construção dos valores referenciais.

Retomemos o enunciado glosando-o em três situações e contextos explícitos anteriores à tirinha:

### 1. Jon sabia e procurava, e encontrou.

1a. “Garfield, era sua tarefa espantar os ratos, eu não permito ratoeiras nessa casa, isso é crueldade. Onde estão essas ratoeiras? Eu vou procurá-las antes que esses bichinhos se machuquem!”.



Figura 3c. Tirinhas do Garfield. *Ratoeiras*. Jim Davis. São Paulo: 2000.

### 2. Jon sabia e não procurava, mas encontrou.

2a. “Eu não acredito que Garfield não espantou os ratos! Mas, ele pegou minhas ratoeiras, e eu já sei o que ele fez. Mais tarde resolvo isso. Tomara que os ratinhos não se machuquem com as armadilhas dele”.



Figura 3d. Tirinhas do Garfield. *Ratoeiras*. Jim Davis. São Paulo: 2000.

3. Jon não sabia e não procurava, mas encontrou.

3a. “Meu Deus que escuridão é essa! Não enxergo nada... Garfield!!!”.



Figura 3e. Tirinhas do Garfield. *Ratoeiras*. Jim Davis. São Paulo: 2000.

Expusemos três exemplos em que consideramos três possibilidades para confirmação ou não de pressuposição, ativada pelo verbo conseguir, na retomada enunciativa. Observemos, como afirma Ducrot que “pressupor não é dizer o que o ouvinte sabe, ou o que se pensa que ele sabe ou deveria saber, mas situar o diálogo na hipótese de que ele já soubesse” (DUCROT, 1987, p. 77). Sendo assim se atribuirmos ao verbo *conseguir* a característica, a responsabilidade ou a categoria, de implicativo acionador de pressuposição, podemos ter no enunciado 1:

1. Jon sabia e procurava e encontrou.

Temos o posto: Jon conseguiu.

O pressuposto confirmado pela asserção anterior: Jon tentou.

2. Jon sabia e não procurava, mas encontrou.

Temos o posto: Jon conseguiu.

O pressuposto oscila na asserção anterior: Jon percebeu, mas não tentou.

3. Jon não sabia e não procurava, mas encontrou.

Temos o posto: Jon conseguiu.

O pressuposto não é confirmado pela asserção anterior: Jon não tentou.

Sendo assim, no enunciado 1 o verbo conseguir ativaria pressuposição ao enunciado, conforme atesta Ducrot (1987)

[...] E chamarei pressupostos de um enunciado as indicações que ele traz, mas a partir das quais o enunciador não quer (quer dizer, faz como se não quisesse)

fazer recair o encadeamento. Trata-se de indicações que se dão, mas que se dão à margem da linha argumentativa do discurso. Se se admite essa concepção, é possível reconhecer como pressupostos, ao nível do enunciado, elementos semânticos que, nas teorias clássicas não teriam esse rótulo – pois não é possível descobri-los, ao nível das frases por critérios tradicionais (DUCROT, 1987, p. 38).

Observemos que nos enunciados 2 e 3 não há confirmação de que *tentar* seria o pressuposto do verbo *conseguir*. Portanto, o verbo *conseguir* não funcionaria como ativador de pressuposição nesses enunciados, se considerarmos as asserções anteriores.

No enunciado 2, a pressuposição até poderia ser justificada assim:

A ideia central é a seguinte. Se uma frase, em virtudes dos critérios clássicos, pressupõe X, todos os enunciados também o pressupõem, quando lhes é aplicado o critério novo, o encadeamento. Isso não implica, evidentemente, que, se um enunciado, em virtude desse critério pressupõe X, a frase da qual ele é a realização, pressupõe igualmente X a partir dos critérios clássicos. Essa situação nada tem de surpreendente se a pressuposição for considerada como um ato ilocutório (DUCROT, 1987, p. 39).

No enunciado 3, dado o contexto explícito, a asserção anterior desmonta a pressuposição, ou seja, não houve tentativa de *conseguir*. Sendo assim, o verbo *conseguir* não pressupõe que alguém tentou fazer algo.

O que evidenciamos no enunciado *Bem, Jon conseguiu achar todas as ratoeiras*, é que há um conjunto de “conhecimento compartilhado”, ou seja, são as experiências dos sujeitos com o mundo psico-físico-cultural e não os arranjos léxico gramaticais, como diz Ducrot, que o “[...] pressuposto é apresentado como pertencente ao “nós”, enquanto o posto é reivindicado pelo “eu”, e o subentendido é repassado para o “tu”” (DUCROT, 1987, p. 20).

Podemos “desmontar” a pressuposição atribuída ao verbo *conseguir*, de acordo com o próprio Ducrot que diz que “os pressupostos de um enunciado continuam a ser afirmados pela negação deste enunciado ou por sua transformação em pergunta” (DUCROT, 1987, p. 18):

Jon procurava as ratoeiras? Jon não procurava as ratoeiras.

Entretanto, observemos que mesmo “negando” a pressuposição no enunciado, desmontando-a, atribui-se à pressuposição negada a construção do humor, ou seja, não se deixa de categorizar. Dito de outro modo, para o estruturalismo, mesmo quando se nega a pressuposição, mesmo quando não há pressuposição, o verbo continua categorizado como ativador de pressuposição, já que segundo Ducrot (2006) é a quebra da pressuposição, ou a sua negação, que produz o humor, como o da tirinha. Assim, mesmo afirmando que não “há”

pressuposição, atribui-se um valor pressuposicional responsável pelo encadeamento do sentido de humor, ao verbo.

[...] Claro que qualquer enunciado é suscetível de ser empregado em quaisquer condições: simplesmente, seu emprego terá, segundo as condições, este ou aquele caráter (será humorístico, poético, científico, didático... etc.). Assim, a tese que apresenta os pressupostos como condições de emprego pode – e esta é a sua forma mais corrente – fazer alusão ao emprego lógico. Diremos, então, que os pressupostos de um enunciado devem ser verdadeiros para que este possa pretender ter um valor lógico qualquer (verdade ou falsidade) [...] Em compensação, quando os pressupostos são falsos, o enunciado não pode ser considerado nem verdadeiro nem falso, e, se pode ainda ser empregado, só o é de um modo não sério, como brincadeira ou exemplo didático (DUCROT, 1977, p. 35-36).

Como explicitamos ao longo dessa Seção, os estudos da pressuposição tomam os pressupostos como uma experiência estabilizada, do ponto de vista intersubjetivo, tomando a experiências de sujeitos variados com o mundo psico-físico-social como sendo sempre a mesma, assim como confirma Ducrot (1987, p. 20), ao dizer que “[...] o que apresento como pertencendo ao domínio comum das duas personagens do diálogo, como o objeto de uma cumplicidade fundamental que liga entre si os participantes do ato comunicativo”.

Entretanto o que observamos, a partir de nosso escopo teórico, articulando língua e linguagem é que os exemplos dos enunciados que atestam as categorias precisam ser desmontados, glosados e parafraseados.

Tomemos o enunciado João não *deixou de* vender de drogas. Se pressupormos que João vendia drogas e categorizarmos o verbo *deixar de* como ativador pressuposição, facilmente desmontaríamos a pressuposição em um contexto: João não *deixou de* vender de drogas, porque na verdade ele nunca vendeu. Quem vendia drogas era seu irmão José.

Assim sendo há pressuposição em enunciados isolados que, quando colocados em determinados contextos, podem ser anuladas, desmontadas. Ducrot diz que

[...] A língua, então, não é mais apenas o lugar onde os indivíduos se encontram; ela impõe também, a esse encontro, formas bem determinadas. Não é mais somente uma condição de vida social, mas um modo de vida social. Ela perde sua inocência. Deixar-se-á, portanto, de definir a língua, à moda de Saussure, como um código, isto é, como um instrumento de comunicação. Mas ela é considerada como um jogo, ou melhor, como o estabelecimento das regras de um jogo, e de um jogo que se confunde amplamente com a existência cotidiana (DUCROT, 1977, p. 12).

Concordamos que não há ‘jogo’ sem a atividade dos sujeitos e sem a contextualização. Trata-se de um jogo de que não pode considerar apenas as frases isoladas, e sim permitir conceber as possibilidades de montagem e desmontagem das proposições. Segundo Ducrot (1987) “dizer que pressuponho X, é dizer que pretendo obrigar o destinatário, por minha fala, a admitir X, sem por isso dar-lhe o direito de prosseguir o diálogo a propósito de X. [...]” (DUCROT, 1987, p. 42).

As Gramáticas Normativas, que categorizam a pressuposição, admitem que os ativadores de pressuposição, como os verbos que exemplificamos, podem ser negados na retomada enunciativa. Fiorin (2002a, p. 185) diz que “o pressuposto pode ser contestado, mas é formulado para não o ser”. Segundo a perspectiva ducrotiana

[...] a pressuposição é a parte integrante do sentido dos enunciados. O subentendido, por sua vez, diz respeito à maneira pela qual esse sentido deve ser decifrado pelo destinatário. [...] (o sentido de um enunciado é, por exemplo, a pretensão manifesta de obrigar o destinatário, no momento mesmo da enunciação, a fazer esta ou aquela coisa, a crer nesta ou naquela proposição, a continuar o diálogo nesta ou naquela direção – ou o que vem a ser o mesmo, a não continuá-lo nesta ou naquela outra). A pressuposição é então um elemento do sentido – se se considera o sentido como acabo de propor, como uma espécie de retrato da enunciação [...] (DUCROT, 1987, p. 42).

Observemos um exemplo na Gramática do Português Brasileiro, de Ataliba de Castilho. Castilho recorre a Ducrot para afirmar que “pressupor é entender alguma coisa que não foi dita, que não foi posta” e assim o gramático reafirma que a “pressuposição decorre do princípio da economia comunicativa: muita coisa deixa de ser expressa no discurso, sendo então, pressuposta” (CASTILHO, 2014, p. 130).

Sendo assim o que questionamos em nosso trabalho é: se em nossas observações, a pressuposição é questionável, se é desmontável, se a pressuposição necessita de contexto explícito para confirmação na retomada enunciativa, se a confirmação da pressuposição é estruturada pelo trabalho dos sujeitos enunciativos que articulam língua e linguagem, afirmamos, do nosso ponto de vista teórico, que não há pressuposição *a priori*, que não se constrói categoria *a priori*, fora da dinâmica dos enunciados, pois os sentidos não podem ser concebidos fora dos seus enunciados.

Entretanto as noções, em nossa pesquisa, os verbos *começar a* e *deixar de* “herdam” valores estabilizados que os categorizam, estabilizam e classificam e de acordo com a Gramática Normativa sempre será assim. Está posto, classificado, categorizado.

A opção por uma análise e descrição dos fenômenos linguísticos numa perspectiva transcategorial e que abarque a sintaxe, a semântica e a pragmática, baseada nos princípios propostos por Culioli (1999), vem dar resposta a alguns problemas, que se colocam, muitas vezes, com a classificação das formas e construções linguísticas.

O problema da tradição lógico gramatical é tomar a pressuposição como categoria possuidora de sentido próprio, entretanto tal metodologia de classificação considera o extralinguístico e não o contexto explícito, conforme orienta Franckel. Culioli nos diz que “a linguagem é feita para suportar os ajustes, para suportar os erros, para suportar as falhas, quer dizer, para ser robusta. E é nessa robustez e nessa sutileza onde reside a propriedade talvez mais difícil de apreender” (CULIOLI, 2010, p. 65)<sup>80</sup>.

Tomemos uma questão disposta para vestibulandos, denominado enunciado 37:

#### QUESTÃO 19



- A quebra de expectativa, que produz o humor da tira, baseia-se na quebra do pressuposto que sustenta a fala de Mafalda. Esse pressuposto é o de que
- o arbítrio é próprio da juventude.
  - a palavra final é sempre da mãe.
  - o poder de decisão é da pessoa adulta.
  - a voz de comando é da posição superior.

Observamos nessa questão que o pressuposto é tido como a experiência dos sujeitos apenas. Retomamos que compreendemos como experiência dos sujeitos a elaboração de uma realidade que é própria da linguagem, não é uma realidade pré existente, e está acessível somente através da linguagem, ou seja, do enunciado.

Seria o posto “Sou um presidente. Não tenho que obedecer ninguém” e o pressuposto “a voz de comando é da posição superior”? Percebemos que o é denominado pressuposto é a experiência dos sujeitos, a exterioridade, que se regula ou não, para a superação dos obstáculos. A unidade linguística ‘pressuposição’ regula a variação experiencial do sujeito com o empírico.

<sup>80</sup> No original: “el lenguaje está hecho para soportar los ajustes, para soportar los errores, para soportar los fallos, es decir, para ser robusto. Y es en esa robustez Y esa sutileza, donde reside la propiedad tal vez más difícil de apreender” (CULIOLI, 2010, p. 65).

Nós tomamos a pressuposição como unidade linguística, e não como categoria gramatical, estável, mas como um potencial de vir a ser. Ao pensar em unidade linguística e não mais como conteúdo, por isso estável, possibilitamos pensar a unidade enquanto um “lugar” em que se estabelecem relações, ou seja, o enunciado. A partir desse lugar de possibilidade ocorrem ajustamentos pelos rastros de linguagem, deixados pelos sujeitos enunciadore. Por isso rejeitamos um modelo de comunicação linear, em que exista um “universo pré-recortado, sem modulação, nem qualquer adaptação” (1999a, p. 11)<sup>81</sup>.

Se pensarmos o nível pré-enunciativo pelo viés de nossa teoria, conceberemos que, a este

pode atribuir-se a uma unidade lexical uma primeira classificação, de acordo com propriedades que definem a noção que lhe é subjacente. Pela enunciação, por acção de operações predicativas e enunciativas, dá-se a passagem da noção, estritamente qualitativa, à ocorrência linguística, da ordem do qualitativo quantitativo (CAMPOS, 1999, p. 17).

Sendo assim, quer a nível predicativo (no interior da relação predicativa), quer a nível enunciativo (na construção dos valores referenciais), são construídas, determinações gramaticais que selecionam algumas das propriedades que definem a noção, favorecendo o apagamento de outras. Dessas determinações resultam diferentes categorizações semânticas das ocorrências linguísticas de uma mesma noção inicial.

Propomos que a análise das línguas não assenta apenas na definição de regularidades e na classificação de formas que ocorrem nas diferentes línguas naturais e que as caracterizam, mas deve ser capaz de dar conta, também, da diversidade e da variação linguísticas.

Por isso dizemos sobre não analisar sentidos e sim o processo para se chegar ao valor, pois são os modos de relação entre o eu e o outro que desencadeiam possibilidades de enunciar. O que se percebe, de forma geral, em algumas propostas de análise das construções das pressuposições é a centralidade na classificação das formas, em detrimento da análise e descrição dos valores que as mesmas desencadeiam.

Permitimo-nos observar os enunciados como o produto de operações, e a significação, como resultado das operações predicativas e enunciativas que constrói esses enunciados. Assim, as formas não são interpretadas isoladamente, mas estarão sempre em interação com outras formas. Por isso a importância de não adotar uma perspectiva classificatória, mas centrar a

---

<sup>81</sup> No original: “un univers pré-découpé, sans modulation, ni adaptabilité aucune” (CULIOLI, 1999a, p. 11).

descrição no funcionamento dessas formas e das construções em que se inserem, inscritas em diferentes configurações.

Trouxemos para essa Seção a teoria ducrotiana, por se a teoria que embasa as Gramáticas Normativas. Ao elaborar a categoria de pressuposição, as gramáticas normativas excluem a existência formal dos espaços (anterior e posterior). São esses os espaços que denominamos espaços da argumentação. São estes os espaços dos encadeamentos dos atos discursivos.

Não “conhecer” esses espaços que cujas existências são universais formais, permite que os mesmos possam ser preenchidos empiricamente de modos diversificados pelos sujeitos falantes, conduzindo a gramática ou os gramáticos a fixar um único valor em prejuízo dos outros. Por isso concordamos que

Há sempre no sentido mais forte, construção interpretativa dos fenômenos de superfície pelos enunciadores; há sempre proliferação da linguagem sobre ela mesma – temos sempre um jogo de formas e um jogo de significações. A comunicação se dá nesse ajustamento mais ou menos bem-sucedido, mais ou menos desejado [...]. Assim, compreende-se melhor porque um texto não tem sentido fora da atividade significativa dos enunciadores, e porque a ambiguidade (e o mal-entendido) não são apenas explicáveis, mais ainda parte integrante do modelo [...] (CULIOLI, 1999a, p. 48 *apud* ROMERO, 2019, p. 179).

Ao propormos a existência desses espaços constitutivos do enunciado, podemos contestar os conceitos que atribuam categorias baseados na referência e na verdade ou na falsidade de um enunciado.

Atribuímos ao posicionamento etnocêntrico, o desconhecimento da base antropológica da organização de representações, bem como o desconhecimento da existência de um diálogo entre o eu (identidade) e o outro (alteridade), que vê como homogênea a forma e conteúdo. Diante disso, assumimos um posicionamento consciente de identificar forma e conteúdo como duas instâncias separadas, para que depois, no trabalho metalinguístico, possamos articulá-las, mostrando as suas interdependências.

Ao trazermos a pressuposição pelo viés da TOPE, buscamos não fazer as análises a partir de informações extralinguísticas, confundindo forma e experiência.

Para nós, se a asserção atual orienta o conteúdo de pensamento anterior, podemos indagar novamente se valores iniciais existem ou se o que existe não é a pré construção de um conteúdo de pensamento mais maleável e flexível, sobre o qual forças de representações em



direções contrárias se afrontam e um equilíbrio de valores se esboça com preponderância ora de um lado (positivo), ou de outro (negativo).

Sendo assim, o preconstructo é um metatexto com o qual o linguista deve operar. Esse preconstructo se estrutura tendo como base um conteúdo de pensamento bastante flexível (a lexis) mais modalidades deônticas (dever, poder) ou optativas que não tiram ainda totalmente o nível de flexibilidade que existia na lexis (REZENDE, 2010).

Por sua vez, esse preconstructo remete a uma lexis, que ainda não é assertada, quer dizer, não é nem positiva nem negativa, ou seja, ainda está no vir-a-ser. Compreendemos que os valores da classe “pressuposição” já se construíram numa existência simbólica, o intersubjetivo já se estabilizou, mas não estão nem no mesmo plano referencial nem no mesmo plano enunciativo. Percebemos nos enunciados os obstáculos, assim como os gramáticos tradicionais também o sabem, e para a superação desses obstáculos, busca-se a exterioridade, a experiência dos sujeitos, sendo assim, o que regula ou não o obstáculo nos enunciados é a experiência dos sujeitos. Ao observarmos a categorização nas Gramáticas Normativas não vemos o “movimento que está no centro de todo ato de linguagem, esse ajuste dos sistemas de localização entre enunciadores, congelando a linguagem como sistema calibrado, objetivo e claro” (CULIOLI, 2010, p. 176)<sup>82</sup>.

A unidade linguística “pressuposição” regula a variação experiencial do sujeito com o empírico. Como já dissemos, um enunciado é composto pelas variáveis sujeito enunciadador e o espaço temporal, assim ao observar esses verbos “ativadores de pressuposição” afirmamos que o que há nos enunciados são fragmentos que se apoiam em informações extralinguísticas as quais possuímos enquanto sujeitos imersos em uma cultura. Essas informações foram geradas, por sua vez, por meio de operações de natureza predicativa, que também ficam implícitas ao valor atribuído. Como afirma Culioli “de um lado, trata-se de uma forma de representação não linguística, ligada ao estado de conhecimento e à atividade de elaboração de experiência de qualquer pessoa; de outro, trata-se da primeira etapa de uma representação metalingüística” (CULIOLI, 1999b, p. 9-10)<sup>83</sup>.

A atividade de linguagem, na perspectiva culioliana, é colocada como indeterminada, portanto, não se trata de dizer que é impossível a estabilização da significação. Entretanto

---

<sup>82</sup> No original: “se oculto el movimiento que está em el centro de todo acto de lenguaje, esse ajuste de los sistemas de localización entre enunciadores, congelando el lenguaje y presentándolo como instrumento normado, calibrado, objetivo, claro” (CULIOLI, 2010, p. 176).

<sup>83</sup> No original: D’un côté, il s’agit d’une forme de représentations non linguistique, liée à l’état de connaissance et à l’activité d’élaboration d’expériences de tout un chacun [...]; de l’autre, il s’agit de la première étape d’une représentation métalinguistique (CULIOLI, 1999b, p. 9-10).

defendemos que a estabilidade é o ponto em que se pretende chegar, mas quase sempre ocorrem os obstáculos por razões que são constitutivas do enunciado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Propusemos nesta tese, com base na Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas de Antoine Culioli e de seus seguidores, empreender um estudo, por meio da construção de glosas e paráfrases dos Verbos *Começar a* e *Deixar de*. Como ponto de partida da nossa investigação nos valem da atividade de manipulação e reformulação dos enunciados através da elaboração de glosas epilinguísticas, que nos permitiram apreender o funcionamento dessas formas para a construção da significação.

Com base nos pressupostos da TOPE, assumimos que tanto a linguagem como os sujeitos são indeterminados. Desse ponto de vista, a tese da indeterminação da linguagem poderia estar ligada ao caráter operatório das unidades, isto é, à possibilidade de se desdobrarem no tempo e no espaço, assumindo diferentes papéis. Nesse sentido, nenhuma unidade linguística é dotada de significação fora do enunciado. Entretanto, para tal compreensão foi preciso entender que o estruturalismo e gramática normativa, não eram o fim dos estudos linguísticos, sendo caminhos possíveis para se compreender um fenômeno linguístico.

Nesse caminho que assumimos, compreendemos que produção e reconhecimento das formas linguísticas é resultado de um diálogo interno que ocorre em cada sujeito, denominado por Culioli (1999) de atividade epilinguística, pois quando um sujeito, a partir de sua experiência individual, representa linguisticamente, através do léxico e da sintaxe de uma determinada língua, dá-se o início à produção das formas. Já o reconhecimento das formas se dá quando o sujeito investe de significados as formas textuais, escritas ou orais, com as quais ele se depara.

Sendo assim buscamos num primeiro momento explicitar os pressupostos da teoria que adotamos, ou seja, o escopo teórico da teoria dos observáveis, em que não partimos das categorias totalmente constituídas, mas compreendemos que as grandes categorias conceituais ou cognitivas etiquetam previamente alguns sentidos de maneira improdutiva para a articulação língua e linguagem.

Assim, assumimos como metodologia linguística a construção de um sistema de representação metalinguística, uma teoria dos observáveis e, a partir das classes de fenômenos formulemos problemas e construamos procedimentos de raciocínio e propomos, num segundo momento, a observação de diversos verbos que nos mostravam que a categorização feita a priori pelas Gramáticas Normativas, que categorizam a pressuposição e admitindo que certos verbos eram ativadores de pressuposição, podiam ser negados na retomada enunciativa.

E finalizamos assumindo que a pressuposição é questionável, desmontável, necessita de contexto explícito para confirmação na retomada enunciativa, bem como a confirmação da pressuposição é estruturada pelo trabalho dos sujeitos enunciadore que articulam língua e linguagem, por fim afirmamos, do nosso ponto de vista teórico, que não há pressuposição *a priori*, que não se constrói categoria a priori, fora da dinâmica dos enunciados, pois os sentidos não podem ser concebidos fora dos seus enunciados.

## REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M; VOLOCHÍNOV, M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência e da linguagem. 14. Ed. São Paulo: HUCITEC, [1929] 2010.

BALDINI, L. J. S. Frege E Russel: **A questão do pressuposto**. Disponível em: <<http://www.revistalinguas.com/edicao27e28/artigo1.pdf>>. Acesso em 22 set 2018.

CASTILHO, Ataliba T de. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

CORREIA, C. N. **A polissemia não existe**. Disponível em: <[https://clunl.fcsh.unl.pt/wp-content/uploads/sites/12/2018/01/cnc\\_pol.pdf](https://clunl.fcsh.unl.pt/wp-content/uploads/sites/12/2018/01/cnc_pol.pdf)>. Acesso em 15 maio 2019.

CULIOLI, A. **Notes duséminaire de D.E.A.** 1983-1984. Paris: Poitiers, 1985.

\_\_\_\_\_. **Pour une linguistique de l'énonciation**: opérations et représentations. 1. ed. Paris: Ophrys, v.1, 1990.

\_\_\_\_\_. **Cognition and representation in linguistic theory**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamin Publishing Company, 1995.

\_\_\_\_\_. Representation, referential processes and regulation. In: CULIOLI, A. **Pour une linguistique de l'énonciation**. Paris: Ophrys, 1999. p. 177-192. (Traduzido por Albano Dalla Pria)

\_\_\_\_\_. **Pour une linguistique de l'énonciation**: formalisation et opérations de repérage. Paris: Ophrys, v.2, 1999a.

\_\_\_\_\_. **Pour une linguistique de l'énonciation**: domaine notionnel. Paris: Ophrys, v.3, 1999b.

\_\_\_\_\_. **À propos de « même »**. Langue française, Paris, 133, 2002. p. 16-27.

\_\_\_\_\_. **Pour une linguistique de l'énonciation**: tours et détours, Tome 4. Limoges: Lambert-Lucas, 2018.

\_\_\_\_\_.; DESCLÉS, J-P. **Systemes de representationlinguistiques et metalinguistiques**: Les categories grammaticales et le problème de la description de langues peu étudiées. Unesco, Septembre, 1981.

\_\_\_\_\_.; FAYE; J-P, RANCIÈRE, J; ROUDINESCO, E. **Table ronde discours historielangue**. In CONEIN, B; COURTINE, J-J; GADET, F. MARANDIN, J-M, PÊCHEUX, M. Matérialités Discursives – Colloques 24, 25, 26 avril 1980. Université Paris X – Nanterre.

\_\_\_\_\_.; NORMAND, C. **Onze rencontres sur le langage et les langues**. Paris: Ophrys. 2005.

CUMPRI, M. L. **A linguística culioliana e seus subsídios para investigação**. Revista Ecos. v. 22 n. 1 (2017): Revista Ecos - Literaturas E Linguísticas. Disponível em:<<https://periodicos.unemat.br/index.php/ecos/article/view/2300>>. Acesso em 27 jun 2019.

\_\_\_\_\_. **A contribuição da teoria das operações predicativas e enunciativas para o estudo da produção textual**. Diálogo das Letras, Pau dos Ferros, v. 01, n. 01, p. 8–25, jan./jun. 2012.

\_\_\_\_\_. **Noção**: do conceito à representação linguística. Curitiba, 2011 Anais do VII Congresso Internacional da Abralín.

\_\_\_\_\_. **Da noção ao texto: um estudo enunciativo da produção textual**. 2008. 124f. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

De VOGÜÉ, S. **A língua entre cognição e discurso**. Calidoscópio Vol. 11, n. 2, p. 214-221, mai/ago 2013. Disponível em:<<http://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/download/cld.2013.112.10/1967/15451>>. Acesso em 14 out. 2020.

DE VOGÜÉ, S. Culioli após Benveniste: enunciação, linguagem, integração. In. DE VOGÜÉ, S., FRANCKEL, J-J., PAILLARD, D. **Linguagem e Enunciação**: representação, referenciação e regulação. São Paulo: Contexto, p., 2011a.

DESCLÉS, J. P. Schéma de léxis. In: BOUSCAREN, J.; FRANCKEL, J. J.; ROBERT, S. **Langues et language**: problèmes et raisonnements linguistiques: mélanges offerts à Antoine Culioli. Paris: Presses Universitaires de France, 1995. p. 57-71.

DICIO. Dicionário Online de Português. Disponível em:<<https://www.dicio.com.br/aurelio-2/>>. Acesso em 3 maio 2021.

DOTA, M. I. M. Modalidade: um instrumento para análise e leitura de textos da mídia. **Estudos Linguísticos XXXVI (2)**, maio-agosto, 2007. p. 91 / 92. Disponível em:<<http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/edicoesanteriores/4publica-estudos-2007/sistema06/37.PDF>>. Acesso em 7 fev. 2020.

DUCARD, D. **Entre Grammaire et Sens**: études semiologiques et linguistiques. Paris: Ophrys, 2004.

DUCROT, O. **Princípios de semântica lingüística**: dizer e não dizer. Trad. de Carlos Vogt, Rodolfo Ilari e Rosa A. Figueira. São Paulo: Cultrix, 1977.

\_\_\_\_\_. **Provar e dizer**: leis lógicas e leis argumentativas. Trad. de Maria Aparecida Barbosa, Maria de Fátima Gonçalves Moreira e Cidmar Teodoro. São Paulo: Global, 1981.

\_\_\_\_\_. (1972) **Princípios de Semântica Lingüística**. São Paulo: Cultrix, 1982.

\_\_\_\_\_. **O dizer e o dito**. Trad. revisada de Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes, 1987.

FIORIN, J. L. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2006.

FRANCHI, C. **Mas o que é mesmo gramática?** 2.ed., São Paulo: Parábola, 2006.

\_\_\_\_\_. **Criatividade e gramática.** São Paulo: SE/CENP, 1991.

FRANCKEL, J.-J., Introdução. In: VOGÜE, S. de; FRANCKEL, J.-J.; PAILLARD, D. **Linguagem e enunciação:** representação, referenciação e regulação. São Paulo: Contexto, 2011. p. 15-30.

\_\_\_\_\_. **Referência, referenciação e valores referenciais.** In. DE VOGÜÉ, S., FRANCKEL, JJ., PAILLARD, D. Linguagem e Enunciação: representação, referenciação e regulação. São Paulo: Contexto, 2011b.

\_\_\_\_\_. **Da interpretação à glosa: por uma metodologia da reformulação.** In. DE VOGÜÉ, S., FRANCKEL, J.-J., PAILLARD, D. Linguagem e Enunciação: representação, referenciação e regulação. São Paulo: Contexto, 2011c.

\_\_\_\_\_. de VOGÜE, S. Identité et variation de l'adjectif *grand*. **Langue française**, v. 133, p. 28-41, 2002.

\_\_\_\_\_. D. LEBAUD. "Lexique et opérations. Le lit de l'arbitraire". In **La Théorie d'Antoine Culioli**. Ouvertures et incidences, Paris, Éditions Ophrys: 89-105. (1992)

\_\_\_\_\_. PAILLARD, D. **Aspects de la théorie d'Antoine Culioli.** Langages, n. 129, p.52-63, 1998.

FREGE, G. **Sobre o sentido e a referência.** Trad. Paulo Alcoforado. In: Lógica e filosofia da linguagem. São Paulo: Cultrix, 1978.

FUCHS, C. **O sujeito na teoria enunciativa de A. Culioli:** algumas referências. Trad. De Leticia M. Rezende. Cadernos de Estudos Linguísticos, nº 7, 1984, p. 77-85.

\_\_\_\_\_. **A paráfrase linguística** - equivalência, sinonímia ou reformulação? Cadernos de Estudos Linguísticos, n.8, p.129-134, 1985.

\_\_\_\_\_. Diversité des représentations linguistiques: quels enjeux pour la cognition? In: FUCHS, C.; ROBERT, S. **Diversité des langues et représentations cognitives.** Paris: Ophrys, Collection L'Homme dans la langue, 1997, p.05-24.

GAUTHIER, A. Sur quel ques paradoxes en didactiques des langues. In: BOUSCAREN, J., FRANCKEL, J.J., ROBERT, S. (Orgs.). **Langues et langage: problèmes et raisonnement en linguistique, mélanges offerts à Antoine Culioli.** Paris: PUF, 1995.

GERALDI, João Wanderley. **Concepções de linguagem e ensino de Português.** In: \_\_\_\_\_ (Org.). O texto na sala de aula. São Paulo: Ática, 2003.

HENRY, P. **A ferramenta imperfeita:** língua, sujeito e discurso. Tradução de Maria Fausta P. de Castro. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.

ITATIAIA. **Bruno, da dupla com Marrone, gera polêmica ao postar foto com foragido da Justiça em Dubai.** Disponível em: <https://www.itatiaia.com.br/noticia/bruno-da-dupla-com->

marrone-gera-polemica-ao-postar-foto-com-foragido-da-justica-em-dubai. Acesso em: 9 de jun. 2021.

KANT, I. **Crítica da Razão Pura**. 4.ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2015.

KOCH, I. **Argumentação e Linguagem**. 13<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. **A interação pela linguagem**. São Paulo: Contexto, 2006.

LEBLER, D. C. C. **A transformação dos fatos em discurso: um olhar argumentativo**. Revista LETRAS DE HOJE, Porto Alegre, v. 51, n. 1, p. 90-98, jan.-mar. Universidade de Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, 2016. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/viewFile/21674/14342>>. Acesso em: 12 set. 2018.

LOPES, M. C. R. **Estudo semântico do pretérito perfeito: variações interpretativas e regularidade de funcionamento**. In: REZENDE, L. M.; ONOFRE, M. B. (orgs,) *Linguagem e línguas naturais – Diversidade experiencial e linguística*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2006. p. 23-39.

MALDIDIER, D. **A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje**. Tradução de Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

MARI, H. **Conceitos de pressuposição: histórico**. Disponível em: <[http://www.ich.pucminas.br/posletras/SEMANTICA-conceitos\\_de\\_pressuposicao.pdf](http://www.ich.pucminas.br/posletras/SEMANTICA-conceitos_de_pressuposicao.pdf)>. Acesso em 09/11/2011.

\_\_\_\_\_. **Os lugares do sentido**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2008.

MERLEAU-PONTY, M. **Signos**. Tradução de Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

MORAES, E. **Teorias semânticas e a implicação na língua(gem)**. Revista Alfa v53n1.indd. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/download/1687/1368/4203>>. Acesso em 12 abril 2019.

ONOFRE, M. B. **Operações de linguagem e implicações enunciativas da marca “se”**. Tese (Doutorado) – UNESP, Araquara-SP, 2003a.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução de Eni P. Orlandi et al. 3.ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 1997. (Repertórios).

PIAGET, J. **A formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho, imagem e representação**. 4.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017.

\_\_\_\_\_. **Epistemologia genética**. 4.ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

\_\_\_\_\_. **A equilibração das estruturas cognitivas**. Problema central do desenvolvimento. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.



\_\_\_\_\_. **Psicologia e pedagogia**. Rio de Janeiro: Forense, 1970.

PRIA, A. D. **Para um redimensionamento do estudo do adjetivo: os processos enunciativos de variação semântica de “falso”**. 124 f. Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, Araraquara: SP, 2009.

\_\_\_\_\_. **A especificidade linguística e não-linguística em articulação com a atividade de linguagem**. *Signo*, v. 38, p. 50-65, 2013.

\_\_\_\_\_. O diálogo, a significação e a enunciação na articulação da linguagem com as línguas naturais. In: PRIA, A. D.; MOTTA, A. L. A. R. da; RENZO, A. M.; MORALIS, E. G.. (Org.). **Linguagem, escrita, tecnologia**. Campinas: Pontes, 2013. p. 37-50.

REZENDE, L. M. **Léxico e gramática: aproximação de problemas linguísticos com educacionais**. 2000. 330f. Tese de Livre-docência – Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

\_\_\_\_\_. A indeterminação da linguagem: léxico e gramática. **ALFA: Revista de Linguística**, São Paulo, v. 44, 2001. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/4215>>. Acesso em: 17 ago. 2021.

\_\_\_\_\_. A natureza dialógica da linguagem. **Revista brasileira de letras**, v. 1, n. 1, p. 45-47, 1999.

\_\_\_\_\_. Operações da linguagem e algumas construções nominais. **ALFA: Revista de Linguística**, São Paulo, v. 46, 111- 127.2002. Disponível em:<<https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/4226>>. Acesso em: 7 jan. 2021.

\_\_\_\_\_. Causalidade, propriedade diferencial e construção de domínios nocionais. **Alfa**, São Paulo, p. 1, jul. 2003.

\_\_\_\_\_. **A indeterminação da linguagem e a instabilidade-estabilidade dos valores gramaticais**. Estudos Linguísticos (São Paulo), Taubaté - SP, v. 32, n. XXXII, p. 1, 2003.

\_\_\_\_\_. Diversidade experiencial e linguística e o trabalho do professor de língua portuguesa em sala de aula. In: REZENDE, Letícia Marcondes; ONOFRE, Marília Blundi. **Linguagem e línguas naturais: diversidade experiencial e linguística**. São Carlos: Ed. Pedro & João, 2006a, p. 11-21.

\_\_\_\_\_. **A enunciação e a construção da significação linguística: um estudo sobre as orações comparativas**. Versão Beta, São Carlos, v. 38, n.38, p. 7-14, 2006b.

\_\_\_\_\_. Nominalização e valores referenciais. **Estudos Linguísticos XXXVI** (1), janeiro-abril, 2007. p. 234-240. Disponível em: <<http://www.gel.hospedagemdesites.ws/estudoslinguisticos/edicoesanteriores/4publica-estudos-2007/sistema06/25.PDF>>. Acesso em 12 abr. 2020.

\_\_\_\_\_. Nominalização: operações predicativas e enunciativas. **Estudos Linguísticos**. São Paulo, n. 37, p. 131-140, 2008.

\_\_\_\_\_. Articulação da linguagem com as línguas naturais: o conceito de noção. In: ONOFRE, M. B. & REZENDE, L. M. (orgs). **Linguagem e Línguas Naturais** – Clivagem entre o enunciado e a enunciação. São Carlos: Pedro & João Editores, 2009, p. 13-42.

\_\_\_\_\_. **Contribuições da Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas para o ensino de línguas**. Versão Beta: Sob o signo da palavra, São Carlos, ano VIII, n. VIII, p.7-28, 2010.

\_\_\_\_\_. A indeterminação da linguagem e o conceito de atividade no ensino de língua materna. **Estudos Linguísticos**, v. 40, n. 2, p. 707-714, 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/124723>>. Acesso em 15 abr. 2020.

\_\_\_\_\_. (2016). A relação entre o sujeito e objeto de conhecimento: a formação do professor de línguas. **Estudos Linguísticos** (São Paulo. 1978), 41(2), 562–571. v. 41 n. 2 (2012). Recuperado de <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/1180>.

SOUSA, Israel da Silva. **O Funcionamento Dinâmico Da Unidade Linguística Novo: Um Estudo Da Significação Sob O Ponto De Vista Dos Processos Enunciativos**. Cáceres, 2023.

SOUZA, Fátima Grazielle de. **Estudo da Marca SE do Ponto de Vista da Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas: Contribuição para o Estudo da Transitividade e dos Processos Reflexivos em Língua Portuguesa**. Cáceres, 2022.

SOUZA, H. P. **A pressuposição lingüística na estrutura da língua portuguesa**. 2000. 211 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – PUC Minas Gerais, 2000.

TRAUZZOLA, V. S. L. **Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas: uma concepção de linguagem entre o Construtivismo e a Teoria do Conhecimento**. Guarulhos, 2019. 186 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2019.

TRAVAGLIA, L. C. **Gramática e Interação: uma proposta para ensino de gramática no 1º e 2º graus**. São Paulo: Cortez, 1997.

ZAVAGLIA, A. **Da invariância da linguagem à variância das línguas: contribuição para a elaboração de uma teoria enunciativa da tradução como um caso particular de paráfrase**. Tese de Doutorado. Araraquara, UNESP, Faculdade de Ciências e Letras, 2002.

\_\_\_\_\_. **Pequena introdução à teoria das operações enunciativas**. 2. ed. São Paulo: Humanitas, 2016.